

ESPECIAL CADIP

2ª edição,
revista e
atualizada

Inteligência Artificial no Poder Judiciário





CADIP – CENTRO DE APOIO AO DIREITO PÚBLICO

Coordenadoria do Cadip (biênio 2024-2025)

Desembargador **Vicente de Abreu Amadei**

Desembargadora **Maria Laura de Assis Moura Tavares**

Equipe Cadip

Roberto Camilo de Carvalho Jr

Vanderlei de Paula Machuco

Marcio Francisco Cotineli

Regina Marcia Domingues Macedo

Renata Cesar Clark

Renata Daniela Ruggiero Facundo

Ricardo Frigini Ferro

São Paulo, 26 de março de 2025 (2ª edição)

Artigos jurídicos



Inteligência artificial na Justiça brasileira: desafios éticos e caminhos normativos

Laura Schertel Mendes e Rodrigo Badaró P. 17

IA e a fundamentação das decisões: desafios e perspectivas à luz da atualização da Resolução CNJ 332/20

Daniel Ribeiro Surdi de Avelar P. 18



DESTAQUES DESTA EDIÇÃO

Links

Plataforma SINAPSES (CNJ) P. 172



Legislação

PL n° 2338/2023 - Dispõe sobre o uso da Inteligência Artificial. P. 178



Res. CNJ n° 615/2025 - Estabelece diretrizes para o desenvolvimento, utilização e governança de soluções desenvolvidas com recursos de inteligência artificial no Poder Judiciário. P. 180



Notícias

CNJ aprova resolução regulamentando o uso da IA no Poder Judiciário P. 56



Vídeos

A inteligência artificial a favor da celeridade judicial I Decisões do STJ sobre o tema P. 154

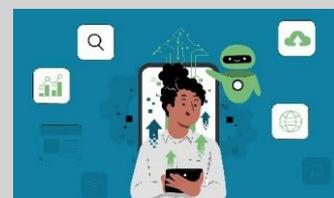


Palestras com Grandes Juristas Mundiais - A inteligência artificial e o futuro da Justiça brasileira P. 158



Aulas e cursos

Fundamentos e Aplicações da IA para o Agente Público - EV.G. P. 171



SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| Apresentação | 10 |
| Nota à 2ª edição | 11 |
| Artigos jurídicos | 13 |
| A Resolução 332/2020 do CNJ e a utilização de IA pelo Judiciário - Quellen Cristina de Souza Freitas | 13 |
| Mito do solucionismo tecnológico: IA, justiça e sustentabilidade na era da regulação - Franco Perazzoni, <i>et al.</i> | 14 |
| Resolução 615 do CNJ: vedação de valoração de risco sobre indivíduos é decisão acertada - Lígia Kunzendorff Mafra | 15 |
| Inteligência artificial em cartórios: Fim da autonomia notarial? - Gabriel de Sousa Pires | 15 |
| Inteligência artificial na Justiça brasileira: desafios éticos e caminhos normativos Laura Schertel Mendes e Rodrigo Badaró | 16 |
| IA no Judiciário brasileiro: salvaguardas, riscos e novas fronteiras - Vinicius Almada Mozetic | 16 |
| IA e a fundamentação das decisões: desafios e perspectivas à luz da atualização da Resolução CNJ 332/20 - Daniel Ribeiro Surdi de Avelar | 17 |
| Inteligência artificial no Poder Judiciário - Ana Frazão | 18 |
| Por uma IA brasileira: enfrentando os desafios dos vieses - André Lucas Fernandes e Carolina Gomes Pugliesi Branco | 18 |
| Inteligência Artificial e Direito: um estudo sobre os impactos nas dimensões dos direitos humanos fundamentais - Rodrigo Rodrigues da Luz e Marília Freitas Lima | 19 |
| Regulação do uso de IA no Judiciário: O que vem pela frente? - Luiz Fernando Bandeira de Mello | 20 |
| IA Generativa no Poder Judiciário: Posologia e Contraindicações - Stephanie Almeida de Jesus Dias, Renato Máximo Sátiro e Ricardo Limongi | 21 |

| | |
|--|----|
| Uso da Inteligência Artificial no Poder Judiciário brasileiro: um Ensaio Teórico - Jordânia de Sousa Gomes <i>et al.</i> | 22 |
| A IA nos Tribunais sob o signo da tutela jurisdicional efetiva: algumas notas à luz do contexto português - Ricardo Pedro | 23 |
| Constitucionalismo digital: Desafios éticos e constitucionais na aplicação de algoritmos no Judiciário - Mateus Rodarte de Carvalho | 23 |
| IA no Judiciário: uma proposta de framework integrativo - Stephanie Almeida de Jesus Dias, Renato Máximo Sátiro e Ricardo Limongi | 24 |
| Inteligência artificial e Poder Judiciário: riscos e benefícios de um debate inevitável - Maíra Fernandes..... | 25 |
| A importância da IA no direito brasileiro da atualidade - Gilda Figueiredo Ferraz de Andrade | 26 |
| Inteligência artificial, direito e pesquisa jurídica - Marco Almada e Rafael Augusto Ferreira Zanatta | 26 |
| O impacto da inteligência artificial na prática jurídica - Mac Amaral Cartaxo..... | 27 |
| O Uso do ChatGPT e do Gemini no fazer jurídico - Cristina Godoy Bernardo de Oliveira e Tiago Augustini de Lima | 28 |
| Inteligência artificial no Poder Judiciário brasileiro: a experiência europeia como referência - Adriana Barrea e Camila Henning Salmoria | 29 |
| Inteligência artificial no Brasil: Avanços regulatórios - Leonardo Figueiredo Barbosa e Caroline Da Rosa Pinheiro | 30 |
| “Privatização” e Digitalização da Justiça: Velhos e Novos Problemas?! - Ricardo Lopes Dinis Pedro, Miguel Lopes Romão e Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia . | 31 |
| Sistema Único x Interoperabilidade: Reflexos para Gestão e Desenvolvimento de Inteligências Artificiais - Karyn Adame Rinaldi | 31 |
| Governança e Valor Público: os Desafios à Inteligência Artificial nos Tribunais Brasileiros - João Paulo Braga Cavalcante <i>et al.</i> | 32 |
| ChatGPT e o direito processual - Alana Engelmann..... | 33 |
| A Inteligência Artificial vai mudar o Direito para sempre? Conversamos com um especialista! - Gabriel Rodrigues Teixeira | 34 |

| | |
|---|----|
| “Sob controle do usuário”: formação dos juízes brasileiros para o uso ético da IA no Judiciário - Eunice M. B. Prado, Luciane A. Corrêa Münch e Márcia A. Corrêa Ughini Villarroel..... | 34 |
| A aplicação de Inteligência Artificial do Poder Judiciário e a eficiência - Adriana Lúcia Muniz de Souza e Fillipe Azevedo Rodrigues | 36 |
| Inteligência artificial e redes de colaboração: o caso Victor - Stéphanie Almeida de Jesus Dias <i>et al.</i> | 37 |
| Um robô pode julgar? Quem programa o robô? - Lenio Luiz Streck | 37 |
| Inteligência artificial – A nova direção do mundo e a sua utilização na imprevisibilidade de acontecimentos das questões sociais – Pandemia – COVID-19 - Helio Saul Mileski | 38 |
| A Inteligência Artificial nos Tribunais Brasileiros: um Redutor de Custos de Transação - Demétrio Beck da Silva Giannakos..... | 39 |
| As Repercussões da Inteligência Artificial na Teoria da Tributação - Fernando Aurelio Zilveti | 40 |
| Inteligência artificial como oportunidade para a regulação jurídica - Wolfgang Hoffmann-Riem | 40 |
| Revolução 4.0 no Poder Judiciário: Levantamento do uso de Inteligência Artificial nos Tribunais Brasileiros - Fernanda Bragança e Laurinda Fátima da F. P. G. Bragança..... | 41 |
| Inteligência artificial na tomada de decisões judiciais: três premissas básicas - Andre Vasconcelos Roque, Lucas Braz Rodrigues dos Santos, <i>et al.</i> | 42 |
| A Quarta Revolução Industrial e a Inteligência Artificial: um estudo sobre seus conceitos, reflexos e possível aplicação no Direito por meio da análise de texto jurídico como forma de contribuição no processo de categorização preditiva de acórdãos - Deivid Augusto Werner | 42 |
| Juízes na mira dos robôs - Caio Cesar Rocha..... | 43 |
| A inteligência artificial no direito e os equívocos da OAB - Eduardo Koetz | 44 |
| Desafios da inteligência artificial para a profissão jurídica - Henrique Raimundo do Carmo Sperandio..... | 45 |

A Inteligência Artificial e o Panorama Contemporâneo da Filosofia da Mente em um Estudo Introdutório para a Forma Eletrônica do Processo - André Ricardo Cruz Fontes 46

Clipping de notícias 48

Supremo Tribunal Federal - STF 48

Superior Tribunal de Justiça - STJ 52

Conselho Nacional de Justiça - CNJ..... 56

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - TJSP 62

Outros Tribunais Estaduais..... 64

TJAC 64

TJAL..... 66

TJAM 68

TJAP 70

TJBA 71

TJCE 76

TJDFT 79

TJES..... 85

TJGO 86

TJMA 91

TJMG 93

TJMS..... 97

TJMT..... 98

TJPA 99

TJPB 102

TJPE 106

TJPI..... 109

TJPR 109

TJRJ 112

| | |
|--|------------|
| TJRN..... | 115 |
| TJRO..... | 116 |
| TJRR..... | 119 |
| TJRS..... | 121 |
| TJSC..... | 125 |
| TJSE..... | 128 |
| TJTO..... | 129 |
| Tribunais Regionais Federais..... | 133 |
| TRF-1..... | 133 |
| TRF-2..... | 139 |
| TRF-3..... | 140 |
| TRF-4..... | 142 |
| TRF-5..... | 144 |
| TRF-6..... | 146 |
| Sites Diversos..... | 147 |
| Agência Câmara de Notícias..... | 147 |
| Conjur..... | 148 |
| Jota..... | 151 |
| Ordem dos Advogados do Brasil - OAB..... | 152 |
| Vídeos..... | 153 |
| Aulas e cursos..... | 164 |
| Centro de Formação e Aperfeiçoamento do Poder Judiciário - Ceajud..... | 164 |
| Escola Paulista de Magistratura - EPM..... | 167 |
| Escola Virtual de Governo - EV.G..... | 171 |
| Links de interesse..... | 172 |
| Conselho Nacional de Justiça – CNJ..... | 172 |
| GOV.BR..... | 174 |

| | |
|---|------------|
| TJSP..... | 175 |
| TJDF | 176 |
| Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa - IDP..... | 176 |
| FGV | 177 |
| Legislação | 178 |
| Federal..... | 178 |
| STF | 179 |
| STJ..... | 179 |
| CNJ..... | 180 |
| TJSP..... | 180 |
| Sobre o CADIP | 182 |

Apresentação

Vivemos um período de profundas transformações no campo da tecnologia. Os avanços são extraordinários e se desenvolvem numa dinâmica veloz e incessante. O que ainda ontem se considerava novidade, logo vai sendo substituído. Praticamente nenhum setor da atividade humana está livre da realidade que as novas tecnologias impõem, nem dos impactos que produzem.

No Poder Judiciário, o processo digital é um marco; representou uma profunda alteração nas práticas cotidianas, com importantes repercussões sob diversos aspectos, desde o campo da celeridade até uma sensível diminuição de impactos ambientais com a redução dramática do uso de papel, por exemplo. Um salto, há pouco mais de uma década, inimaginável.

Não podemos deixar de mencionar que parte significativa desses processos e avanços, já surpreendentes nos últimos anos, sofreu ainda uma espécie de segunda onda de aceleração. Isso, diante das necessidades de distanciamento social decorrentes da pandemia. Esse evento assolou o globo e permanece influenciando nossas vidas, sem que haja perspectiva de retorno ao cotidiano anterior, com uma série de superações de paradigmas, sem precedentes e ainda em curso.

A perspectiva da tecnologia 5G, a internet das coisas, a proteção dos dados eletrônicos, inteligência artificial, aprendizado de máquina (*machine learning*), indústria 4.0, etc. Há todo um universo de inovações ao nosso redor. O Poder Judiciário não deixa de acompanhá-las, de se atualizar e busca compreender esses fenômenos. A Resolução nº 332/2020 do CNJ, que trata de critérios de desenvolvimento e do uso da inteligência artificial nos tribunais, é o exemplo mais recente disso.

É nesse contexto e com a preocupação de oferecer uma espécie de panorama sobre as questões tecnológicas, seus avanços, o uso nos tribunais e o aspecto histórico envolvido, que o CADIP apresenta essa coletânea de artigos, matérias, publicações e normas dos Tribunais.

Setembro/2021

Nota à 2ª edição

Decorridos mais de três anos desde a publicação da primeira edição deste Informativo Especial, testemunhamos, em escala mundial, uma evolução vertiginosa da inteligência artificial (IA). Entre os avanços mais notáveis, destaca-se a popularização de sistemas como o Chat GPT e o Copilot, entre outros, amplamente utilizados em diversas áreas. Além disso, o cenário global de IA foi recentemente impactado pelo lançamento de modelos chineses, como o DeepSeek V3, que se destaca pelo desempenho superior e custo reduzido, desafiando gigantes ocidentais do setor como OpenAI e Meta.

No Poder Judiciário, verificou-se igualmente avanços significativos, que vêm transformando a maneira como processos são geridos e decisões são tomadas. O uso de IA cresceu consideravelmente, com iniciativas que visam aumentar a eficiência, a transparência e a acessibilidade no sistema de Justiça.

O CNJ, acompanhando tais avanços e visando tornar a inteligência artificial uma ferramenta para modernização e eficiência, editou a Resolução nº 615/2025, atualizando as disposições da Resolução nº 332/2020 e reforçando a importância da ética, transparência e governança na aplicação da IA no sistema judiciário brasileiro. O novo ato normativo estabeleceu requisitos éticos para assegurar que a IA seja utilizada de forma justa e imparcial, promovendo a igualdade e mitigando riscos de discriminação. Ademais, implementou diretrizes mais rigorosas para a proteção de dados pessoais, a exigência de supervisão humana contínua sobre as decisões automatizadas, a garantia de transparência e auditabilidade dos sistemas de IA utilizados e o incentivo da autonomia dos tribunais na adoção de tecnologias inovadoras.

Entre 2022 e 2024, verificou-se o aumento de 26% no número de projetos de IA em desenvolvimento nos tribunais brasileiros, conforme levantamento promovido pelo CNJ. Esses projetos, parte do programa Justiça 4.0, incluíram a criação de plataformas em nuvem para integrar sistemas judiciais e compartilhar soluções tecnológicas entre os tribunais. Porém, dentre os 140 projetos existentes, apenas 37 encontram-se hospedados no Sinapses, plataforma do CNJ para impulsionar a IA no Judiciário¹.

¹ Conforme o Painel da Pesquisa sobre Inteligência Artificial 2023 – CNJ.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PODER JUDICIÁRIO



Referido levantamento destaca como principais resultados da aplicação da IA nos tribunais a maior eficiência e agilidade no processamento de documentos e informações; a otimização de recursos e redução de custos operacionais e a automatização de tarefas repetitivas e burocráticas, ressaltando como desafios a dificuldade em encontrar profissionais qualificados e em obter dados, além da complexidade na integração de sistemas de IA com os sistemas existentes.

No TJSP, destaca-se a recente implementação do Gerador de Ementas TJSP, desenvolvido pela Secretaria de Tecnologia da Informação e que utiliza recursos de IA para elaborar ementas de decisões judiciais, com base na Recomendação CNJ nº 154/2024. O sistema fica hospedado em um ambiente de nuvem do TJSP totalmente isolado, o que garante a privacidade dos dados inseridos.

Esses avanços demonstram o potencial da IA para modernizar o Judiciário, tornando-o mais ágil e acessível, sem comprometer os princípios éticos e legais que sustentam a justiça.

Apesar dos benefícios, desafios como a proteção de dados e a transparência nos processos decisórios continuam sendo pontos de atenção. A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) desempenhou um papel crucial nesse contexto, exigindo que o uso de IA respeite os direitos fundamentais dos cidadãos e garanta a segurança das informações.

Neste contexto, apresentamos a 2ª edição do "Especial CADIP Inteligência Artificial no Poder Judiciário". A edição ampliada inclui novos artigos jurídicos, vídeos, cursos e legislação de regência. O clipping de notícias procurou representar os 27 Tribunais de Justiça, bem como os Tribunais Regionais Federais das 6 regiões, de modo a traçar um panorama das iniciativas na área em âmbito nacional.

Esperamos que este material sirva como um guia para profissionais do direito, pesquisadores e entusiastas da tecnologia, promovendo um debate construtivo sobre o futuro da IA no Poder Judiciário brasileiro.

Março/2025

Artigos jurídicos

Apresentamos a seguir uma compilação de produções jurídicas de interesse sobre o tema Inteligência Artificial no Poder Judiciário, elencados em ordem cronológica decrescente:

 **CLICK** no **título** para ler o texto na íntegra.

A Resolução 332/2020 do CNJ e a utilização de IA pelo Judiciário

Quellen Cristina de Souza Freitas

(Advogada, professora da Emerj, mestre em Direito Processual pela Uerj, especialista em Direito do Estado pela Uerj, pesquisadora do Observatório do Processo, do Laboratório de Pesquisa em Desenhos Institucionais – Lapedi e do Observatório de Tutela Coletiva e Estrutural e membra da Associação Elas no Processo – Abep e do IBDP)

Trecho: “Quando o assunto é processo judicial, ao tratar de tomada de decisões, os algoritmos podem ser enviesados, preconceituosos, excludentes e apresentar generalizações de maneira equivocada, se mal utilizados. No entanto, esses mesmos algoritmos desde que corretamente elaborados e possibilitado o contraditório participativo, podem auxiliar na coleta de dados para o aprimoramento da cognição e tomada de decisão humana, bem como na eficiência processual, garantindo a duração razoável do processo, ao eliminar etapas protelatórias.”

24/03/2025

Fonte: Conjur

Mito do solucionismo tecnológico: IA, justiça e sustentabilidade na era da regulação

Franco Perazzoni, et al.

[Franco Perazzoni é delegado de Polícia Federal, chefe do Laboratório de Tecnologias e Inovação da Superintendência da PF no Distrito Federal, professor da Academia Nacional de Polícia e do Programa de Pós-graduação da Escola Superior de Polícia, professor voluntário na Universidade de Brasília (UnB), pós-doutorando em Administração Pública (Enap) e em Direitos Humanos (Ius Gentium Conimbrigae – UC, Portugal), doutor em Sustentabilidade Social e Desenvolvimento (UAb, Portugal), mestre em Ciência e Sistemas de Informação Geográfica (UNL, Portugal) e em Alta Dirección en Seguridad Internacional (UC3M-Espanha). Possui múltiplas graduações e especializações nas áreas das Ciências Jurídicas, Sociais, Exatas e Biológicas; Agostinho Gomes Cascardo Junior é adido policial federal do Brasil na Bolívia, doutorando em Sustentabilidade Social e Desenvolvimento (UAb, Portugal), mestre em Ciência e Sistemas de Informação Geográfica (UNL, Portugal), especialista em Gestão de Riscos, Compliance e Auditoria pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, detentor do Geospatial Intelligence Collegiate Certificate pela United States Geospatial Intelligence Foundation (EUA), com certificação profissional em Blockchain Fundamentals pela Universidade da Califórnia (Berkeley) e certificação profissional em Blockchain for Business pela Linux Foundation; Anderson de Andrade Bichara é diretor de Operações Brasil na GIF Internacional, doutorando em Sustentabilidade Social e Desenvolvimento na Universidade Aberta de Portugal, mestre em Criminología Aplicada y Investigación Policial (UCAV, Espanha), com MPA em Gestão de Órgãos de Segurança Pública pela Universidade Cândido Mendes; Rafael Ferreira Filippin é advogado, doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná, mestre em Direito Ambiental pela Universidade Federal de Santa Catarina, especialista em Gestão de Recursos Hídricos pela Universidade Federal do Paraná e Presidente da Comissão de Direito Ambiental da Seccional Paraná da Ordem dos Advogados do Brasil (2025-2027)].

Trecho: “O uso de IA no Judiciário e na investigação criminal é um reflexo desse otimismo tecnológico, mas os riscos que ele carrega são subestimados. Modelos de previsão de risco, por exemplo, são cada vez mais utilizados para antecipar comportamentos e fundamentar decisões judiciais. No entanto, quando treinados com dados que refletem desigualdades históricas, esses sistemas acabam reforçando a seletividade do sistema penal. O resultado é uma tecnologia que, em vez de corrigir injustiças, as perpetua de maneira ainda mais insidiosa, conferindo-lhes uma suposta legitimidade científica.”

21/03/2025

Fonte: Conjur

Resolução 615 do CNJ: vedação de valoração de risco sobre indivíduos é decisão acertada

Lígia Kunzendorff Mafra

(Advogada criminalista, professora e doutoranda em Direito)

Trecho: “O objetivo deste artigo é, portanto, discutir o contexto da Resolução 615 do CNJ e justificar o porquê de a proibição ao uso da IA para classificação de risco de indivíduos é uma medida necessária para evitar a deterioração das já tão frágeis garantias processuais no processo penal.”

19/03/2025

Fonte: Conjur

Inteligência artificial em cartórios: Fim da autonomia notarial?

Gabriel de Sousa Pires

(Advogado, ex-Conselheiro Seccional e atual membro da Comissão de Seleção da OAB-DF. Especialista em Direito Contratual, Imobiliário e Empresarial)

Trecho: “O que aconteceria se a inteligência artificial começasse a qualificar títulos e lavrar escrituras? Essa provocativa questão nos leva a refletir sobre o impacto da IA nos cartórios brasileiros, instituições

fundamentais para a segurança jurídica e a fé pública no país. Com os avanços tecnológicos, surge o debate: a IA pode substituir notários e registradores ou atuará apenas como uma ferramenta de apoio?”

17/03/2025

Fonte: Migalhas

Inteligência artificial na Justiça brasileira: desafios éticos e caminhos normativos

Laura Schertel Mendes e Rodrigo Badaró

(Laura Shertel Mendes é presidente da Comissão de Direito Digital da OAB Federal, professora da UnB e do IDP, diretora do Centro de Direito, Internet e Sociedade do IDP (Cedis/IDP); Rodrigo Badaró é conselheiro Nacional de Justiça indicado pelo Senado)

Trecho: “Em razão das crescentes aplicações de tecnologias de IA pelos magistrados, advogados e servidores do Judiciário brasileiro, a regulamentação e regulação desses usos são essenciais para garantir que o avanço tecnológico não comprometa os direitos fundamentais dos cidadãos. O CNJ tem buscado equilibrar inovação e segurança jurídica. A transparência do uso, a explicabilidade dos algoritmos e a supervisão humana dos resultados são pilares fundamentais para que a IA seja uma aliada da justiça, e não um risco à sua integridade.”

15/03/2025

Fonte: Conjur

IA no Judiciário brasileiro: salvaguardas, riscos e novas fronteiras

Vinicius Almada Mozetic

(Pós-doutor em Direito Público e doutor em Direito pela Unisinos. Membro do Centro de Direito da Sociedade da Informação da Universidade de Milão, do Instituto Legal Grounds no Brasil e do Observatório de Proteção de Dados da NOVA School of Law em Portugal)

Trecho: “Ninguém deseja ser “julgado por um robô”, mas tampouco se pode ignorar que humanos também carregam vieses. A sinergia entre auditorias técnicas e supervisão judicial surge como estratégia para checar e balancear ambos os riscos, criando um ecossistema de governança responsável que impeça que preconceitos humanos ou falhas tecnológicas comprometam a imparcialidade das decisões. O debate sobre kill switches é igualmente central. A possibilidade de desligar ou suspender um sistema de IA em casos críticos, sem esvaziar garantias constitucionais, coloca em pauta a separação de poderes e os limites do controle estatal ou privado de plataformas. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), em casos de bloqueio de aplicativos e redes sociais, exemplifica a relevância da cautela para que medidas emergenciais não se convertam em abuso ou censura. Em síntese, a inteligência artificial é uma realidade irreversível no Judiciário, mas não pode nem deve ser encarada como substituto de sua natureza humanística.”

02/03/2025

Fonte: Jota

IA e a fundamentação das decisões: desafios e perspectivas à luz da atualização da Resolução CNJ 332/20

Daniel Ribeiro Surdi de Avelar

[Juiz auxiliar da presidência do CNJ, mestre e doutorando em Direitos Fundamentais e Democracia (UniBrasil) e professor de Processo Penal (UTP, Emap, Ejud-PR)]

Trecho: “Ninguém quer ser julgado por um robô, e ninguém será julgado por robôs neste país, a normativa proposta não permitirá isso. A inteligência artificial será em verdade uma ferramenta para auxiliar o magistrado na sua tomada de decisão. Soluções de IA poderão ajudar o juiz a formular perguntas em audiências, a detectar contradições em depoimentos, a perceber que sua decisão contraria precedente qualificado ou entendimento de seu tribunal, mas não vão subtrair do magistrado incumbido da jurisdição a ampla cognição do processo e

sua possibilidade de proferir a decisão que lhe pareça mais justa em cada caso concreto.”

01/03/2025

Fonte: Conjur

Inteligência artificial no Poder Judiciário

Ana Frazão

(Advogada. Professora associada de Direito Civil, Comercial e Econômico da UnB. Ex-Conselheira do CADE)

Trecho: “É fácil observar que, diante de uma realidade preocupante, o CNJ não se debruçou sobre vários dos riscos já mapeados nem se dedicou a, partindo da análise dos principais modelos de IA atualmente existentes, indicar providências concretas para a necessária adaptação destes à realidade do Judiciário. Optou-se por uma abordagem excessivamente principiológica e procedimental, o que já seria complicado por si só, ainda mais quando esta se associa a uma classificação de riscos duvidosa, que considera como baixo risco praticamente todas as atividades para a elaboração de uma decisão judicial. O excesso de otimismo do CNJ também se evidencia com a expectativa de que soluções contratuais possam resolver problemas estruturais e – o que é mais grave – com a possibilidade de que, na ausência de uma solução institucional – o que seria imprescindível – magistrados individualmente decidam como utilizar a tecnologia.”

26/02/2025

Fonte: Jota

Por uma IA brasileira: enfrentando os desafios dos vieses

André Lucas Fernandes e Carolina Gomes Pugliesi Branco

(André Lucas Fernandes é advogado. Diretor e fundador do Instituto de Pesquisa em Direito e Tecnologia do Recife. Graduado e mestre em Direito pela UFPE, mestre em Teoria e Dogmática do Direito.

Doutorando pela Unicap, na linha de tecnologia e direito, com foco em inteligência artificial e conceitos jurídicos. Professor na pós-graduação da UFPE e da Cesar School; Carolina Gomes Pugliesi Branco é graduanda em Direito pela UFPE. Pesquisadora no IP.rec nas áreas de Inteligência Artificial e Regulação de Tecnologias)

Trecho: “Uma IA nacional não deve simplesmente reproduzir modelos estrangeiros, mas sim refletir os valores, perspectivas e necessidades da sociedade brasileira, escapando do universalismo ocidental que frequentemente molda essas tecnologias. Além disso, é essencial considerar os impactos ambientais da IA, dado o alto custo energético do treinamento desses modelos, e este é um compromisso do Brasil em suas agendas internacionais. Neste ano, a Câmara dos Deputados tem a oportunidade de enfrentar esta e outras questões e posicionar o Brasil num local de liderança no debate global da IA.”

18/02/2025

Fonte: Jota

Inteligência Artificial e Direito: um estudo sobre os impactos nas dimensões dos direitos humanos fundamentais

Rodrigo Rodrigues da Luz e Marília Freitas Lima

(Rodrigo Rodrigues da Luz é Mestre em Direito pela Universidade de Marília - UNIMAR. Professor e Diretor do curso de Direito do Centro Universitário de Goiatuba – Unicerrado; Marília Freitas Lima é Mestre em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU. Doutoranda em Direito e Sociologia pela Universidade Federal Fluminense - UFF. Professora do Centro Universitário de Goiatuba – Unicerrado)

Trecho: “A Inteligência Artificial se desenvolve com a característica de servir a diferentes propósitos e o Direito é uma das áreas que mais estão sendo impactadas por essa tecnologia. A confluência da inteligência artificial e Direito acontece através da implementação de mecanismos jurídicos ou através de impactos na sociedade que reverberam no Direito. O desenvolvimento da IA e sua aplicação no Direito provoca ressonância nos direitos de primeira, segunda, terceira

e demais dimensões de direitos humanos fundamentais. Desse modo, o presente trabalho justifica-se pelo papel disruptivo que a tecnologia provoca na sociedade hodierna e na seara jurídica e o vasto campo de estudo a ser explorado pelos operadores do Direito. E dessa relação surge a seguinte problemática que é como a inteligência artificial aplicada ao Direito pode impactar os direitos humanos fundamentais e trazer nova ressignificação para esses direitos? O objetivo geral é analisar o impacto da inteligência artificial sobre os direitos humanos fundamentais. A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa de natureza exploratória, técnica de pesquisa bibliográfica e documental. Quanto ao método de abordagem foi utilizado o método hipotético-dedutivo. Conclui-se que a IA tem o condão de impactar sobremaneira os direitos existentes, tanto no aspecto econômico, político e social, porém, por ora, não consubstanciam uma dimensão autônoma de direitos humanos fundamentais.”

Jan-Jul/2025

Fonte: Revista de Direito, Governança e Novas Tecnologias, Florianópolis, Brasil, v. 10, n. 2, 2025.

Regulação do uso de IA no Judiciário: O que vem pela frente?

Luiz Fernando Bandeira de Mello

(Conselheiro decano do Conselho Nacional de Justiça, coordenador do GT responsável por propor uma regulamentação do uso da IA no Judiciário, doutor em Direito pela Universidad de Salamanca, na Espanha. Ex-secretário-geral da Mesa do Senado e ex-conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público)

Trecho: “Em apertada síntese, a nova regulamentação pretende garantir o uso de inteligência artificial no Judiciário dentro de critérios claros, seguros e que não permitam prescindir da supervisão humana do juiz. A nova norma cuidará da segurança da informação, em particular dos dados pessoais, sigilosos ou protegidos por segredo de justiça. Cuidará da capacitação dos magistrados e servidores e garantirá a autonomia dos tribunais para inovar usando inteligência artificial, com acompanhamento pelo CNJ, mas sem que esse

acompanhamento se transforme numa âncora pesada demais. As exigências que pareceram excessivas foram moderadas, as contribuições recebidas foram amplamente atendidas, aquilo que parecia nebuloso foi esclarecido e, sobretudo, avançou-se muito na construção de um consenso dentro do Grupo de Trabalho que parece responder às principais inquietudes, particularmente quanto ao uso de dados e de soluções privadas pelos magistrados e servidores, enquanto os tribunais não disponibilizarem ferramentas corporativas, próprias para uso de IA generativa na corte. Essas ferramentas, que certamente estarão funcionando em poucos anos, serão normalizadas em menos de uma década - e o debate que hoje está sendo travado parecerá ingênuo, desde que, repita-se, incidentes de uso irresponsável da IA generativa sejam evitados e, quando inevitáveis, que sejam apurados com transparência e rapidez.”

10/12/2024

Fonte: Migalhas

IA Generativa no Poder Judiciário: Posologia e Contraindicações

Stephanie Almeida de Jesus Dias, Renato Máximo Sátiro e Ricardo Limongi

[Stéphanie Almeida de Jesus Dias (UFG, TRT6), Renato Máximo Sátiro (USP) e Ricardo Limongi (UFG)]

Trecho: “As indicações para o uso do ChatGPT no ambiente jurídico são claras: serve como ferramenta para pesquisa rápida e abrangente de legislação, procedimentos legais e conceitos jurídicos e para a geração inicial de documentos e a tradução de termos jurídicos para uma linguagem mais acessível ao público não habituado aos jargões característicos dos meios jurídicos. Essas aplicações destacam o potencial da ferramenta para aumentar a eficiência e acessibilidade do sistema jurídico, oferecendo uma base sólida para o trabalho jurídico. Contudo, é fundamental que os usuários mantenham uma postura crítica e verifiquem a precisão, a pertinência e a relevância das informações geradas, reconhecendo a ferramenta como um auxílio, e não um sucedâneo geral para a análise e julgamento humanos. Por

outro lado, as precauções e contraindicações em relação ao uso do ChatGPT não podem ser subestimadas. A tecnologia apresenta limitações significativas em casos de alta complexidade jurídica, onde nuances contextuais e implicações éticas são primordiais. A falta de acesso a dados privados e sensíveis, essenciais para a análise de certas questões jurídicas, restringe a capacidade do ChatGPT de fornecer respostas precisas e relevantes nesses contextos.”

27/11/2024

Fonte: Anais Encontro de Administração da Justiça – EnAJUS 2024

Uso da Inteligência Artificial no Poder Judiciário brasileiro: um Ensaio Teórico

Jordânia de Sousa Gomes *et al.*

(Jordânia de Sousa Gomes - Universidade Federal do Ceará; Kátia Michelle Matos de Oliveira - Tribunal de Justiça do Estado do Ceará; Rafaella Lopes Ferreira - Tribunal de Justiça do Estado do Ceará; Ricardo Alexandre da Silva Costa - Tribunal de Justiça do Estado do Ceará)

Trecho: “O Poder Judiciário brasileiro vem passando por modernizações, principalmente com a inserção da tecnologia em suas rotinas. Isso é um efeito da resposta ao volumoso acervo processual existente, e que para diminuí-lo são necessárias a adoção de muitas estratégias. Recentemente, a utilização da inteligência artificial vem sendo empregada no apoio das atividades judiciais, e no intuito de entender o perfil, os achados e recomendações dos estudos realizados, o presente ensaio teórico busca identificar na literatura, por meio da fundamentação teórico-conceitual, como se caracteriza as publicações acadêmicas referentes ao uso da inteligência artificial no Poder Judiciário. Para isso, foi feito um levantamento de estudos realizados entre 2021 e 2024, mediante um processo de busca, seleção, elegibilidade e análises dos dados obtidos. Desse modo, pôde-se detectar que o perfil de autoria é majoritário de doutores. Quanto a evolução dos estudos, tem-se um pico em 2023, e a base teórica vem discutindo sobre uso da IA relacionada com a automação

de processos, apoio para as decisões judiciais, também na estruturação de dados sobre a matéria ambiental, aumento da eficiência, mas pondera e alerta para riscos éticos e proteção de dados. A metodologia adotada nas pesquisas é majoritariamente qualitativa, com análises documentais, pesquisas bibliográficas, descritivas e com análise de estudos de casos. E com isso, recomenda-se para pesquisas futuras a coleta e análise das percepções dos servidores e magistrados quanto ao uso da IA em suas rotinas, bem como a descrição das medidas para gestão de riscos na implantação.”

27/11/2024

Fonte: Anais Encontro de Administração da Justiça – EnAJUS 2024

A IA nos Tribunais sob o signo da tutela jurisdicional efetiva: algumas notas à luz do contexto português

Ricardo Pedro

(Doutor em Direito Público pela Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa. Investigador Integrado no Lisbon Public Law Research Centre (LPL) da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa)

Trecho: “O ponto de partida para o uso de IA nos Tribunais deverá ser a garantia da tutela jurisdicional efetiva no segmento do processo devido (tecnológico). O ponto de chegada deverá ser um processo um processo judicial materialmente orientado para a justiça material sem atropelos tecnológicos. Portanto, a tecnologia a serviço das garantias processuais e não o contrário...”

27/11/2024

Fonte: Anais Encontro de Administração da Justiça – EnAJUS 2024

Constitucionalismo digital: Desafios éticos e constitucionais na aplicação de algoritmos no Judiciário

Mateus Rodarte de Carvalho

(Diretor de Programação Financeira da Secretaria de Economia do DF, Auditor de Controle Interno do DF, graduado em Economista e Direito,

mestrado em Economia do Setor Pública, doutorando em Direito no IDP)

Trecho: “Na era digital, o avanço das tecnologias digitais e de informação, especialmente, a inteligência artificial (IA) e os algoritmos, têm provocado mudanças de paradigmas em diversas esferas, tais como as educacionais, sociais, políticas econômicas e o sistema judiciário. A crescente adoção de tecnologias digitais no judiciário exige uma reflexão crítica sobre suas implicações para os direitos fundamentais. Embora os algoritmos possam otimizar processos e reduzir a carga de trabalho, há riscos associados à imparcialidade das decisões automatizadas e à proteção de dados pessoais e garantias fundamentais. Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo investigar o conceito de constitucionalismo digital e a aplicação dos algoritmos no sistema judiciário brasileiro. Assim, a digitalização do judiciário representa uma oportunidade significativa para a modernização e eficiência, mas também traz desafios éticos e jurídicos que precisam ser mapeados, estudados e examinados. A adoção de tecnologias digitais deve ser acompanhada de uma estrutura robusta de proteção aos direitos fundamentais, assegurando que a digitalização do judiciário contribua para uma justiça mais equitativa.”

27/11/2024

Fonte: Anais Encontro de Administração da Justiça – EnAJUS 2024

IA no Judiciário: uma proposta de framework integrativo

Stephanie Almeida de Jesus Dias, Renato Máximo Sátiro e Ricardo Limongi

[Stéphanie Almeida de Jesus Dias (UFG, TRT6), Renato Máximo Sátiro (USP) e Ricardo Limongi (UFG)]

Trecho: “Os resultados desta pesquisa apontam, em especial, para a necessidade de uma colaboração estreita entre os campos da administração da justiça, tecnologia e direito, a fim de superar os desafios identificados. A análise revela que apesar do esforço já dedicado a esse tema e dos progressos já alcançados, ainda há um vasto campo de pesquisa e desenvolvimento a ser explorado. Ainda 3

são necessários avanços que possibilitem, por exemplo, a promoção da alfabetização digital no contexto judicial, desenvolvimento de sistemas que compreendam e atuem alinhados aos princípios fundamentais do direito, que considerem especificidades do Estado de Direito, adaptáveis às mudanças legislativas e às lacunas legais. Por fim, este estudo permite inferir que o processo de inclusão de soluções de IA no contexto judicial apresenta desafios que emergem conforme a tecnologia e as possibilidades de implementação avançam. Desse modo, é essencial a criação de um ecossistema administrativo, legal e tecnológico que seja tanto inovador quanto inclusivo, com equilíbrio entre as possibilidades que a tecnologia oferece e o respeito aos princípios que fundamentam a justiça e o direito.”

27/11/2024

Fonte: Anais Encontro de Administração da Justiça – EnAJUS 2024

Inteligência artificial e Poder Judiciário: riscos e benefícios de um debate inevitável

Maíra Fernandes

(Advogada criminal, mestre em Direito pela UFRJ, com dissertação sobre a fixação da competência da operação "lava jato", especialista em Direitos Humanos pela UFRJ, professora da FGV Rio e presidente da Comissão de Direito Penal Econômico da Abracrim RJ)

Trecho: “Há muito a discutir para a implementação de inteligência artificial pelo Poder Judiciário. A vedação ao uso de tecnologias preditivas não está tão evidente no novo Ato do CNJ, quanto estava na Res. 332/20, e há muitos riscos para a sua implementação em decisões judiciais. Apesar das previsões sobre auditabilidade da minuta do CNJ, não há clareza sobre como ela será realizada e, sem isso, não é possível afastar os riscos de decisões judiciais com viés discriminatório, especialmente se deduzirmos que os softwares serão alimentados por fontes referentes ao nosso próprio sistema de justiça criminal. Os benefícios prometidos para desanuviar o inchaço processual são de fato sedutores, mas uma impensada implementação da inteligência artificial na área criminal pode ter,

justamente, o efeito inverso: aumentar as prisões indevidas, os erros judiciais, as condenações e, via de consequência, a superlotação do nosso já falido sistema prisional.”

23/10/2024

Fonte: Conjur

A importância da IA no direito brasileiro da atualidade

Gilda Figueiredo Ferraz de Andrade

(Advogada. Graduação USP, Largo de São Francisco, em 1.981. Mestrado em direito do trabalho - USP. Ex Conselheira da OAB/SP)

Trecho: “Aqui abordamos os conceitos fundamentais de Inteligência Artificial, suas aplicações no Direito, os desafios e limitações da sua utilização, o marco regulatório no Brasil, estudos de caso, perspectivas futuras e tendências. Ressaltamos também a importância de um cuidadoso gerenciamento dos algoritmos para evitar a perpetuação de vieses e discriminação, bem como a necessidade de uma legislação direta, clara e eficaz para regular a IA no contexto jurídico. Analisamos, por outro lado, a relevância de políticas e mecanismos regulatórios eficazes para mitigar os desafios éticos e garantir a utilização responsável da IA. Finalmente, a IA é a ferramenta de trabalho mágica colocada à disposição pela tecnologia a todos os operadores do direito. Porém, que nunca se olvide que o elemento humano, vênha permissa, ainda é e sempre será a alma das relações jurídicas.”

23/07/2024

Fonte: Migalhas

Inteligência artificial, direito e pesquisa jurídica

Marco Almada e Rafael Augusto Ferreira Zanatta

(Marco Almada é Pesquisador do Instituto Universitário Europeu (Florença, Itália); Rafael Augusto Ferreira Zanatta é advogado, doutor pelo Instituto de Energia e Ambiente da USP)

Trecho: “O avanço da IA se reflete cada vez mais no direito, em variadas aplicações e técnicas. Nos últimos dez anos, diferentes projetos de uso de IA se institucionalizaram no sistema de justiça no Brasil. O presente artigo mapeia as implicações dessa transformação para a pesquisa em direito. Argumenta-se que, embora a IA jurídica tenha grande potencial, pode também levar a erros e até mesmo amplificar injustiças estruturais na sociedade. Por isso, o artigo identifica questões centrais para a discussão de quando, como e onde é desejável usar IA para a pesquisa jurídica.”

20/06/2024

Fonte: Revista USP, São Paulo, Brasil, n. 141, p. 51–64, 2024.

O impacto da inteligência artificial na prática jurídica

Mac Amaral Cartaxo

[Diretor e professor de Direito da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Brasília (FPMB), pós-Doutor em Administração pela Universidade Mackenzie (2024), doutor em Ciência da Informação (2016), mestre em Administração (2000) e graduado em Administração (1993) e em Direito (2006)]

Trecho: “O direito envolve um grande volume de dados e diversos tipos de documentação para serem analisadas. Com a automação das tarefas jurídicas, cada vez mais o profissional jurídico pode poupar tempo em relação a essa quantidade de informações. Existem estudos que destacam que a inteligência artificial pode reduzir o tempo necessário para a revisão de documentos em até 60%, o que transforma a eficiência operacional dos escritórios de advocacia. Isso não apenas economiza tempo, mas também aumenta a precisão ao identificar padrões e cláusulas relevantes em grandes conjuntos de dados.”

10/05/2024

Fonte: Conjur

O Uso do ChatGPT e do Gemini no fazer jurídico

Cristina Godoy Bernardo de Oliveira e Tiago Augustini de Lima

[Cristina Godoy Bernardo de Oliveira é professora doutora da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto - Universidade de São Paulo desde 2011. Academic Visitor da Faculty of Law of the University of Oxford (2015-2016). Pós-doutora pela Université Paris I Panthéon-Sorbonne (2014-2015). Doutora em Filosofia do Direito pela Faculdade de Direito da USP (2011). Graduada pela Faculdade de Direito da USP (2006). Líder do Grupo de Pesquisa Direito, Ética e Inteligência Artificial da USP - CNPq. Coordenadora do Grupo de Pesquisa "Tech Law" do Instituto de Estudos Avançados (IEA/USP). Membro fundador do Instituto Avançado de Proteção de Dados – IAPD; Tiago Augustini de Lima é advogado Graduado e Mestrando em Direito pela Faculdade de Direito da USP - Campus Ribeirão Preto. Bolsista CAPES. membro do grupo de pesquisa em inteligência artificial C4AI (USP). Bolsista PET. Bolsista de Iniciação Científica PUB/USP. Bolsista de Pesquisa e Extensão Aprender na Comunidade: Informar para Democracia (USP). Bolsista em Estágio à Docência PAE/USP (Programa de Aperfeiçoamento de Ensino)]

Trecho: “IA generativa de processamento de linguagem natural pode trazer grandes benefícios no cotidiano jurídico - a revisão gramatical de peças jurídicas, garantindo fluidez e coerência nos textos é só um exemplo do bom uso das IAs. A tecnologia não é assessor jurídico, porque não possui conhecimento, como já abordamos acima, entretanto, ela pode ajudar em trabalhos massificados - a utilização de modelos de petições e peças jurídicas já é utilizada tanto pela Advocacia, pelo Ministério público e pelo Judiciário de forma rotineira - facilitada pela digitalização - mas, pensemos, não seria coerente utilizar qualquer modelo, ou até mesmo não trocar a fundamentação dos modelos ao caso fático? Todos em suas práticas jurídicas já realizam este cuidado, por que não verificar a autenticidade das informações colhidas de IA quando as utilizarem?”

22/03/2024

Fonte: Migalhas

Inteligência artificial no Poder Judiciário brasileiro: a experiência europeia como referência

Adriana Barrea e Camila Henning Salmoria

(Adriana Barrea é Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo nas Varas Cíveis de Campinas. Cursando especialização em Gestão Judicial: Judiciário de Alta Performance, pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), e Direito Digital pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam). Especialista em Serviço Social, Ética e Direitos Humanos (Unylea); Camila Henning Salmoria é Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Paraná, titular junto à 5ª Turma Recursal; mestranda em Direito, Eficiência e Sistema de Justiça, na Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) e cursando especialização em Direito Digital pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam); graduanda em Inteligência Artificial pela Universidade Positivo (UP); pesquisadora de gênero no coletivo Todas da Lei, professora de pós-graduação na EMAP/Faculdade Pan-americana)

Trecho: “O objetivo deste artigo é analisar o EU AI ACT, identificando suas potencialidades para a melhoria da regulação brasileira para o Poder Judiciário, a Resolução 332 do CNJ. Através de uma abordagem metodológica dedutiva, empregando pesquisa indireta embasada em revisão bibliográfica e documental, o estudo analisa o modelo regulatório europeu traçando um comparativo com o sistema brasileiro identificando possibilidades de aprimoramento. A análise do EU AI ACT revela que o modelo regulatório europeu é mais abrangente e robusto do que o brasileiro e revela que a Resolução 332 do CNJ pode ser aprimorada em uma série de aspectos. Como conclusão, o estudo verifica que há grandes oportunidades de melhoria da Resolução 332 do CNJ com a adoção de modelos trazidos pela regulação europeia.”

15/12/2023

Fonte: Escola Paulista da Magistratura

Inteligência artificial no Brasil: Avanços regulatórios

Leonardo Figueiredo Barbosa e Caroline da Rosa Pinheiro

(Leonardo Figueiredo Barbosa é doutor e mestre em Direito e especialista em Direito Digital pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil; doutor e mestre em Filosofia e bacharel em Direito pela UERJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil; professor da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil; advogado; Caroline da Rosa Pinheiro é doutora pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil; professora de Direito Empresarial da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, Brasil).

Trecho: “O artigo tem por objetivo apresentar o atual estado da regulação da inteligência artificial (IA) no Brasil, após breve indicação do panorama regulatório do tema no mundo. A hipótese adotada é a de que a escolha de uma concepção mais ampla de regulação permite considerar melhor alguns fatores capazes de exercer influência significativa na regulação do comportamento humano, além de oferecer estratégias, dinâmicas e instrumentos mais adequados para lidar com as singularidades do desenvolvimento tecnológico, em especial as dificuldades representadas pela IA. Com base em revisão bibliográfica e no método dedutivo, apresentam-se algumas discussões doutrinárias, a análise da Recomendação da OCDE, do relatório da minuta do Substitutivo do Senado Federal e do Projeto de Lei nº 21/2020, que estabelece fundamentos, princípios e diretrizes para o desenvolvimento e a aplicação da IA no Brasil.”

out./dez. 2023

Fonte: Revista de Informação Legislativa: RIL, Brasília, DF, v. 60, n. 240, p. 11-41.

“Privatização” e Digitalização da Justiça: Velhos e Novos Problemas?!

Ricardo Lopes Dinis Pedro, Miguel Lopes Romão e Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia

(Ricardo Lopes Dinis Pedro, Centro de Investigação de Direito Público; Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia, Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra / Direção-Geral da Política de Justiça; Miguel Lopes Romão, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa; IURIS – Centro de Investigação Interdisciplinar)

Trecho: “O presente texto trata do tema da presença crescente de entes privados na administração da justiça contemporânea. Em Portugal, têm sido desenvolvidas políticas públicas que permitem a participação destes atores, mas tal opção traz preocupações sobre a garantia do interesse da boa administração da justiça pelos privados, a par dos seus interesses próprios. Acresce que a digitalização da justiça por vezes impõe a contratação de serviços a entes privados, em particular devido à falta de conhecimento e expertise públicos para desenvolver soluções digitais, como a implementação de algoritmos, por vezes, implica. Neste cenário, não é incomum que tais algoritmos sejam secretos, somando-se ainda o facto de muitas das vezes serem opacos, o que traz novos problemas relativos à garantia do processo justo, da igualdade de armas e da transparência judicial.”

23/10/2023

Fonte: Anais Encontro de Administração da Justiça – EnAJUS 2023

Sistema Único x Interoperabilidade: Reflexos para Gestão e Desenvolvimento de Inteligências Artificiais

Karyn Adame Rinaldi

(Faculdade de Direito de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo)

Trecho: “Anterior à discussão sobre a implementação e utilização de inteligência artificial nos tribunais existe o debate sobre o sistema processual eletrônico a ser utilizado. De um lado está o Conselho Nacional de Justiça que incentiva a unificação no PJe e do outro os

tribunais que já possuem seus próprios sistemas e estão adaptados a eles, como é o caso do Tribunal de São Paulo (eSaj) e dos Tribunais Federais do Sul (eProc). Meio ao desamparo normativo que predominou nos últimos anos e tendo em vista a possibilidade de compartilhamento das ferramentas de IA desenvolvidas, esse estudo enxerga na interoperabilidade entre os sistemas a solução mais adequada. O objetivo geral do presente artigo é demonstrar como as escolhas de gestão promovidas pelos tribunais e pelo CNJ impactam na atual capacidade de produção e compartilhamento de soluções informatizadas. Para tanto, o estudo parte do referencial teórico e legislativo para analisar os dados numéricos e de depoimentos extraídos dos relatórios de grandes centros de pesquisa como Insuper, Fundação Getúlio Vargas e próprio CNJ.”

23/10/2023

Fonte: Anais Encontro de Administração da Justiça – EnAJUS 2023

Governança e Valor Público: os Desafios à Inteligência Artificial nos Tribunais Brasileiros

João Paulo Braga Cavalcante et al.

(João Paulo Braga Cavalcante, Lab. de Inovação do TJCE; ESMEC; Flávio José Moreira Gonçalves, ESMEC; Flavianne Damasceno Maia, ESMEC; Nara Rejane Gonçalves de Araújo, ESMEC)

Trecho: “Com base na perspectiva da nova governança e do valor público, investigamos como os projetos de Inteligência Artificial (IA) desenvolvidos pelos tribunais de justiça brasileiros estão articulados para promover resultados políticos efetivos, entregando bens públicos legítimos almejados coletivamente. No contexto do acesso à justiça, nosso estudo considera, na análise e categorização das iniciativas de IA pelos tribunais, que os novos modelos de justiça estão intrinsecamente ligados à discussão da transparência e da responsabilização dos gestores e órgãos públicos, bem como à capacidade de enfrentar os problemas sociais. O Judiciário é cada vez mais demandado como um ator coletivo diante do contexto de vulnerabilidade que afeta amplamente diversos grupos sociais no Brasil. Neste cenário, a IA entra como mais um fator de complexidade

no sistema social. Há, de fato, uma corrida nos tribunais pela IA, como demonstra a Plataforma Sinapse, que, no último levantamento, viu crescer em torno de 171% as iniciativas em IA. Na dimensão de inclusão/acesso, é necessário investigar até que ponto as iniciativas se articulam com um processo mais amplo de inovação e reestruturação do serviço judicial, bem como com a mudança de cultura da instituição. Além disso, é importante avaliar em que medida podem se concentrar excessivamente nos aspectos técnicos, com um olhar voltado para os processos internos. Os resultados deste trabalho destacam que tanto os bots como a produção via IA de documentos ou a execução de etapas de um processo vieram para ficar. É por isso que os stakeholders da área precisam estar conscientes dos objetivos de governança e valor público, que são os fins em si mesmos das organizações públicas.”

23/10/2023

Fonte: Anais Encontro de Administração da Justiça – EnAJUS 2023

ChatGPT e o direito processual

Alana Engelmann

(Mestranda em Direito Público pela Unisinos. Especialista em Processo Civil pela Unisinos. Pesquisadora. Membro do IBDP e da ABEP. Conselheira da OAB-RS. Advogada)

Trecho: “Considerando que o Poder Judiciário sempre buscou meios de obter um processo mais célere, justo e com um resultado efetivo (ressaltando aqui que a efetividade possui relação não apenas com o resultado útil do processo, mas com sua concretização no plano material), resta claro que sistemas inteligentes podem ser utilizados como suporte para o problema relacionado ao número excessivo de demandas em detrimento do número de serventuários da justiça.

Por outro lado, não se pode esquecer da necessidade de respeito dos princípios constitucionais inerentes ao processo quando se fala da aplicabilidade de qualquer tecnologia junto ao processo judicial. No caso do juiz colombiano, quando houve a utilização do referido sistema, ele simplesmente ignorou esse cuidado necessário. Esse alerta é

trazido exatamente com o objetivo de que não ocorra o mesmo em nosso sistema judiciário.”

13/04/2023

Fonte: Jota

A Inteligência Artificial vai mudar o Direito para sempre? Conversamos com um especialista!

Gabriel Rodrigues Teixeira

(Estudante de Direito na Universidade de Brasília (UnB) e foi Visiting Student na UC Berkeley)

Trecho: “Não há forma melhor de começar este texto do que falando da pergunta da manchete: A inteligência Artificial vai mudar o Direito para sempre? “A inteligência artificial pode ter um impacto significativo na área do direito, como automatizar tarefas rotineiras e dispendiosas como a análise de documentos e a pesquisa jurídica. Isso pode permitir que advogados e juízes se concentrem em questões mais complexas e de maior importância. Além disso, a IA pode ajudar a identificar padrões e tendências em casos passados, o que pode ser útil na tomada de decisões judiciais.”

01/02/2023

Fonte: Migalhas

“Sob controle do usuário”: formação dos juízes brasileiros para o uso ético da IA no Judiciário

Eunice M. B. Prado, Luciane A. Corrêa Münch e Márcia A. Corrêa Ughini Villarroel

(Eunice M. B. Prado é Juíza de Direito do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Mestranda no Curso de Mestrado Profissional em Direito do PPGPD/ENFAM – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, Pós-Graduada em Direito do Consumidor e Responsabilidade Civil, integrou no CNJ o Grupo de Trabalho “Ética e Inteligência Artificial”, cujos estudos colaboraram para a Resolução nº

332/2020; Luciane A. Corrêa Münch é Desembargadora Federal do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Membro do Corpo Docente do PPGPD/ENFAM – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, Doutora em Direito pela Universidade de Genebra (Suíça), LLM Master of Laws pela LSE Law School (Reino Unido), Mestre em Direito pela PUCRS, Especialista em Direito Internacional e Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela UFRGS; Márcia A. Corrêa Ughini Villarroel é Doutora em Psicologia e Educação pela Universidade de São Paulo – USP, Professora Permanente do Mestrado em Informática da Educação do Instituto Federal do Rio Grande do Sul – IFRS, Campus Porto Alegre)

Trecho: “Este artigo investiga a capacitação dos juízes brasileiros para exercer controle ético sobre ferramentas de inteligência artificial (IA) aplicadas à atividade jurisdicional. O Judiciário brasileiro vem investindo fortemente no uso e no desenvolvimento de ferramentas de IA, contando com 64 sistemas de IA em uso ou desenvolvimento nos diversos tribunais. A Resolução nº 332/2020, que trata da ética, da transparência e da governança na produção e no uso de IA no Judiciário, adotou, entre outros, o princípio do controle do usuário, que estabelece direitos e deveres ao usuário quanto ao controle ético da IA. Assim, cabe ao juiz, como usuário interno, exercer tal controle ao utilizar ferramenta de IA no desempenho da atividade jurisdicional. Porém, para fazê-lo, precisa conhecer o poder-dever que lhe cabe, e estar capacitado a exercê-lo. Utilizando-se de metodologia de pesquisa quantitativa do tipo *survey*, apurou-se que a grande maioria dos magistrados brasileiros desconhece os termos da Resolução nº 332/2020; não se considera preparada para exercer controle ou supervisão de ferramentas de IA; tampouco se qualificou para tanto nos últimos três anos. Considerando que já há ferramentas de IA em uso pelo Judiciário, conclui-se pela necessidade de refletir sobre a política até então adotada, sugerindo que os investimentos na área sejam também direcionados à inclusão ou ampliação da capacitação dos magistrados para exercer o controle esperado.”

14/03/2022

Fonte: Série Direito Hoje – Emagis TRF4

A Aplicação de Inteligência Artificial do Poder Judiciário e a Eficiência

Adriana Lúcia Muniz de Souza e Fillipe Azevedo Rodrigues

[Adriana Lúcia Muniz de Souza (Universidade Potiguar); Fillipe Azevedo Rodrigues (Universidade Potiguar)]

Trecho: “A tecnologia e os seus contínuos aperfeiçoamentos estão presentes em todos os setores de uma sociedade, trazendo inúmeros benefícios e uma inevitável dependência de sua utilização em nosso dia a dia. Pode ser percebida no Poder judiciário com a digitalização dos processos, a utilização das mais diversas plataformas jurídicas. Porém, nem tudo são flores, registra-se um volume acentuado de demandas que mantêm precária a devida celeridade e a observância da razoável duração do processo, em que pese aos incrementos das plataformas digitais. Assim, indaga-se: como o Poder Judiciário brasileiro pode ser mais eficiente na prestação de seus serviços à sociedade com o emprego de inteligência artificial para tomada de decisões no âmbito dos tribunais estaduais. Apresentada a problemática, a pesquisa é documental, qualitativa, exploratória e baseada em revisão bibliográfica, por meio do método hipotético-dedutivo. No que diz respeito aos objetivos, busca-se reconhecer os avanços com a virtualização dos processos judiciais nos tribunais estaduais, sem descuidar de eventuais problemas próprios das ferramentas digitais disponíveis; discutir as causas de congestionamento e multiplicação de demandas no Poder Judiciário brasileiro na esfera dos tribunais estaduais; e propor aprimoramentos no uso de ferramentas digitais e inteligência artificial que possam contribuir para uma alocação ótima de recursos do Poder Judiciário, ampliando a produtividade das unidades judiciárias e mitigando erros operacionais. Como resultados, foram encontrados diversos estudos e esforços nos órgãos de direção e planejamento da Justiça brasileira e investimentos em soluções que permitam a automação de processos administrativos e judiciais e de atividades de rotina judiciária.”

26/10/2021

Fonte: Anais Encontro de Administração da Justiça – EnAJUS 2021

Inteligência Artificial e Redes de Colaboração: o Caso Victor

Stéphanie Almeida de Jesus Dias et al.

[Stephanie Almeida de Jesus Dias (Universidade Federal de Goiás - UFG); Renato Máximo Sátiro (Universidade Federal de Goiás - UFG); Jéssica Traguette (Universidade Federal de Goiás - UFG); Kássia Barros Neves (Universidade Federal de Goiás - UFG); Isabela de Souza Neiva (Universidade Federal de Goiás - UFG)]

Trecho: “Este artigo analisa a influência das redes de colaboração para a implantação de inovações no Poder Judiciário por meio do Projeto Victor, uma solução de inteligência artificial desenvolvida pelo Supremo Tribunal Federal em conjunto a Universidade de Brasília. Adotou-se o método qualitativo-descritivo, analisando o Termo de Execução Descentralizada firmado entre tais instituições à luz das Resoluções nº 332 e 345 de 2020 do Conselho Nacional de Justiça. A relevância deste estudo consiste em verificar como a colaboração entre as organizações permite a operacionalização de iniciativas inovadoras no âmbito deste poder e como tais projetos podem ser instrumentalizados a partir dos atos normativos vigentes. Como resultado, identificou-se que a inteligência artificial Victor pode ser considerada uma iniciativa de sucesso em decorrência dos ganhos de eficiência observados. Além disso, observa-se que este pode ser considerado um projeto que concretiza o direcionamento atual do CNJ rumo a um judiciário que busca aprimoramento contínuo e uma prestação jurisdicional que atenda às necessidades da sociedade por meio de estratégias que alinhem tecnologia e a atuação de diversos atores, sejam eles internos ou externos ao sistema judicial.”

26/10/2021

Fonte: Anais Encontro de Administração da Justiça – EnAJUS 2021

Um robô pode julgar? Quem programa o robô?

Lenio Luiz Streck

(Jurista e professor)

Trecho: “Em resumo, permito-me acrescentar: apostar em robôs ou admitir que robôs possam "julgar" (ou de algum modo substituir o trabalho dos juízes) nada mais é do que transferir o polo de tensão (poder) do Direito para o poder julgador. Antes, era o instrumentalismo, o realismo; agora poderá ser o robô. O problema é: quem é o dono do robô? Quem o alimenta? Cabem embargos de declaração da decisão de um robô? Quem decidirá? Como o robô aplicará os incisos de I a VI dos artigos 489 do CPC e 315 do CPP? Ou o robô responderá, de forma padronizada (afinal, é um robô) que nada tem a esclarecer? Como os algoritmos resolvem uma *distinguishing*? Como interpretam o artigo 916 do CPC? Comi identificar um precedente e comparar com o caso concreto sem cair em uma abstratidade? E o artigo 10, da não surpresa? E se o robô, ele mesmo, for surpreendido?”

03/09/2020

Fonte: Conjur

Inteligência artificial – A nova direção do mundo e a sua utilização na imprevisibilidade de acontecimentos das questões sociais – Pandemia – COVID-19

Helio Saul Mileski

(Conselheiro jubilado e ex-Presidente do TCE-RS. Doutor em Direito Administrativo pela Universidade de Salamanca (Espanha). Professor, advogado, consultor e parecerista. Membro da Academia Brasileira de Filosofia e Membro do Conselho Editorial da Revista *Interesse Público*)

Trecho: “Em conclusão, como vimos o uso da inteligência artificial, em um ou mais momentos, tornou-se indispensável. É uma tecnologia essencial, tão importante como a eletricidade. A indústria está usando a inteligência artificial para tudo porque ela pode melhorar como as pessoas acessam, recebem e transmitem informações. Aos poucos, ela está entrando na vida das pessoas, fazendo muitas coisas e auxiliando a fazer outras tantas. Portanto, sem dúvida alguma, a utilização da inteligência artificial no combate à COVID-19 será fator fundamental. A COVID-19, na atualidade, por ser ainda um mistério para médicos, biólogos e pesquisadores de todo o mundo, demonstra

que necessitará da ciência para desenvolver conhecimento, vacinas e medicamentos.”

Maio, 2020

Fonte: Fórum Administrativo – FA, Belo Horizonte, ano 20, n. 231, p. 49-55.

A Inteligência Artificial nos Tribunais Brasileiros: um Redutor de Custos de Transação

Demétrio Beck da Silva Giannakos

(n/c)

Trecho: “O texto que aqui se inicia tem por objeto analisar, em primeiro lugar, alguns conceitos existentes sobre a IA, bem como a sua dificuldade de conceituá-la de forma uníssona. Ainda, será demonstrado ao leitor que a dificuldade de conceituar a IA, na verdade, facilitou a pesquisa e o desenvolvimento da área. Ainda, recentemente, a inteligência artificial, ao ser aplicada aos Tribunais brasileiros, tem mudado o dia-a-dia dos mesmos e de que forma esta nova tecnologia reduzirá custos de transação nos processos judiciais para as partes e, até mesmo, para o próprio Poder Judiciário. Será analisado, também, os possíveis limites que a IA possui em sua aplicação. Por exemplo, podemos conceber que as sentenças e acórdãos passem a não ser proferidos por seres humanos? Uma decisão de mérito proferida pela inteligência artificial seria válida? Teria condições de analisar todas as questões de fato e direito analisadas em cada ação judicial? Enfim, são dúvidas recentes que serão analisadas no presente trabalho.”

16/04/2020

Fonte: Unisinos - Revista de Direito da Empresa e dos Negócios, v. 3 n^o 2

As Repercussões da Inteligência Artificial na Teoria da Tributação

Fernando Aurelio Zilveti

[Mestre, Doutor e Livre-docente em Direito Tributário pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Professor e Diretor do Instituto Brasileiro de Direito Tributário (IBDT)]

Trecho: “O rápido desenvolvimento da inteligência artificial – IA – gera um risco de demissão em massa do trabalho humano. A proposta de tributar os robôs de IA demanda mudanças na teoria da tributação. Questiona-se, então, até que ponto uma nova tecnologia pode afetar o direito tributário. Assumindo que a inteligência artificial pode ser personificada como um Robotax, o propósito deste ensaio é investigar como os pilares da teoria da tributação se modificam para atender aos efeitos disruptivos provindos da tecnologia.”

01/12/2019

Fonte: Revista Direito Tributário Atual, (43), p. 483–498.

Inteligência artificial como oportunidade para a regulação jurídica

Wolfgang Hoffmann-Riem

(Bucerius Law School, Hamburg, Ex-Juiz do Tribunal Constitucional Federal da Alemanha)

Trecho: “No início do artigo, são apresentados exemplos de possibilidades de utilização de inteligência artificial (IA) e referências a dimensões de efeitos sobre a sociedade. O seu objeto são os desafios postos pela IA para o estabelecimento e a aplicação do Direito, particularmente de regulamentações jurídicas que preservem as oportunidades associadas com a IA, mas evitem ou ao menos minimizem possíveis riscos. O ordenamento jurídico precisa garantir a “boa governança digital”, tanto para o desenvolvimento de sistemas algorítmicos de modo geral quanto para a utilização da IA em especial. Especialmente grandes são os desafios que se colocam para a regulação da utilização de algoritmos que operam por meio de aprendizado de máquina, como, por exemplo, no caso do *machine learning*. Particularmente difícil é garantir transparência,

responsabilidade, imputabilidade e possibilidade de revisão posterior, bem como mitigar as possibilidades de discriminação (especialmente de discriminação oculta). O artigo sistematiza as abordagens regulatórias disponíveis. Ele enfatiza também que confiar no cumprimento de princípios éticos não é suficiente e que a regulação jurídica complementar é imprescindível também nas áreas caracterizadas, majoritariamente, pela autorregulação das empresas. Acentua-se, ainda, a necessidade de tratados e instituições transnacionais para lidar com o tema.”

Nov-dez 2019

Fonte: RDU, Porto Alegre, Volume 16, n. 90, 2019, 11-38.

Revolução 4.0 no Poder Judiciário: Levantamento do uso de Inteligência Artificial nos Tribunais Brasileiros

Fernanda Bragança e Laurinda Fátima da F. P. G. Bragança

(Fernanda Bragança é Doutoranda no Programa de Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense – UFF. Mestre em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ/FND. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ/FND. Pesquisadora do Laboratório Fluminense de Estudos Processuais – LAFEP; Laurinda Fátima da F. P. G. Bragança é Doutora pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio. Professora da Universidade Federal Fluminense- UFF)

Trecho: “Este artigo tem por objetivo fazer um levantamento do uso de inteligência artificial pelo Judiciário brasileiro de modo a identificar os tribunais em que a mesma já está implantada e as funções que realiza. Os portais institucionais e alguns sites especializados divulgam notícias esparsas sobre esta temática, mas a necessidade de constante atualização dificulta a elaboração de estudos sistematizados. Esta pesquisa visa contribuir com algumas informações mais detalhadas sobre a realidade tecnológica de alguns órgãos judiciários do país e sobre o que se pode esperar para um futuro próximo neste campo. A metodologia consistiu em uma revisão bibliográfica de artigos que abordaram este assunto.”

jul./out. 2019

Inteligência artificial na tomada de decisões judiciais: três premissas básicas

Andre Vasconcelos Roque, Lucas Braz Rodrigues dos Santos, et al.

(Andre Vasconcelos Roque é doutor e Mestre em Direito Processual pela UERJ. Professor de Direito Processual Civil da UERJ; Lucas Braz Rodrigues dos Santos é especialista em Direito Tributário e Processo Tributário pela EPD. Pós-graduando em Direito Processual Civil pela PUC/SP. Professor de Direito Processual Civil da ESAMC Santos)

Trecho: “Dessume-se, a partir dessa breve reflexão, que, apesar de a inteligência artificial revelar-se como uma forte aliada na retomada na promoção e eficiência dos atos processuais, o seu avanço tecnológico sem a devida cautela pode-se revelar temerário. Dessa forma, ainda que reconhecendo que a utilização da inteligência artificial pode representar um caminho sem volta do Poder Judiciário, buscou-se estabelecer premissas básicas para que o seu emprego respeite as garantias fundamentais do processo.”

25/11/2019

Fonte: Migalhas

A Quarta Revolução Industrial e a Inteligência Artificial: um estudo sobre seus conceitos, reflexos e possível aplicação no Direito por meio da análise de texto jurídico como forma de contribuição no processo de categorização preditiva de acórdãos

Deivid Augusto Werner

(Graduação em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2017) e Mestrado em Direito das Empresas e dos Negócios pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2019), é advogado e professor da Faculdade de Integração do Ensino Superior do Cone Sul – FISUL)

Trecho: “A presente dissertação busca verificar se o Direito possui características determinantes para a aplicabilidade de Inteligência Artificial, por meio da análise de aspectos específicos da

contemporânea inter-relação entre o Direito e a Inteligência Artificial sob a ótica da chamada 4ª Revolução Industrial, com observância no hoje e nos reflexos no amanhã, cujos objetivos são apresentados por meio da ponderação a) acerca do começo de tudo e estado da arte; b) a respeito da significação percebida, hodiernamente, da Inteligência Artificial, bem como sobre formas de se obtê-la (mineração de texto, processamento de linguagem natural, aprendizado de máquina, algoritmos e decisão automatizada); c) quanto aos possíveis impactos - perspectivas e riscos - da Inteligência Artificial na seara jurídica. Para tanto, a dissertação se divide em três partes, elucidando, inicialmente, aos juristas e não juristas, sobre a caracterização da 4ª Revolução Industrial e os reflexos da Inteligência Artificial, abordando sobre os principais conceitos que permeiam o tema, bem como dos que dizem respeito aos exemplos que se utilizou para compreender a forma de se obter a Inteligência Artificial. A segunda parte é direcionada a análise da aplicabilidade direta da Inteligência Artificial no Direito, permeando probabilidades e modelos já existentes verificados no hodierno, não obstante a análise dos riscos e desafios inerentes à atividade jurídica proporcionados pelas tecnologias disruptivas. Por último, busca-se refletir, metodologicamente, sobre a aplicação de alguns dos conceitos percorridos no contexto do trabalho num caso prático, notadamente o de “atributos” – mineração de texto jurídico que se consubstanciou, ao cabo, num “dicionário humano”, o qual representa a hipótese da dissertação, tudo com o auxílio de ferramentas da tecnologia da informação, assim como de pesquisa externa realizada com profissionais do Direito, possibilitando, portanto, uma compreensão do que pode se chamar de baseline (linha de base, em tradução literal) de qualquer que se chame de Inteligência Artificial.”

06/08/2019

Fonte: Unisinos - Programa de Pós-Graduação em Direito da Empresa e dos Negócios

Juízes na mira dos robôs

Caio Cesar Rocha

(Advogado, jurista e especialista em arbitragem)

Trecho: “O próximo passo seria eliminar a necessidade das decisões partirem apenas do magistrado. Como no exemplo estoniano, a inteligência artificial poderia ser empregada nos tribunais brasileiros para resolver querelas menores e menos complexas. Em áreas onde há expressivo aumento da judicialização, como na saúde, onde se registrou um aumento de 130% no número de demandas em dez anos, os algoritmos se encarregariam de definir sentenças em larga escala, rapidamente. Tudo, claro, com a supervisão dos juízes.”

23/07/2019

Fonte: Migalhas

A inteligência artificial no direito e os equívocos da OAB

Eduardo Koetz

(Professor e Advogado. Especialista em Direito Previdenciário e Gestão e Marketing Jurídico Digital. Pós-graduado em Direito Trabalhista pela UFRGS e em Direito Tributário ESMAFE/RS)

Trecho: “Não há como negar: a Inteligência Artificial chegou para ficar em todas as áreas da sociedade. E no mundo jurídico não é diferente. Há pelo menos cinco anos, dezenas de novas tecnologias estão transformando a forma de prestação do serviço jurídico dentro do balcão do Judiciário e na advocacia em geral intensamente. Há quem resista, há quem critique e há até quem defenda a criação de mecanismos de proibição. Mas o fato é que a sociedade evolui e a inteligência artificial já faz parte do dia a dia das pessoas. Dados da Internet Trends 2018 revelam que 50% da população mundial está online, sendo que 36% em redes sociais. E como o Direito vai ficar de fora dessa evolução?”

30/08/2018

Fonte: Revista Jus Navigandi

Desafios da inteligência artificial para a profissão jurídica

Henrique Raimundo do Carmo Sperandio

(n/c)

Trecho: “As conquistas recentes obtidas com o auxílio de ferramentas de Inteligência Artificial (IA) provocam curiosidade crescente e, ao mesmo tempo, geram certo desconforto. Indagações quanto à possibilidade de a IA substituir o trabalho do homem ou à eventualidade de que a máquina possa vir a pensar como um ser humano aparecem quando se discorre a respeito da interação da máquina com a sociedade. Aparentemente, há consenso entre os especialistas sobre o fato de que a IA seja uma tecnologia importante na prática do Direito. O objetivo deste trabalho é apresentar tal tecnologia ao leitor, identificar seus principais impactos na profissão jurídica e mapear os desafios que aparecerão do conflito e da confusão gerados pelas mudanças tecnológicas. Como a discussão sobre o alcance da IA é recente, foi realizada uma revisão bibliográfica a respeito do tema. Para tanto, foi consultada a literatura especializada publicada por meio das mídias tradicionais durante os últimos dez anos no Brasil, nos Estados Unidos e na Europa. Para relatar a abrangência da tecnologia em questão, optou-se por pesquisar experiências de empresas brasileiras que estejam desenvolvendo ferramentas de IA para o mundo jurídico, bem como comentar experiências de escritórios de advocacia na discussão e implementação de atividades relacionadas com a IA. O trabalho de revisão bibliográfica foi complementado com a exposição de relatos de empresas que atuam no desenvolvimento de ferramentas de IA, nos setores público e privado, bem como de colaboradores de escritórios brasileiros que têm estudado formas de utilização dessas ferramentas. Este trabalho aponta para a importância de se acompanhar a utilização das ferramentas da IA na profissão jurídica. Tal tendência pode contribuir para a liberação do tempo do advogado, permitindo-lhe concentrar-se em funções estratégicas, e está alinhado com a demanda dos clientes por serviços a preços cada vez mais competitivos, representando um incentivo para que sejam encontradas formas alternativas de realização do trabalho dos advogados. A pesquisa referente ao desenvolvimento de tais ferramentas é fundamental e deve ser aprofundada. Faz-se necessário, também,

discutir a grade de formação do advogado, com o objetivo de capacitar o aluno a atuar com conhecimentos ampliados que lhe permitam trabalhar como um agente multidisciplinar na indústria de serviços legais.”

03/05/2018

Fonte: FGV DIREITO SP – Dissertações, Mestrado Profissional em Direito

A Inteligência Artificial e o Panorama Contemporâneo da Filosofia da Mente em um Estudo Introdutório para a Forma Eletrônica do Processo

André Ricardo Cruz Fontes

[Doutor em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ (2005), Doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ (2007), Doutor em Ciências em História das Ciências, das Técnicas e Epistemologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ (2007), Doutor em Ciências Ambientais e Florestais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ (2015), Mestre em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ (2002) e Mestre em Direito Constitucional pela Universidade Federal Fluminense - UFF (2013). Professor Adjunto da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNI-RIO. Professor no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNI-RIO. Desembargador do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (Rio de Janeiro e Espírito Santo)]

Trecho: “Os avanços tecnológicos, como é de conhecimento geral, demoram a ser plenamente incorporados pelo Poder Judiciário, em função da resistência sistemática e anacrônica, que pode ser constatada, com raras exceções, nos órgãos que o integram em todo o País. Esses aparatos causam natural estranheza inicial, mas, na verdade, não provocam qualquer prejuízo; ao contrário, colaboram para a celeridade e efetividade da prestação da tutela jurisdicional. É por isso que, atualmente, os Tribunais não anulam mais decisões e atos processuais elaborados sob a forma datilografada, através do uso de microcomputadores ou mesmo pela utilização de impressoras a laser.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PODER JUDICIÁRIO



CADIP
CENTRO DE APOIO AO
DIREITO PÚBLICO

Nesse contexto, o propósito deste trabalho é demonstrar a possibilidade de utilização de recursos tecnológicos disponíveis em processos judiciais, como forma de promover o aprimoramento e a efetividade das atividades jurisdicionais. Os recursos cibernéticos em desenvolvimento, como serão expostos, poderão complementar, inclusive, o exercício da jurisdição, através da utilização da Inteligência Artificial.”

Set/dez. 2017

Fonte: LexCult, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 12-31

Clipping de notícias

Apresentamos a seguir uma compilação de notícias de interesse sobre o tema Inteligência Artificial no Poder Judiciário, muitas das quais integraram as últimas edições do nosso informativo regular.



no **título** para ler o texto na íntegra.

Supremo Tribunal Federal - STF

STF lança MARIA, ferramenta de inteligência artificial que dará mais agilidade aos serviços do Tribunal

Recurso colabora com criação de textos e identificação de demandas repetitivas, além de outras funcionalidades.

16/12/2024

STF amplia emprego de Inteligência Artificial

O lançamento da ferramenta de Inteligência Artificial (IA) Vitória pela presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Rosa Weber, no dia 17 de maio, representa mais um passo no sentido de qualificar os serviços jurisdicionais a partir do uso da tecnologia. Outras funcionalidades para o robô já estão sendo testadas pelas equipes de servidores do Tribunal, responsáveis pelo projeto.

09/06/2023

Ministra Rosa Weber lança robô Vitória para agrupamento e classificação de processos

A nova ferramenta dará mais celeridade ao andamento processual e resultará em mais segurança jurídica.

17/05/2023

Inteligência artificial ajuda STF a acelerar classificação de processos

A ferramenta RAFA 2030 classifica os processos de acordo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.

17/04/2023

Estrutura orgânica do STF passa a contar com setor voltado a inteligência artificial

A nova unidade tem como principal objetivo desenvolver novas soluções aplicadas à prestação jurisdicional da Corte.

27/12/2022

Inteligência artificial permitirá classificação dos processos do STF sob a ótica dos direitos humanos

A ferramenta RAFA, lançada nesta segunda-feira (16), classifica processos segundo os objetivos da Agenda 2030 da ONU.

17/05/2022

STF lança RAFA, ferramenta de Inteligência Artificial para classificar ações na Agenda 2030 da ONU

Iniciativa apoia a classificação de processos no Supremo de acordo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas.

12/05/2022

STF desenvolve Inteligência Artificial aplicada à Agenda 2030 da ONU

Uma ferramenta tecnológica ajudará magistrados e servidores a identificar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda.

18/02/2022

Inteligência artificial otimiza catalogação de legislação no banco de jurisprudência do STF

Iniciativa agiliza e padroniza o tratamento de dados disponíveis na página de pesquisa de jurisprudência do Tribunal.

25/11/2021

Projeto Victor avança em pesquisa e desenvolvimento para identificação dos temas de repercussão geral

Ferramenta de inteligência artificial, parceria do STF com a UnB, conclui três etapas, faltando apenas mais uma para ser definitivamente implantada.

19/08/2021

STF moderniza pesquisa de jurisprudência e facilita acesso aos usuários

Supremo lança nesta segunda-feira sistema que permite novas opções de busca aos usuários de um dos serviços mais utilizados do portal do STF.

25/05/2020

Presidente do STF e juízes da Grã-Bretanha debatem o futuro do Judiciário na era digital

O encontro dá continuidade ao intercâmbio de boas práticas realizado durante viagem de Dias Toffoli ao Reino Unido no último mês de setembro, ocasião em que o presidente do STF realizou visitas institucionais e ministrou palestra sobre inteligência artificial.

28/11/2019

Países do BRICS trocam experiências na área de tecnologia da informação e inteligência artificial

Em três painéis, representantes da Rússia, da China e da África do Sul falaram sobre os desafios e sobre o desenvolvimento de infraestrutura de TI no Judiciário.

25/10/2019

Presidente do Supremo apresenta ferramentas de inteligência artificial em Londres

A ferramenta de Inteligência Artificial "VICTOR" e o Processo Judicial Eletrônico (PJe) foram apresentados pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Dias Toffoli, nesta quinta-feira (5), em Londres. A palestra faz parte do seminário "Novas Tendências do Direito Comum – Inteligência Artificial, Análise Econômica do Direito e Processo Civil", que reúne profissionais do Direito, estudantes e acadêmicos do Brasil e do Reino Unido.

05/09/2019

Ministra Cármen Lúcia anuncia início de funcionamento do Projeto Victor, de inteligência artificial

A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, anunciou ao final da sessão plenária desta quinta-feira (30) que já está em funcionamento o Projeto VICTOR, que utiliza Inteligência Artificial (IA) para aumentar a eficiência e a velocidade de avaliação judicial dos processos que chegam ao tribunal. Desenvolvido em parceria com a Universidade de Brasília – UnB, o projeto é o mais relevante no âmbito acadêmico brasileiro relacionado à aplicação de IA no Direito.

30/08/2018

Inteligência artificial vai agilizar a tramitação de processos no STF

Batizado de VICTOR, a ferramenta de inteligência artificial é resultado da iniciativa do Supremo Tribunal Federal, sob a gestão da Ministra Cármen Lúcia, em conhecer e aprofundar a discussão sobre as aplicações de IA no Judiciário. Cuida-se do maior e mais complexo Projeto de IA do Poder Judiciário e, talvez, de toda a Administração Pública Brasileira.

30/05/2018

Superior Tribunal de Justiça - STJ

Secretaria de Processamento de Feitos conta com o apoio de robôs especializados nas rotinas da corte

O caminho do processo no Superior Tribunal de Justiça (STJ) inclui várias unidades com atribuições específicas para garantir que a tramitação ocorra de forma rápida e segura. Uma dessas unidades é a Secretaria de Processamento de Feitos (SPF), responsável pelas atividades cartorárias relativas ao processamento das ações de competência originária e dos recursos remetidos ao tribunal – sobretudo após a sua distribuição, em apoio direto aos gabinetes dos julgadores –, até a baixa definitiva ou o arquivamento dos autos.

26/03/2025

STJ lança novo motor de inteligência artificial generativa para aumentar eficiência na produção de decisões

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) apresentou, nesta terça-feira (11), o "STJ Logos", seu novo motor de inteligência artificial (IA) generativa. Desenvolvido inteiramente no próprio tribunal, com o objetivo de modernizar a análise e a elaboração de conteúdos judiciais, o sistema oferece suporte direto aos gabinetes dos ministros para acelerar e tornar mais eficiente a produção de decisões.

12/02/2025

STJ e TJBA firmam cooperação tecnológica para melhorar gestão processual com inteligência artificial

Com o propósito de consolidar a sua missão constitucional de corte de precedentes para as instâncias ordinárias, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) vem ampliando as suas parcerias tecnológicas com as cortes de segundo grau para modernizar a gestão dos processos em tramitação entre o tribunal e essas instituições.

14/05/2022

Em agenda no Piauí, Humberto Martins assina acordo de inteligência artificial entre STJ e TJPI

Tendo como uma de suas prioridades um Poder Judiciário cada vez mais digital, o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Conselho da Justiça Federal (CJF), ministro Humberto Martins, assinou nesta sexta-feira (8) um acordo tecnológico entre a corte superior e o Tribunal de Justiça do Piauí (TJPI) para o compartilhamento de soluções de inteligência artificial na área da triagem processual.

08/04/2022

STJ e TJ do Espírito Santo firmam acordo de cooperação na área de informática e inteligência artificial

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) firmaram, nesta quarta-feira (9), um acordo de cooperação técnica na área de informática com foco na inovação e em ferramentas de inteligência artificial para melhorar o fluxo de processos na corte capixaba.

09/03/2021

STJ atinge pontuação máxima no envio de informações estatísticas ao DataJud

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) concluiu em setembro o saneamento e o envio de informações à Base Nacional de Dados do Poder Judiciário (DataJud), obtendo 100% dos pontos possíveis e se tornando a única corte superior a atingir essa marca.

25/10/2021

STJ e TJRJ celebram acordo para melhorar gestão de precedentes com emprego da inteligência artificial

Um dos eixos estratégicos da atual gestão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a inteligência artificial terá, agora, uma nova missão: aprimorar e modernizar o gerenciamento de precedentes entre a corte superior e o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ).

29/09/2021

STJ assina acordo com CNJ para aderir ao Programa Justiça 4.0

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) firmou nesta terça-feira (10) o acordo de cooperação técnica com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para a implementação do Programa Justiça 4.0.

10/08/2021

Plataforma Digital ganha reforço da Justiça Federal

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Conselho da Justiça Federal (CJF) firmaram cooperação para unir esforços na expansão da Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro. A plataforma disponibiliza, de forma colaborativa, soluções de microsserviços e automação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) e para o uso de inteligência artificial.

04/05/2021

Inteligência artificial está presente em metade dos tribunais brasileiros, aponta estudo inédito

Cerca de metade dos tribunais brasileiros possui projetos de inteligência artificial operantes ou em desenvolvimento – em sua maioria, a partir do trabalho feito por equipes próprias. É o que aponta o relatório da pesquisa Tecnologia Aplicada à Gestão dos Conflitos no Âmbito do Poder Judiciário Brasileiro, produzido pelo Centro de Inovação, Administração e Pesquisa do Judiciário da Fundação Getulio Vargas (CIAPJ/FGV), sob a coordenação do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Luis Felipe Salomão.

09/03/2021

Pleno do STJ aprova criação de comitês consultivos para colocar em prática gestão participativa

O Pleno do Superior Tribunal de Justiça (STJ) aprovou, por unanimidade, nesta sexta-feira (4), a proposta do presidente do tribunal, ministro Humberto Martins, de criação de seis comitês consultivos temporários para auxiliar os trabalhos da presidência. Segundo o ministro, a resolução aprovada é o primeiro passo para colocar em prática uma gestão participativa, que dará voz a todos os ministros, servidores e colaboradores do tribunal.

04/09/2020

PGR destaca avanços tecnológicos e produtividade do STJ; OAB ressalta papel do tribunal na garantia da democracia

Em discurso na cerimônia de posse do ministros Humberto Martins e Jorge Mussi como presidente e vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), nesta quinta-feira (27), o procurador-geral da República, Augusto Aras, ressaltou os recentes avanços do tribunal na área tecnológica, especialmente com o emprego da inteligência artificial, que contribuirão não só para a melhoria da prestação jurisdicional, mas também para a manutenção da produtividade da corte durante a pandemia da Covid-19.

27/08/2020

Humberto Martins aposta em gestão participativa e tecnológica para vencer desafios na presidência do STJ

Na avaliação do ministro Humberto Martins – que toma posse na presidência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) às 17h desta quinta-feira (27), juntamente com o vice Jorge Mussi –, a tecnologia e a gestão participativa são ferramentas essenciais para enfrentar os desafios da corte no próximo biênio. Seu objetivo – declarou – é fazer uma gestão focada no gerenciamento de processos, na modernização tecnológica e na transparência.

27/08/2020

Revolução tecnológica e desafios da pandemia marcaram gestão do ministro Noronha na presidência do STJ

Investido em 29 de agosto de 2018 no cargo de presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) – o qual deixará na próxima quinta-feira (27) –, o ministro João Otávio de Noronha sabia que, exatamente no momento da passagem do tribunal pelos seus 30 anos, teria pela frente o desafio de dotá-lo com a tecnologia e os meios administrativos necessários para fazer dele o mais eficiente do país.

23/08/2020

Presidente do STJ destaca importância da inteligência artificial na gestão e no planejamento da Justiça

No segundo dia do Encontro Nacional de Tecnologia, Inovação e Cultura da Advocacia-Geral da União (Enatic AGU), o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro João Otávio de Noronha, abordou a inteligência artificial como instrumento não só de gestão, mas também de planejamento no tribunal.

02/07/2020

Representantes de tribunais discutem aperfeiçoamento da gestão de precedentes qualificados

A Comissão Gestora de Precedentes do Superior Tribunal de Justiça (STJ) – formada pelos ministros Paulo de Tarso Sanseverino (presidente), Assusete Magalhães, Rogerio Schietti Cruz e Moura Ribeiro – participou nesta quarta-feira (17) do II Encontro Nacional sobre Precedentes Qualificados.

17/06/2020

Conselho Nacional de Justiça - CNJ

CNJ aprova resolução regulamentando o uso da IA no Poder Judiciário

Após receber contribuições ao longo de um ano da sociedade brasileira, o Plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou, nesta terça-feira (18/2), o conjunto das normas que irão nortear as condutas na utilização de inteligência artificial (IA) em todo o Poder Judiciário.

18/02/2025

CNJ conclui minuta de resolução sobre utilização de IA no Judiciário

O Poder Judiciário passará a contar com parâmetros que devem ser obedecidos para utilização da inteligência artificial (IA) pelos tribunais. O texto produzido pelo grupo de trabalho coordenado pelo Conselho Nacional

de Justiça (CNJ) sobre o tema será julgado pelo Plenário até o fim de fevereiro.

06/02/2025

Inteligência Artificial no Judiciário: uso é pouco frequente, mas interesse pela ferramenta é elevado

Quase metade dos servidores e magistrados que respondeu diagnóstico do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sobre inteligência artificial generativa usa a ferramenta nos tribunais. Entretanto, mais de 70% dos participantes, em ambos os grupos, informaram que a utilizam “raramente” ou “eventualmente”. O resultado integra a pesquisa O uso da Inteligência Artificial Generativa no Poder Judiciário, apresentada nesta quarta-feira (25/9) na audiência pública sobre o tema, na sede do Conselho, em Brasília/DF.

25/09/2024

Programa Justiça 4.0 divulga resultados de pesquisa sobre IA no Judiciário brasileiro

Levantamento anual do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aponta expressivo aumento do número de projetos de Inteligência Artificial (IA) no Poder Judiciário em 2023. A pesquisa foi apresentada nesta terça-feira (28/5) pelo presidente do CNJ, ministro Luís Roberto Barroso, na 2ª Sessão Extraordinária de 2024 do CNJ. O estudo envolveu 94 órgãos do Poder Judiciário e identificou 140 projetos de IA desenvolvidos ou em desenvolvimento nos tribunais e conselhos de Justiça: um crescimento de 26% com relação ao número de projetos na pesquisa de 2022. Os dados são importantes para avaliar a resposta dos tribunais às crescentes demandas de modernização e eficiência do Poder Judiciário.

28/05/2024

Propriedade intelectual e segurança dos dados norteiam debates sobre Inteligência Artificial

A apreciação em comissão específica no Senado Federal do Projeto de Lei n. 2.338/2023, que busca regulamentar a Inteligência Artificial (IA) no Brasil, foi

uma das informações prestadas nesta segunda-feira (19/6) pelo conselheiro Luiz Fernando Bandeira de Mello, responsável pela proteção de dados no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), durante o Fórum Internacional de Justiça e Inovação (Fiji). O destaque foi para a relevância do tema e os potenciais usos das novas ferramentas para auxiliar a tramitação dos mais de 60 milhões de processos existentes no país.

20/06/2023

Regulamentação da inteligência artificial exige equilíbrio e sensibilidade

Os painéis “Ética e governança da inteligência artificial” e “Desafios dos ecossistemas de inovação, proteção de dados pessoais e o direito à saúde” abriram de debates da tarde do Fórum Internacional de Justiça e Inovação (FIIJ), nesta segunda-feira (19/6). O evento, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em parceria com o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Tribunal Superior do Trabalho (TST) se encerra nesta terça-feira (20/6).

20/06/2023

Soluções de inteligência artificial promovem celeridade para o Poder Judiciário

O uso da inteligência artificial e o debate sobre a capacidade da tecnologia em tomar decisões foram discutidas no Conselho Nacional de Justiça em mais uma edição dos Seminários de Pesquisas Empíricas Aplicadas a Políticas Judiciárias. Na oportunidade o servidor do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e coordenador de Tecnologia da Informação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), Guilherme Silva Figueiredo, concluiu que não é possível prescindir da intervenção humana, muito embora a tecnologia possa auxiliar na otimização do trabalho, colaborando com a celeridade do Poder Judiciário.

03/11/2022

Justiça 4.0: Inteligência Artificial está presente na maioria dos tribunais brasileiros

Levantamento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aponta expressivo aumento do número de projetos de inteligência artificial (IA) no Poder

Judiciário em 2022. A pesquisa apresentada nesta terça-feira (14/6) pelo presidente do CNJ, ministro Luiz Fux, identificou 111 projetos desenvolvidos ou em desenvolvimento nos tribunais. Com isso, o número de iniciativas cresceu 171% em relação ao levantamento realizado em 2021, quando foram informados apenas 41 projetos.

14/06/2022

CNJ regulamenta uso de inteligência artificial no Judiciário

Para potencializar seus instrumentos e canais de atendimento à sociedade, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) tem investido cada vez mais no desenvolvimento e aperfeiçoamento de soluções tecnológicas. Uma dessas iniciativas mais recentes é a regulamentação do uso de inteligência artificial no Poder Judiciário por meio do Sinapses, plataforma virtual que centralizará as iniciativas da tecnologia.

14/12/2020

CNJ e Enap promovem inovação em dados e inteligência artificial

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a Escola Nacional de Administração Pública (Enap) lançam nesta sexta-feira (11/9), às 10h, a maratona CNJ Inova. O projeto une ciência de dados e inteligência artificial para criar soluções que reduzam o número de processos judiciais, ampliem a transparência, desenvolvam mecanismos de controle e mensuração da produtividade e melhorem as estatísticas dos processos em tramitação no país.

10/09/2020

Inteligência artificial: evento discute alcance de resolução sobre o tema

As questões éticas e de governança envolvendo a produção e o uso de inteligência artificial (IA) no Poder Judiciário, reguladas pela Resolução CNJ nº 332/2020, foram tema do webinar promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) na última sexta-feira (4/9) e que atraiu cerca de 600 participantes. Editada no último dia 21 de agosto, a resolução define parâmetros para utilização de sistemas automatizados tendo como foco o atendimento aos jurisdicionados e a prestação equitativa da Justiça,

conforme destacou o juiz auxiliar da presidência do CNJ e mediador do encontro, Bráulio Gusmão.

08/09/2020

IA no Judiciário deve garantir ética, transparência e responsabilidade

Os desafios da governança na utilização de inteligência artificial (IA) nas atividades jurídicas foram temas do webinar “A Resolução nº 332 e a Ética na produção e uso da I.A no Poder Judiciário”. O encontro foi promovido virtualmente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), na sexta-feira (4/9).

08/09/2020

Workshop destaca inteligência artificial no Judiciário

O projeto Sinapses e os painéis de comparação e utilização dos dados dos tribunais foram apresentados na quarta-feira (10/6), durante o 1º Workshop de Ciência de Dados do Poder Judiciário: Estatística aplicada ao Direito.

14/06/2020

BRICS: CNJ apresenta inteligência artificial em processos eletrônicos

Com o desenvolvimento de projetos de inteligência artificial, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aposta na eficiência do trabalho de seus servidores.

30/10/2019

CNJ e PNUD investem em inteligência artificial para fortalecimento da Justiça

Após estudos realizados a partir de técnicas de inteligência artificial, com objetivo de otimizar resultados do Judiciário brasileiro, tribunais brasileiros irão contar com instrumentos para acelerar a adoção de padrões que aumentem a qualidade de dados coletados, facilitando a verificação destes e permitindo a aplicação de métodos novos, que antes não eram possíveis com as ferramentas à disposição. Esses instrumentos foram desenvolvidos

durante a execução das atividades dentro do escopo do memorando de entendimento firmado entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

25/09/2019

Workshop aplica inteligência artificial na automação de rotinas

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) realizou na quarta-feira (3/7) em sua sede, em Brasília, a quinta edição do Workshop Desenvolvimento Colaborativo de Modelos de Inteligência Artificial.

04/07/2019

Inteligência artificial será usada para verificar qualidade de dados processuais

O desenvolvimento de algoritmos que avaliam a qualidade dos dados processuais dos tribunais brasileiros vai permitir ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) realizar um diagnóstico das inconsistências e anomalias nos registros recebidos mensalmente.

07/06/2019

Inovações em Inteligência Artificial para o PJe são apresentadas no CNJ

Os conselheiros e diretores do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) conheceram, nesta terça-feira (21/5), as inovações que estão sendo incorporadas à plataforma do Processo Judicial Eletrônico (PJe). A apresentação foi feita pelo juiz auxiliar da Presidência do CNJ e coordenador do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação, Bráulio Gusmão, que discorreu sobre as pesquisas relativas ao uso de Inteligência Artificial (IA) em desenvolvimento no Laboratório de Inovação para o PJe (Inova PJe), criado pelo Portaria nº 25/2019. Ele apontou a necessidade de se olhar para o futuro e incorporar as novas tecnologias como forma de otimizar o trabalho do Poder Judiciário.

22/05/2019

CNJ abre seleção de projetos para Centro de Inteligência Artificial

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) abriu inscrições para a seleção de projetos de pesquisa para o Centro de Inteligência Artificial aplicada ao Processo Judicial Eletrônico (PJe).

07/05/2019

CNJ usará automação e inteligência artificial para destravar execução fiscal

Fazer uso das ferramentas de automação e de inteligência artificial para concluir processos que pararam na fase da execução fiscal é o plano do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para os próximos meses. Quatro em cada 10 processos em tramitação nos tribunais brasileiros têm como objeto valores devidos ao Poder Executivo.

10/04/2019

Judiciário ganha agilidade com uso de inteligência artificial

Investimentos em tecnologia e em soluções de Inteligência Artificial (IA) são alguns dos caminhos definidos pelo judiciário brasileiro para responder ao crescimento exponencial das demandas da sociedade por justiça.

03/04/2019

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - TJSP

Magistrados participam de curso teórico e prático sobre inteligência artificial

A Escola Paulista da Magistratura (EPM), em parceria com a Associação Paulista de Magistrados (Apamagis), iniciou, hoje (9), a segunda edição do curso Descomplicando a IA – teoria e prática, ministrado pelo juiz federal Rodrigo Gonçalves de Souza para magistrados do Tribunal de Justiça de São Paulo. Com dois dias de duração, o curso teve 89 matriculados, abrangendo 20 comarcas.

09/12/2024

Uso da inteligência artificial é o tema do novo vídeo da campanha “Eproc – Sem Dúvida”

O secretário de Tecnologia da Informação do TJSP, Marco Antonio Lopes Samaan, cita algumas das possibilidades de automação e robotização de tarefas repetitivas no novo sistema, como em minutas de relatórios, ementas e identificação de decisões similares, sempre de acordo com as normas vigentes sobre o assunto.

22/11/2024

CSM aprova Gerador de Ementas TJSP com uso de Inteligência Artificial

Magistrados e servidores passam a ter à disposição o Gerador de Ementas TJSP, que utiliza recursos de Inteligência Artificial da azure OpenAI para elaborar ementas de decisões judiciais, com base na Recomendação CNJ nº 154/24. O novo serviço foi apresentado hoje (5) aos integrantes do Conselho Superior da Magistratura (CSM). O presidente do TJSP, desembargador Fernando Antonio Torres Garcia, destacou que a ferramenta auxiliará os gabinetes na produção dos votos, propondo ementas de forma célere e completa.

05/11/2024

Modernização de equipamentos e Inteligência Artificial marcam transformação digital no TJSP

Os resultados da área de Tecnologia da Informação no biênio 2022/2023 foram consolidados na revista Transformação Digital no TJSP, material tradicionalmente produzido ao final de cada gestão e no vídeo sobre a TI. A publicação apresenta dados e projetos de infraestrutura, equipamentos, sistemas, automatização de procedimentos e governança.

09/12/2023

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PODER JUDICIÁRIO



CADIP
CENTRO DE APOIO AO
DIREITO PÚBLICO

Upgrade TJSP: Tecnologia em contínua expansão

Diante de um cenário global de pandemia pelo novo coronavírus, a tecnologia despontou na linha de frente de soluções para diversas áreas.

03/09/2020

Corte paulista e USP firmam convênio para incremento do uso de inteligência artificial

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) e a Universidade de São Paulo (USP) celebraram hoje (3), no Gabinete da Presidência da Corte, convênio para incrementar atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico em inteligência artificial, aplicadas à área jurídica. O objetivo é o desenvolvimento de soluções destinadas ao aperfeiçoamento acadêmico e ao aprimoramento da prestação jurisdicional.

03/12/2019

Outros Tribunais Estaduais

TJAC

Presidente do TJAC apresenta programas em IA para melhoria no serviço jurisdicional

A presidente do Tribunal de Justiça do Acre (TJAC), desembargadora Regina Ferrari, apresentou nesta sexta-feira, 13, duas grandes ferramentas que serão utilizadas por magistrados e servidores do Poder Judiciário acreano no intuito de promover uma melhoria significativa no desempenho e nos resultados da instituição.

13/12/2024

Presidência do TJAC verifica desenvolvimento de ferramentas tecnológicas para melhorias no atendimento e gestão

Sistemas que fornece dados de produtividade para gestão, painéis que acompanham e monitoram governança de tecnologia da informação, canal de atendimento automatizado, e ferramenta de Inteligência Artificial estão entre as tecnologias que em breve serão empregadas para aperfeiçoar os serviços prestados.

10/06/2024

Conheça o mais novo canal de atendimento da Ouvidoria de Justiça

A Ouvidoria de Justiça apresentou nesta segunda-feira, 20, o novo canal de atendimento ao público. Trata-se da ferramenta de Assistência Virtual de Inteligência Artificial, chamada de Maia, que auxilia 24 horas por dia, todos os usuários da Justiça, servidores, magistrados e colaboradores que necessitarem realizar reclamações, sugestões ou mesmo elogiar serviços do Poder Judiciário estadual.

20/03/2023

TJAC contrata plataforma de inteligência de negócios para aprimorar gestão de dados

Com o entendimento que a Inteligência Artificial (IA), ao ser aplicada no Poder Judiciário, pode contribuir com a agilidade e coerência do processo de tomada de decisão, a gestão do Tribunal de Justiça do Acre (TJAC), a pedido da Corregedoria-Geral da Justiça, contratou serviços de Solução de Business Intelligence (BI), da Qlik Sense, uma poderosa ferramenta que possibilita a visualização e de descoberta de dados com capacidade de inteligência de negócio e autoatendimento, permitindo a extração, a transformação e a carga de dados, para suporte à tomada de decisão para atender as demandas do Poder Judiciário do Estado do Acre.

10/01/2023

Plataforma Codex irá assegurar consolidação de informações processuais de Tribunais brasileiros

TJAC se prepara para implantação do sistema desenvolvido pelo TJRO e CNJ a partir do dia 30 de junho; software permitirá desde confecção de painéis, relatórios para orientar políticas públicas e até a criação de modelos de IA.

03/06/2022



Poder Judiciário do Acre usa inteligência artificial para automatizar classificação de petições intermediárias no Portal e-SAJ

O Poder Judiciário do Acre dá mais um passo importante no que se refere a virtualização dos seus serviços. Uma nova funcionalidade instalada no Portal e-SAJ, que utiliza Inteligência Artificial (IA), permitirá a classificação automática de petições intermediárias analisando, identificando e sugerindo o tipo e a categoria da petição. A novidade contribuirá na rotina dos advogados, e na agilidade ao andamento processual.

10/02/2022

Justiça 4.0: mais eficiência e inovação tecnológica no Poder Judiciário Brasileiro

Programa promete consolidar tendência de digitalização e informatização na Justiça; aumento na utilização da Inteligência Artificial (IA) está previsto na ação da gestão do Ministro Luiz Fux.

15/07/2021

TJAC utiliza Inteligência Artificial para identificar processos vinculados a precedentes

A partir desta segunda-feira, 2, magistrados e assessores do Poder Judiciário do Acre contam com uma novidade no Sistema de Automação da Justiça (SAJ).

02/12/2019

TJAL

Presidente do TJAL defende uso da inteligência artificial para agilizar processos

O presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas (TJAL), Klever Loureiro, defendeu o uso da inteligência artificial para agilizar processos. Ferramenta

desenvolvida pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal) já vem sendo utilizada em duas varas da capital e deve ser levada para outras unidades.

28/10/2024

TJRN manifesta interesse em sistema de inteligência artificial do TJAL

O robô Hércules, sistema de inteligência artificial utilizado pelo Tribunal de Justiça de Alagoas (TJAL), atraiu a atenção do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJRN). Representantes do TJRN reuniram-se nesta sexta-feira (9) com integrantes da área de tecnologia do TJAL e pesquisadores da Universidade Federal de Alagoas.

28/10/2024

Uso de Inteligência Artificial no Judiciário é destaque no último dia do VIII Enpejud

"A viabilidade do uso de Inteligência Artificial no campo jurídico: benefícios e desafios éticos" foi um dos trabalhos apresentados nesta sexta-feira (20), no encerramento do VIII Encontro de Pesquisas Judiciárias (Enpejud), promovido pela Escola Superior da Magistratura de Alagoas (Esmal).

20/09/2024

TJAL e STJ assinam termo de cooperação para uso de inteligência artificial

O Tribunal de Justiça de Alagoas (TJAL) assinou, nesta terça-feira (9), termo de cooperação técnica com o Superior Tribunal de Justiça (STJ) para uso do Sistema Athos. A ferramenta de inteligência artificial vai auxiliar o TJAL na análise de admissibilidade dos recursos especiais que são enviados ao STJ.

09/11/2021

Ferramenta de inteligência artificial Arandu vai ajudar Nugepac na identificação de demandas repetitivas

A ferramenta de inteligência artificial (IA) “Arandu” passará a ser utilizada pelo Núcleo de Atuação Estratégica e Gestão de Precedentes e Ações Coletivas (Nugepac) do Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM). O Núcleo trata das demandas repetitivas no âmbito do Poder Judiciário do estado, e atua visando à celeridade, isonomia e segurança jurídica, bem como promovendo o fortalecimento e o monitoramento no julgamento das ações coletivas.

14/02/2025

Poder Judiciário de Roraima implementa ferramenta de Inteligência Artificial em parceria com o TJAM

O Tribunal de Justiça de Roraima, por meio da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI/TJRR) e em parceria com o Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM), deu início à implementação do sistema de Inteligência Artificial Arandu entre os dias 11 e 15 de novembro, com colaboração técnica da Subsecretaria de Sistema e de um analista da empresa contratada Sonda.

19/11/2024

GMF/TJAM utilizará inteligência artificial para busca de dados e orientações sobre legislação antimanicomia

Durante o “1.º Fórum Estadual de Saúde Mental e Pessoas em Conflito com a Lei no Amazonas”, realizado pelo Tribunal de Justiça do Amazonas na semana passada, o Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo do Amazonas (GMF/TJAM) anunciou a adoção de inteligência artificial, por meio de assistente virtual, para apoio na busca de informações para atendimento a pessoas com transtorno mental em conflito com a lei. Denominada de “Numiá”, a ferramenta já está disponível na página do GMF no Portal do Tribunal, por meio do link <https://www.tjam.jus.br/index.php/gmf>.

07/08/2024

Núcleo de Inteligência Artificial do Poder Judiciário lança nova funcionalidade para a recém-criada ferramenta de IA “Arandu”

Sob o comando da desembargadora Vânia Marques Marinho, presidente da Comissão de Gestão de Tecnologia da Informação, o Núcleo de Inteligência Artificial da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação do Tribunal de Justiça do Amazonas (SETIC/TJAM) lançou uma nova funcionalidade para a recém-criada ferramenta de IA “Arandu”. Agora é possível visualizar as informações de um processo por meio de um pop-up do qual o usuário tem acesso apenas passando o mouse sobre o número da ação a ser analisada.

06/02/2024

Tribunal de Justiça do Amazonas lança ferramenta de Inteligência Artificial que identifica similaridades entre processos

O Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM) lança a sua primeira ferramenta de Inteligência Artificial, que identifica similaridades nos processos, as quais possam sugerir tratar-se de demandas predatórias ou repetitivas. Sob o comando da desembargadora Vânia Marques Marinho, presidente da Comissão de Gestão de Tecnologia da Informação, o Núcleo de Inteligência Artificial da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (SETIC) vai colocar em operação, na segunda-feira (15/01), a IA “Arandu”, que em tupi significa “entendimento, conhecimento, sabedoria”.

12/01/2024

TJAM adota ferramenta de inteligência artificial capaz de identificar processos que podem ser vinculados a Temas de Precedentes dos Tribunais Superiores

Maior isonomia no julgamento de processos similares é um dos benefícios resultantes da adoção da nova funcionalidade disponível no SAJ.

03/12/2019

Facilidade e eficiência digital: TJAP lança Inteligência Artificial 'ChatBot Juci', a assistente virtual do Portal do Poder Judiciário

O Tribunal de Justiça do Amapá (TJAP) deu um passo importante para a modernização de sua prestação jurisdicional e lançou, nesta quinta-feira (20), na sede da instituição, a assistente virtual ChatBot Juci. A ferramenta tecnológica foi desenvolvida por residentes tecnológicos da instituição – acadêmicos de Ciência da Computação da Universidade Federal do Amapá (Unifap) – para aprimorar os serviços judiciais e facilitar o acesso do cidadão à Justiça. O nome da inteligência artificial homenageia a servidora Jucicleia Castro, que tem uma trajetória de 33 anos no Poder Judiciário. Esse avanço reforça o compromisso do TJAP com a modernização e a acessibilidade digital.

20/02/2025

Chatbot “Juci”: Residentes Tecnológicos do TJAP apresentam a primeira Inteligência Artificial do Judiciário

Os Residentes Tecnológicos do Tribunal de Justiça do Amapá (TJAP), acadêmicos de Ciências da Computação da Universidade Federal do Amapá (Unifap), participaram da 53ª edição da Expofeira Agropecuária, na noite de quinta-feira (30). No estande do TJAP, os estudantes apresentaram seus projetos em desenvolvimento, incluindo o chatbot “Juci”, uma Inteligência Artificial de atendimento ao cidadão que será lançada em breve no Portal da Justiça do Amapá. O presidente do TJAP, desembargador Adão Carvalho, foi o primeiro a testar a nova ferramenta.

30/08/2024

Robô de inteligência artificial é desenvolvido no TJAP para agilizar andamento de processos com demandas repetitivas

O Tribunal de Justiça do Amapá (TJAP), por meio do Departamento de Sistemas (DESI), criou a custo zero um robô de inteligência artificial para facilitar o trabalho dos magistrados e servidores que atuam, inicialmente, nos juizados da fazenda pública.

08/11/2019

TJBA discute Inteligência Artificial em Semana de Imersão Tecnológica

O Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA), por meio do AxéLab – Laboratório de Inovação do TJBA, sediou a Semana de Imersão Tecnológica, nos dias 13 e 14 de fevereiro, na sala do AxéLab, no edifício-sede do Tribunal. O evento, voltado a servidores(as), magistrados(as) e colaboradores(as), tratou da transformação digital como um desafio para o Judiciário, com soluções a partir de Inteligência Artificial.

14/02/2025

AxéLab proporciona Tecnologia Avançada ao TJBA: mais de 40 aplicativos entregues em 18 meses

O AxéLab, Laboratório de Inovação do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA), segue inovando e transformando a prestação de serviços judiciais por meio do uso estratégico de ciência de dados e inteligência artificial. Nos últimos 18 meses, o laboratório entregou mais de 40 aplicativos, beneficiando diretamente mais de 8 mil usuários em todo o Tribunal.

14/01/2025

Tribunal de Justiça da Bahia discute a implantação de ferramenta de degravação de audiências

“Estamos conversando para definirmos o melhor caminho em busca da chamada audiência inteligente”, disse a Presidente do Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA), Desembargadora Cynthia Maria Pina Resende, referindo-se ao mecanismo de captura e transcrição de audiências em tempo real. A implantação da referida tecnologia, que se baseia em inteligência artificial, norteou a reunião ocorrida na sala da Presidência na última segunda-feira (16).

18/09/2024

Sniper: PJBA disponibiliza no espaço do magistrado acesso a nova ferramenta do CNJ, que permite celeridade na investigação patrimonial

O Poder Judiciário da Bahia (PJBA) disponibiliza, em parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Sistema Nacional de Investigação Patrimonial e Recuperação de Ativos (Sniper). A ferramenta, inserida no Programa Justiça 4.0, confere agilidade aos processos judiciais, por meio do cruzamento entre banco de dados e identificação de bens e ativos. Disponível no “Espaço do Magistrado” (site do PJBA), o sistema é exclusivo para membros do Poder Judiciário e o uso está vinculado à quebra de sigilo em um processo judicial.

31/10/2022

Assistente virtual dos juizados especiais do PJBA está disponível na Plataforma Digital do Poder Judiciário

Desenvolvida pelo Poder Judiciário da Bahia (PJBA), no âmbito dos Juizados Especiais, a Assistente Virtual Sofia está disponível na Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ-Br), podendo ser usada, agora, por outros Tribunais. Os interessados no compartilhamento da ferramenta poderão entrar em contato com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio do e-mail inovacao@cnj.jus.br.

20/10/2022

PJBA assina termo de cooperação com o STJ para uso de inteligência artificial nos fluxos das ações judiciais

O Poder Judiciário da Bahia (PJBA) celebrou, nesta sexta-feira (13), um Acordo de Cooperação Técnica com o Superior Tribunal de Justiça (STJ) na área de Inovação e Inteligência Artificial. O termo objetiva aprimorar os fluxos das ações judiciais, a fim de promover políticas de modernização, aperfeiçoamento e acesso à justiça. A parceria visa a compartilhar conhecimento sobre a tecnologia do modelo de inteligência artificial Athos, já implementado no STJ.

13/05/2022

UNICORP E NUGEPNAC promovem treinamento sobre ferramenta de inteligência artificial para servidores da Secretaria Especial de Recursos e do Gabinete da 2ª Vice Presidência

O Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas (NUGEPNAC) do Poder Judiciário da Bahia (PJBA), em parceria com a Universidade Corporativa (UNICORP), realizou na terça-feira (30) o treinamento Módulo Temas Repetitivos. O público-alvo da capacitação foram os servidores da Secretaria Especial de Recursos e do Gabinete da 2ª Vice Presidência.

01/12/2021

LABJUS implanta inteligência artificial no PJe, tornando o PJBA pioneiro na integração do PJe com o Sinapses

O Laboratório de Inovação e Inteligência (LABJUS) do Poder Judiciário do Estado da Bahia (PJBA), instituído na gestão do Presidente Desembargador Lourival Almeida Trindade, entregou, na terça-feira (16), a ferramenta de Inteligência Artificial (IA) que auxilia a aplicação de temas de repercussão geral e repetitivos no sistema do Processo Judicial Eletrônico (PJe), criada para a 2ª Vice-Presidência do PJBA. Com o ato, conclui a primeira etapa do projeto estratégico intitulado “Temas Repetitivos”, desenvolvido com o escopo de auxiliar o mapeamento de demandas repetitivas com potencial de repetitividade no sistema PJe.

23/11/2021

Judi, a Assistente Virtual do PJBA, começa a atuar na SETIM pelo Whatsapp e pelo portal do Service Desk

Judi, a Assistente Virtual do Poder Judiciário da Bahia (PJBA), agora de forma inovadora, atua por meio do WhatsApp SETIM, e também por meio da web (Judi SETIM WEB), na página eletrônica do Service Desk, para atendimento às demandas e aos chamados.

06/10/2021

Núcleo de precatórios do PJBA utiliza ferramentas de automação desenvolvidas pela COJE para ganhar maior agilidade no trabalho

O Núcleo Auxiliar de Conciliação de Precatórios (NACP) do Poder Judiciário da Bahia (PJBA) começou a utilizar automações desenvolvidas pelo Núcleo de Tecnologia e Inovação da Coordenação dos Juizados Especiais (COJE). O uso das ferramentas tem proporcionado maior agilidade no trabalho.

01/10/2021

8ª Vara de Fazenda Pública de Salvador utiliza ferramentas para triagem automática e busca inteligente de processos

Comprometida em aprimorar e agilizar a prestação jurisdicional, tanto nas unidades do Sistema dos Juizados Especiais como também na Justiça Comum, a Coordenação dos Juizados Especiais (COJE) do Poder Judiciário da Bahia (PJBA), por meio do Núcleo de Tecnologia e Inovação, compartilhou o robô que realiza triagem automática de processos com uso de palavras chaves e a ferramenta de busca inteligente de processos por similaridade, com a 8ª Vara de Fazenda Pública de Salvador.

20/09/2021

Núcleo de Tecnologia e Inovação da COJE desenvolve ferramenta de busca de processos por similaridade com uso de inteligência artificial

O Núcleo de Tecnologia e Inovação da COJE desenvolveu uma ferramenta de busca de processos por similaridade. Na sua primeira utilização, a partir de uma solicitação do Centro de Inteligência da Justiça Estadual (CIJEBA), o programa localizou cerca de 6.000 processos praticamente idênticos em menos de uma hora de execução.

19/08/2021

COJE lança assistente virtual para atendimento ao público

Alinhado aos Macrodesafios da Estratégia Nacional do Poder Judiciário, especialmente no que tange a realização do direito fundamental de acesso à justiça e do fortalecimento da relação institucional com a sociedade, o Poder Judiciário do Estado da Bahia, através da Coordenação dos Juizados

Especiais, concebeu a atendente virtual Sofia para atendimentos no âmbito dos Juizados Especiais, na sua fase inicial.

12/08/2021

Labjus apresenta para 2ª Vice-Presidência avanços do projeto de mapeamento de demandas repetitivas no PJe do 2º grau, com uso de inteligência artificial

O Laboratório de Inovação e Inteligência (Labjus) do Poder Judiciário do Estado da Bahia (PJBA), na quinta-feira (1º/07), reuniu-se com a 2ª Vice-Presidência, para apresentar os avanços do projeto estratégico, que objetiva auxiliar o mapeamento de demandas repetitivas e/ou com potencial de repetitividade, no sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe) do 2º Grau.

08/07/2021

IAJUS: automação utilizada pela 2ª vara cível de Simões Filho realiza 669 intimações em 32 horas

Em 32 horas de atuação na 2ª Vara Cível de Simões Filho, um dos robôs, criado pelo Núcleo de Tecnologia e Inovação da Coordenação dos Juizados Especiais (Coje), do Poder Judiciário da Bahia (PJBA), em fase de teste, fez intimações em 669 processos. A ação faz parte do projeto IAJUS/BA – Inteligência Artificial e Automações Inteligentes, desenvolvido pela COJE, com o propósito de contribuir para a eficiência e celeridade das atividades judiciárias.

05/04/2021

Automação e inteligência artificial: robô faz triagem de processos e possibilita julgamentos temáticos nas 2ª e 8ª Varas do consumidor dos Juizados Especiais

As 2ª e 8ª Varas do Consumidor de Salvador, do Sistema dos Juizados Especiais, iniciaram o uso de inteligência artificial para triagem inicial de processos. Em uma semana de atuação do robô, desenvolvido para trabalhar no sistema Projudi e realizar classificação processual por tema, através do uso de múltiplos localizadores, foram triados 200 documentos.

17/03/2021

CODES inicia fase de implantação de Chatbot para melhoria e rapidez no atendimento

A Coordenação de Desenvolvimento Organizacional e de Pessoas (CODES), está em fase de implantação de um Chatbot para responder as dúvidas mais comuns sobre os programas de estágio remunerado, serviço voluntário, progressão funcional, estágio probatório e outros.

02/03/2021

TJCE

TJCE conta com mais de 50 robôs e cinco programas de inteligência artificial auxiliando a prestação dos serviços

Para dar mais eficiência às rotinas de trabalho e aprimorar a prestação dos serviços ofertados à população, o Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) conta com o apoio de 57 robôs, sendo 50 na área judicial e 7 na administrativa. Essas ferramentas automatizam tarefas repetitivas e tornam o trabalho de magistrados(as) e servidores(as) mais ágil. A iniciativa é marco na modernização do Poder Judiciário, ampliando a capacidade de atendimento e dando mais agilidade aos processos.

11/12/2024

Ferramenta de Inteligência Artificial que agiliza processos é apresentada às Câmaras de Direito Privado

O Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) apresentou, nesta sexta-feira (1º/11), o Sistema de Análise e Resumo de Ações (Sara) aos integrantes das Câmaras de Direito Privado. Desenvolvida no âmbito do Programa Cientista Chefe, em parceria com a Universidade de Fortaleza (Unifor), a ferramenta de Inteligência Artificial (IA) está sendo disponibilizada para apoiar as unidades judiciárias, visando otimizar o andamento dos processos e facilitar o trabalho dos(as) servidores(as).

01/11/2024

TJCE institucionaliza nove manuais e padroniza artefatos para contratações públicas

O Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) lançou uma iniciativa, nesta sexta-feira (14/06), visando aprimorar os procedimentos de licitação e contratação. No âmbito do Projeto Estratégico de Otimização e Modernização da Área Administrativa do Judiciário cearense, o TJCE disponibilizou na página interna (TJNET) manuais, normativos e modelos de documentos para consulta de servidoras e servidores.

14/06/2024

Nova ferramenta de Inteligência Artificial auxilia servidores no cumprimento de mais de 1.500 despachos em menos de 20 dias

O Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) desenvolveu, por meio da Secretaria de Tecnologia da Informação (Setin), o Mecanismo Identificador de Atos Similares (Midas), uma ferramenta com utilização de Inteligência Artificial (IA) criada para agrupar atos judiciais semelhantes, dando celeridade ao andamento dos processos. O dispositivo está atuando na fila de despachos judiciais da Secretaria Judiciária (Sejud) de 1º Grau. Em 20 dias, entre 13 e 31 de maio, 1.504 determinações judiciais foram cumpridas com o auxílio do Midas.

11/06/2024

Parceria entre Tribunal de Justiça do Ceará e IFCE vai ampliar uso de tecnologia e IA no Judiciário

Com o objetivo de desenvolver soluções tecnológicas, com uso de Inteligência Artificial voltadas às atividades do Poder Judiciário estadual, o presidente do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), desembargador Abelardo Benevides Moraes, junto com a diretora do Fórum Clóvis Beviláqua (FCB), juíza Solange Menezes Holanda, recebeu o reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), professor José Wally Mendonça Menezes.

10/04/2023

TJCE cria grupos de trabalho para atuar em projetos digitais com Inteligência Artificial

A aplicação de soluções tecnológicas na melhoria dos serviços prestados pelo Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) ganhou o reforço de grupos de trabalho temporários, criados para acompanhar o desenvolvimento do projeto “Inteligência Artificial na Prestação Jurisdicional”.

01/03/2023

TJCE contrata consultores da área de Inteligência Artificial para aprimorar e agilizar rotinas processuais

O Poder Judiciário cearense vem implementando novas ferramentas tecnológicas visando aprimorar rotinas de serviços e agilizar demandas processuais. Para isso, o Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) contratou, na semana passada, dois consultores especializados em Inteligência Artificial.

04/10/2022

Portal e-SAJ passa a contar com nova funcionalidade baseada em Inteligência Artificial para agilizar petições

Automatizar para acelerar o andamento processual. Essa é a promessa de uma nova funcionalidade, baseada em Inteligência Artificial e habilitada conforme garantia de evolução técnica do sistema, que começa a ser implantado no Portal e-SAJ de peticionamento eletrônico do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) a partir da próxima segunda-feira (27/06). A implantação ocorrerá em seis ciclos (cada ciclo com um número determinado de advogados), sendo dois ciclos por dia, de maneira que, em cerca de uma semana e meia, todos os advogados terão acesso à ferramenta.

22/06/2022

TJCE participa de webinar sobre ética no uso da inteligência artificial

A utilização da Inteligência Artificial para agilizar o andamento dos processos já é uma realidade em diversas cortes brasileiras, inclusive no Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE).

08/09/2020

Programa de Modernização do Judiciário é sancionado pelo Governo estadual

O Programa de Modernização (Promojud) do Judiciário cearense foi sancionado pelo governador do Estado, Camilo Santana, na manhã desta sexta-feira (04/09) no Palácio da Abolição, em Fortaleza.

04/09/2020

Judiciário estadual usa inteligência artificial para auxiliar processos de pacientes com câncer

A Justiça cearense, por meio do Núcleo de Apoio Técnico (NAT-JUS), elaborou neste mês o primeiro parecer técnico utilizando como suporte sistema de inteligência artificial, desenvolvido para processar dados referentes a tratamentos de pacientes com câncer.

10/03/2020

TJDFT

Inteligência Artificial utilizada pelo TJDFT é destaque na TV Justiça

Os sistemas de inteligência artificial criados e utilizados pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) foram tema de matéria da TV Justiça, que tratou de um levantamento feito pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), identificou 140 projetos com esse tipo de tecnologia desenvolvidos ou em desenvolvimento nos tribunais brasileiros.

06/03/2025

Maat: solução de inteligência artificial analisou mais de 660 mil processos do TJDFT

Implementada pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), a Maat analisou 661.682 processos, abrangendo tanto o 1º quanto

o 2º grau de jurisdição. A solução inovadora utiliza inteligência artificial (IA) para otimizar a análise de processos judiciais e faz parte do Programa de Transformação Digital (PTD) da Corte.

11/02/2025

TJDFT implanta assistente de inteligência artificial (Copilot 365)

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) iniciou a implementação do Copilot 365, assistente de inteligência artificial integrado aos aplicativos do Microsoft 365, como Word, Outlook e Teams, utilizados pelos(as) magistrados(as) e servidores(as) do Tribunal. A contratação da nova tecnologia faz parte do Plano de Transformação Digital (PTD) do Tribunal.

29/01/2025

TJDFT troca experiências com executivos da Microsoft sobre ferramentas de inteligência artificial

Na tarde dessa quarta-feira, 22/1, a Secretaria de Tecnologia da Informação (Seti) do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) se reuniu com executivos nacionais e internacionais da Microsoft para troca de experiências sobre as ferramentas de inteligência artificial (IA) desenvolvidas pelo Tribunal.

23/01/2025

Sessão de abertura do Ano Judiciário do TJDFT é marcada pela implementação de ferramenta de Inteligência Artificial Generativa da Microsoft 365

A Sessão Ordinária realizada nesta terça-feira, 7/1, no Tribunal Pleno marcou o início do Ano Judiciário do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT). A sessão foi aberta pelo Presidente da Corte, Desembargador Waldir Leôncio Júnior, que celebrou a implementação da ferramenta Copilot 365 da Microsoft 365 no suporte às atividades do Tribunal, como despachos, minutas de sentenças, resumo de documentos, entre outros.

07/01/2025

Servidores do TJDFT participam de programa da TV Justiça sobre Inteligência Artificial

O programa Repórter Justiça, da TV Justiça, que foi publicado no canal da emissora no YouTube, em 8/10, destacou iniciativas de Inteligência Artificial (IA) implementadas pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), e que hoje são adaptadas e aplicadas em outros tribunais.

04/11/2024

Evento reforça posição do TJDFT como referência em inovação e transformação digital

O Secretário-Geral do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), Celso de Oliveira, Secretários e servidores participaram de evento para fortalecer a eficiência e a segurança dos serviços de tecnologia da informação da Casa, o "Microsoft Day". O encontro reuniu cerca de 60 pessoas no Laboratório de Inovação Aurora e por videoconferência nessa quarta-feira, 2/10.

03/10/2024

TJDFT e CNJ apresentam ferramenta SAREF a tribunais em ação colaborativa da PDPJ-Br

O TJDFT atendeu a um convite realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e realizou, na tarde dessa quarta-feira, 14/12, uma exposição virtual do Sistema de Apresentação Remota e Reconhecimento Facial (SAREF).

15/12/2022

Centro de Inteligência da Justiça do DF conhece Robô do Consumidor (Robocon)

Ferramenta desenvolvida pela Secretaria de Tecnologia da Informação do MPDFT em parceria com a Promotoria de Defesa do Consumidor agrupa demandas repetitivas, permitindo que elas sejam julgadas mais rapidamente.

23/11/2022

Novo Código de Ética do TJDFT prevê atuação no universo digital e a promoção da integridade

A conduta nas redes sociais, diretrizes para a utilização da inteligência artificial e a implementação de uma cultura de integridade estão entre os temas abordados pelo novo Código de Ética e Conduta do TJDFT, instituído pela Resolução 6/2022 e aprovado pelo Tribunal Pleno, no último dia 19/4.

27/04/2022

TJDFT expande uso da inteligência artificial para sentenciados com penas alternativas

Na última segunda-feira, 7/2, entrou em operação no TJDFT a nova fase do Sistema de Apresentação Remota e Reconhecimento Facial - SAREF. Desde junho de 2021, o sistema atende à Vara de Execuções das Penas em Regime Aberto (VEPERA). Agora, o SAREF é uma solução multi-uniidade, passando a funcionar também na Vara de Execuções das Penas e Medidas Alternativas (VEPEMA) e abrindo caminho para ser estendida a outras unidades do TJDFT.

09/02/2022

TJDFT: Solução em Inteligência Artificial atinge mais de 145 mil processos

O Toth, solução em IA que objetiva recomendar classe e assuntos processuais para o usuário do sistema PJe, ultrapassou a marca de mais de 145 mil processos utilizados para seu aprendizado.

21/12/2021

Sistema do TJDFT possibilita apresentação de pessoas em cumprimento de pena por celular

Nessa quinta-feira, 12/8, 18 pessoas que cumprem pena em regime aberto ou domiciliar e que precisam se apresentar periodicamente à Vara de Execuções das Penas em Regime Aberto – VEPERA/TJDFT puderam fazê-lo com uso do telefone celular. Elas fazem parte de uma amostra que está

testando o módulo mobile do Sistema de Apresentação Remota e Reconhecimento Facial – SAREF, implantado pelo TJDFT no último mês.

13/08/2021

Apenados utilizam sistema de reconhecimento facial para apresentação à VEPERA

Nessa segunda-feira, 12/7, os primeiros apenados realizaram com sucesso o reconhecimento facial e registro de presença pelo totem do Sistema de Apresentação Remota e Reconhecimento Facial – SAREF da Vara de Execuções das Penas em Regime Aberto – VEPERA.

05/07/2021

TJDFT: Nova solução de Inteligência Artificial é inaugurada nas apresentações da VEPERA

No dia 14/6, entrou em operação na Vara de Execuções das Penas em Regime Aberto - VEPERA a primeira fase do Sistema de Apresentação Remota e Reconhecimento Facial - SAREF. O sistema possui como objetivo principal facilitar a apresentação dos apenados na Vara.

28/06/2021

TJDFT usa Inteligência Artificial para classificar processos judiciais

*O TJDFT está usando a Inteligência Artificial para trazer ainda mais agilidade à tramitação do Processo Judicial Eletrônico – PJe. O **Projeto Toth**, em funcionamento piloto desde 9/3, auxilia o usuário interno do sistema PJe, recomendando possíveis classes e assuntos para os processos.*

17/03/2021

TJDFT lidera número de projetos de Inteligência Artificial no Poder Judiciário

Dentro do Judiciário brasileiro, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDFT é o órgão que apresenta o maior número de projetos de Inteligência Artificial – IA. A informação consta do Painel de Projetos com

Inteligência Artificial – IA no Poder Judiciário, publicado pelo Conselho Nacional de Justiça.

27/01/2021

TJDFT desenvolve nova ferramenta de automação para agilizar processos de execução fiscal

O TJDFT, por meio da Subsecretaria do Processo Judicial Eletrônico – SUPJE, construiu um fluxo de trabalho automatizado com o propósito de agilizar a tramitação dos processos digitalizados da Vara de Execução Fiscal do DF – VEF/TFDFT

26/01/2021

Inovação: TJDFT contrata nova plataforma de soluções digitais

Em busca de soluções digitais que permitam a continuidade da prestação jurisdicional de forma célere e eficiente, o TJDFT contratou no último dia 23/12 a plataforma de colaboração Microsoft Office 365. A contratação, realizada por meio do Pregão Eletrônico 060/2020, foi considerada exitosa, pois teve custo inferior a licitações recentes de outros órgãos relativas ao mesmo objeto.

08/01/2021

Inteligência artificial: uma realidade no Poder Judiciário

A Inteligência Artificial (IA) já é uma realidade em nossas atividades do dia a dia.

27/01/2020

TJDFT usa inteligência artificial para aprimorar sistemas

A tecnologia da inteligência artificial (AI) tem sido utilizada pelo TJDFT para aprimorar a prestação jurisdicional.

30/05/2019

TJES tem o maior investimento em tecnologia da Informação dos últimos anos

Para acompanhar a transformação digital no ambiente judiciário, o Tribunal de Justiça do ES realizou investimentos em Tecnologia da Informação, no ano de 2024, na ordem de R\$ 45.000.000,00.

19/12/2024

TJES regulamenta Política de Uso de Inteligência Artificial no Poder Judiciário capixaba

Para estabelecer as diretrizes e estimular o uso responsável e ético da Inteligência Artificial (AI) em todos os níveis e áreas do Poder Judiciário do Espírito Santo (PJES), o presidente do Tribunal de Justiça (TJES), desembargador Samuel Meira Brasil Jr., instituiu e regulamentou a Política de Uso de IA no âmbito do PJES, que visa promover a justiça e a equidade algorítmica, a transparência, a responsabilidade e a não discriminação, em consonância com os princípios gerais do Direito, da Administração Pública e das Constituições Estadual e Federal.

25/07/2024

Laboratório de Inovação e Inteligência Artificial do TJES vai difundir pesquisa e coordenar atividades de inovação

Laboratório de Inovação e Inteligência Artificial (LI²/TJES) é o novo nome do Centro de Inovação, Tecnologia e Inteligência Artificial do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES). O Ato Normativo nº 35/2024, que dispõe sobre essa renovação, foi assinado pelo presidente do TJES, desembargador Samuel Meira Brasil Jr, e disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico (e-Diário) nesta terça-feira, 05/03.

06/03/2024

Corregedor Geral da Justiça, Desembargador Samuel Meira Brasil Júnior, cria Centro de Inteligência Artificial

O Corregedor Geral da Justiça do Espírito Santo (CGJ-ES). Desembargador Samuel Meira Brasil Júnior, criou um Centro de Inteligência Artificial (CorE-IA) para atender às demandas do Poder Judiciário estadual. O Provimento nº 21/2019, que instituiu o CorE-IA, foi disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico (e-diario) nessa quarta-feira (15).

16/05/2019

TJGO

2ª Sawabona é encerrada com palestras sobre Direito à Terra, Inteligência Artificial e Igualdade Racial

A 2ª Semana de Arte e Sabedoria Jurídica Negras (Sawabona), realizada no Fórum Cível de Goiânia, foi encerrada nesta sexta-feira (13) com palestras sobre Direito à Terra e a Construção de Territórios Antirracistas e Inteligência Artificial e Igualdade Racial. A iniciativa, organizada pela Coordenadoria de Igualdade Racial do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO), com o apoio da Escola Judicial (Ejug), ainda contou com a apresentação cultural de capoeira de Angola, do Grupo Batucagê.

13/12/2024

Carlos França participa de Encontro de Inteligência Artificial do TCE-GO e apresenta inovações do Judiciário goiano

O presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO), desembargador Carlos França, apresentou as principais inovações do Poder Judiciário goiano no uso de Inteligência Artificial (IA), nesta segunda-feira (30), durante sua participação no 1º Encontro sobre o tema, realizado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE). O encontro teve como anfitrião o presidente do TCE, conselheiro Saulo Mesquita, e também contou com a participação do governador do Estado de Goiás, Ronaldo Caiado.

30/09/2024

Ejug promove debate sobre Inteligência Artificial no Cenário Brasileiro e Europeu, com foco no Poder Judiciário

Ao abrir o seminário, o desembargador Aureliano Albuquerque lembrou o início da digitalização dos processos do TJGO. “Na época, por volta de 2010, eu publiquei um artigo que dizia o seguinte: nós, magistrados, estamos terminando o procedimento. A partir do momento em que colocamos todas as nossas peças dentro de um sistema eletrônico, o sistema faz desaparecer os tempos mortos e o processo gera uma rapidez, uma agilidade em torno de 40%. Mas a máquina não pode e nem vai substituir o homem.

12/09/2024

Corregedor-geral lança plataforma composta de sistemas de tecnologia avançada e uso de inteligência artificial no Encontro Regional da 8ª e da 10ª Regiões Judiciárias

De forma pioneira, o corregedor-geral da Justiça do Estado de Goiás, desembargador Leandro Crispim, lançou nesta quarta-feira, 7, na abertura do Encontro Regional da 8ª e da 10ª Regiões Judiciárias, em São Luís de Montes Belos, a Plataforma de Atendimento Eletrônico da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás, composta por três sistemas de atendimento que utilizam tecnologia de ponta e inteligência artificial.

07/08/2024

TJGO avança na modernização da Justiça com a implementação de modelos abertos de Inteligência Artificial

O Tribunal de Justiça de Goiás (TJGO) está ampliando o uso de inteligência artificial (IA) para melhorar sua produtividade e atendimento ao cidadão. Essas iniciativas, lideradas pelo chefe do Poder Judiciário, desembargador Carlos França, incluem a recente transformação da Diretoria de Estatística em Diretoria de Inteligência Artificial, Ciência de Dados e Estatística (DIACDE), conforme a Lei Estadual n. 22.833/2024. A nova diretoria também já está utilizando modelos de linguagem abertos (LLMs) para adaptar essa tecnologia ao contexto jurídico. Trata-se de um novo modelo de abordagem, já que o TJGO utiliza IA nos processos judiciais desde 2020.

30/07/2024

Reunião entre TJGO e UFG sela conclusão de projeto para simplificação da linguagem de decisões judiciais via inteligência artificial

O presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO), desembargador Carlos França, coordenou reunião, na tarde desta sexta-feira (14), no Salão Nobre da Presidência, com juízes e servidores, bem como professores e equipes da Universidade Federal de Goiás (UFG), para selar a conclusão do projeto de criação da ferramenta de inteligência artificial que tornará as decisões judiciais mais compreensíveis para a sociedade. O projeto integra o programa de simplificação dos termos jurídicos, que recebeu o nome "Simples e Fácil". Liderada pelo presidente do TJGO, a iniciativa segue as diretrizes do Pacto pela Linguagem Simples no Poder Judiciário, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

13/06/2024

TJGO cria solução de inteligência artificial para ajudar pessoas no acesso ao Judiciário pelo Telegram

A Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO) anunciou que está em fase final de testes uma nova ferramenta de inteligência artificial (IA), integrada ao aplicativo de mensagens Telegram, visando facilitar o acesso dos cidadãos aos serviços da justiça. A iniciativa, nomeada "Berna fala com você", é uma variação da BERNA: Busca Eletrônica em Registro usando Linguagem Natural, que é uma IA idealizada pelo Tribunal de Justiça de Goiás (TJGO).

06/05/2024

TJGO lança piloto de projeto desenvolvido com UFG que simplifica decisões judiciais utilizando inteligência artificial

O Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO) lança, nesta quinta-feira (29), o projeto-piloto da ferramenta de inteligência artificial desenvolvida em parceria com a Universidade Federal de Goiás (UFG) para tornar as decisões judiciais mais fáceis de entender. O objetivo da parceria é simplificar a comunicação da Justiça com a sociedade, facilitando assim a compreensão dos julgamentos e aproximando o Judiciário da população

29/02/2024

TJGO apresenta Painel de Ações Coletivas usando inteligência artificial a representantes do TJMG

O Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO) apresentou o Painel de Ações Coletivas, desenvolvido pela Diretoria de Estatística e Ciência de Dados e Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e Ações Coletivas (Nugepnac) nesta quinta-feira (29), em reunião virtual, aos representantes do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG), que quiserem conhecer a ferramenta, que auxilia no gerenciamento e na divulgação das ações coletivas de maior impacto do TJGO.

29/02/2024

Inteligência Artificial desenvolvida pelo TJGO reduz o tempo de tramitação processual; outros 6 tribunais já utilizam IA da Justiça goiana

A Inteligência Artificial Berna: “Busca Eletrônica em Registros usando Linguagem Natural”, desenvolvida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO), tem reduzido o tempo de tramitação processual das escriturarias e dos gabinetes de magistrados. A ferramenta tecnológica criada pelo TJGO já vem sendo adotada por outros seis tribunais estaduais – sendo eles os do Pará, do Ceará, de Sergipe, do Maranhão, Amazonas e de Roraima – a partir da assinatura de Termos de Cooperação e Planos de Trabalho.

05/01/2024

Criado grupo de trabalho para aplicação da Berna, inteligência artificial do Poder Judiciário goiano

A Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás criou o grupo de trabalho com o fim de promover estudos e reuniões para aplicação da Berna, inteligência artificial do Poder Judiciário goiano, junto à 1ª Vara da Fazenda Pública Municipal – Execução Fiscal e à 5ª Vara da Fazenda Pública Municipal – Execução Fiscal, ambas da comarca de Goiânia.

26/12/2023

Projeto de Inteligência Artificial do TJGO e UFG promove Linguagem Simples em Sentenças Judiciais

O Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO), em parceria com a Universidade Federal de Goiás (UFG), por meio da Fundação de Apoio à Pesquisa, tem desenvolvido um projeto inovador com o objetivo de simplificar a linguagem das sentenças judiciais, com o uso de ferramentas de Inteligência Artificial. Este esforço visa tornar os processos judiciais mais acessíveis e compreensíveis para o público em geral.

14/12/2023

Em curso promovido pela Ejug, magistrados aprendem sobre aplicação da Inteligência Artificial no Poder Judiciário

A Escola Judicial do Poder Judiciário do Estado de Goiás (Ejug) promoveu, nos dias 16, 17 e 20 de novembro, curso de Inteligência Artificial para magistrados, com objetivo de apresentar os novos desafios e atualizá-los acerca das diversas possíveis aplicação no Poder Judiciário.

20/11/2023

Juíza de Anápolis assina sentença extinguindo cinco mil processos em um clique com auxílio da inteligência artificial do TJGO

Com a utilização do Sistema Berna (Busca Eletrônica em Registros usando Linguagem Natural), inteligência artificial idealizada pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO), a juíza da Vara de Fazenda Pública Municipal, Ambiental e Registros Públicos de Anápolis, Nina Sá Araújo, assinou, nesta sexta-feira (17), cinco mil sentenças de extinção por remissão na execução fiscal em apenas um clique. São processos repetitivos, com um mesmo tipo de petição pelo Município e um mesmo tipo de sentença pelo juiz. Esse impulsionamento processual é uma das vantagens da utilização da tecnologia.

17/11/2023

TJGO e UFG firmam parceria para projetos de inteligência artificial

O Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO) e a Universidade Federal de Goiás (UFG), por meio da Fundação de Apoio à Pesquisa (Funape), firmaram

contrato, na quinta-feira (23/3), para o desenvolvimento de dois projetos de inteligência artificial, sendo um de assistente jurídico virtual e outro de inteligência artificial aplicada à comunidade processual. A solenidade de assinatura do contrato foi celebrada no Salão Nobre da Presidência do TJGO, entre o chefe do Poder Judiciário, desembargador Carlos França, o pró-reitor de pós-graduação da UFG, professor Felipe Terra Martins, representando a reitora Angelita Pereira de Lima, e a diretora-executiva da Funape, Sandramara Matias Chaves.

24/03/2023

TJGO lança sistema de inteligência artificial que agrupa ações idênticas

Ações idênticas peticionadas em Goiânia e Aparecida de Goiânia. Vários processos sobre problemas com a mesma companhia aérea, mesmo número de voo, horários e datas iguais peticionados em juizados diversos e com diferença de minutos.

26/05/2020

TJMA

TJMA disponibiliza ferramenta de inteligência artificial para magistrados e servidores

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) anunciou a integração da ferramenta Gemini, uma solução avançada de inteligência artificial desenvolvida pela Google, ao Google Workspace (central de serviços e produtos) utilizado pela instituição. A novidade estará disponível, em sua versão mais atualizada, para magistrados, magistradas, servidores e servidoras a partir da próxima semana.

03/02/2025

Servidores e servidoras podem testar Inteligência Artificial do Google por 30 dias

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) inicia uma nova fase de inovação tecnológica com a versão de avaliação do Gemini Enterprise, plataforma de inteligência artificial mais avançada do Google para ambientes corporativos. A iniciativa busca dinamizar e otimizar os processos de trabalho no âmbito do Judiciário. O Gemini está localizado no painel lateral junto ao Gmail, Docs, Drive, Apresentações e Planilhas do Worspace. Ele é representado por uma estrela de quatro pontas.

06/11/2024

Analistas discutem sobre carreira, inteligência artificial e eficiência no TJMA

Profissionais de nível superior que integram o quadro de analistas do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) reuniram-se, nesta segunda-feira (30), para refletir sobre as transformações tecnológicas e o papel da inteligência artificial (IA) no aprimoramento do trabalho e da eficiência judicial.

01/10/2024

TJMA e UEMA lançam inteligência artificial Robô Maria Firmina

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Froz Sobrinho, recebeu nesta terça-feira (27/8), o reitor da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Walter Canalles, acompanhado pelo vice-reitor, Paulo Catunda e pelo procurador da Uema, Adolfo Testi e pelo desembargador José Nilo Ribeiro Filho.

27/08/2024

TJMA utilizará painel de precedentes para julgamento de demandas repetitivas

Precedentes são decisões judiciais tomadas em um caso concreto, que podem servir como exemplo para outros julgamentos semelhantes. Com o objetivo de facilitar a tarefa de descobrir a existência de precedentes vigentes em casos julgados na Justiça estadual com o uso de inteligência artificial, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), por meio do Laboratório de Inovação (Toada Lab), e a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) elaboraram o Painel de Precedentes Qualificados para magistrados e magistradas.

18/11/2022

TJMA desenvolve software de inteligência artificial para precedentes

O Tribunal de Justiça do Maranhão firmou parceria técnico-científica com a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), para a execução de projetos de pesquisa e desenvolvimento de softwares com Inteligência Artificial e Automação. O anúncio foi feito pelo presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, na abertura da sessão plenária desta quarta-feira (30).

30/03/2022

TJMG

Ferramenta Dora é apresentada à Presidência do TJMG

A ferramenta Degravação Automatizada de Reuniões e Audiências (Dora), em desenvolvimento pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), cujo funcionamento é baseado na inteligência artificial, foi apresentada nesta quarta-feira (17/1) ao presidente do Tribunal, desembargador José Arthur de Carvalho Pereira Filho.

17/01/2024

TJMG avalia uso do NatJus GPT em processos de saúde

O presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, desembargador José Arthur de Carvalho Pereira Filho, acompanhou, na terça-feira (6/2), a apresentação do NatJusGPT, ferramenta desenvolvida com o uso de inteligência artificial generativa aplicada à judicialização da saúde, que poderá futuramente ser adotada pelo TJMG. O objetivo da ferramenta não é produzir notas técnicas, mas oferecer subsídios disponíveis para a decisão dos magistrados.

07/02/2024

Juizes de Turma Recursal de Curvelo utilizam IA para elaborar ementa em voto

Os juízes da Turma Recursal de Curvelo, Rodrigo Martins Faria (relator), Breno Aquino Ribeiro e Manoel Jorge de Matos Júnior, de forma pioneira no Estado, deram efetividade à chamada "transparência algorítmica", ao informarem de maneira expressa a adoção do uso de inteligência artificial generativa (IA) no auxílio da composição da verbetização (sequência de palavras-chave e/ou expressões por meio das quais se identificam os assuntos tratados no acórdão) e da ementa, nos votos do colegiado, em sessão de julgamento de 14/2.

28/02/2024

Grupo de Trabalho para estudar uso do NatJusGPT no TJMG realiza primeira reunião

O Grupo de Trabalho do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) para realizar estudos sobre a ferramenta NatJusGPT, desenvolvida com o uso de inteligência artificial aplicada à judicialização da saúde, realizou, na terça-feira (27/2), sua primeira reunião. O GT foi criado por meio da Portaria nº 6.480/PR/2024, assinada pelo presidente do TJMG, desembargador José Arthur de Carvalho Pereira Filho.

28/02/2024

TJMG lança ferramenta de degravação e transcrição de audiências

O Núcleo de Robótica e Automação de Soluções de TIC (Nubot), vinculado à Diretoria Executiva de Informática (Dirfor) do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), desenvolveu um sistema para recuperação do conteúdo de sessões de julgamento, audiências e reuniões baseado em Inteligência Artificial (IA) generativa. Denominada Degravação Automatizada de Reuniões e Audiências (Dora), a ferramenta vai agilizar a análise e a consulta ao material, permitindo sua transcrição para texto. A previsão é que seja disponibilizada no dia 26/6 para a 1ª e a 2ª Instâncias.

18/06/2024

Plataforma Ester do TJMG é finalista do Prêmio Inovação do Poder Judiciário do CNJ

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) é finalista da 1ª edição do Prêmio de Inovação do Poder Judiciário, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com a plataforma Especialista em Síntese para Transcrição de Ementas e Resumos (Ester), desenvolvida pelo Centro de Inteligência da Justiça de Minas Gerais (CIJMG). A ferramenta, que concorre na categoria Tecnologia Judicial Inovadora, tem como objetivo auxiliar magistradas e magistrados na elaboração de ementas e acórdãos, usando linguagem simples e padronizada, conforme determinação do CNJ.

03/09/2024

Prêmio do CNJ reconhece práticas inovadoras no Judiciário

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) foi um dos destaques no 1º Prêmio Inovação do Poder Judiciário, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). As iniciativas Central de Pesquisa Patrimonial (CPP) e a plataforma Especialista em Síntese para Transcrição de Ementas e Resumos (Ester) ficaram em 2º e 3º lugar, respectivamente, nas categorias “Gestão Judicial Inovadora” e “Tecnologia Judicial Inovadora - Ideias Inovadoras”. Em sua primeira edição, o Prêmio Inovação do Poder Judiciário recebeu um total de 285 inscrições.

13/09/2024

TJMG apresenta projeto de preservação digital no X Congresso Nacional de Arquivologia

Com o tema “A Arquivologia e as Tecnologias Disruptivas: O Arquivista na Era da Ciência de Dados e da Inteligência Artificial”, o congresso, promovido pelo Fórum Nacional das Associações de Arquivologia do Brasil (FNArq), busca discutir as adequações das práticas profissionais dos arquivistas e as soluções tecnológicas que otimizam os serviços arquivísticos sem ameaçar os princípios da Arquivologia.

16/10/2024

TJMG publica primeiro acórdão com resumo criado por IA em Linguagem Simples

De forma inovadora, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), por meio da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), publicou, no dia 12/11, no Diário do Judiciário Eletrônico (DJe), o acórdão do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) nº 1.0000.22.157099-7/002 (Tema 91) com um resumo criado por Inteligência Artificial (IA).

14/11/2024

Comitê de Inteligência Artificial do TJMG realiza primeira reunião presencial

O Comitê de Inteligência Artificial do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) se reuniu, pela primeira vez de forma presencial, na quinta-feira (12/12), para definir estratégias e o cronograma de desenvolvimento de ferramentas que auxiliarão no trabalho de magistradas, magistrados, servidoras, servidores, colaboradoras e colaboradores da 1ª e 2ª Instâncias.

13/12/2024

TJMG apresenta SAVIA, nova ferramenta de inteligência artificial baseada no ChatGPT

O presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, desembargador José Arthur de Carvalho Pereira Filho, acompanhou, nesta quarta-feira (25/1), a apresentação do Sistema Assistente Virtual de Inteligência Artificial (SAVIA). A ferramenta, orientada por inteligência artificial (IA), é capaz de auxiliar magistrados, servidores e colaboradores da área administrativa do TJMG na redação de textos e documentos.

25/01/2023

TJMG ingressa na era da inteligência artificial

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais participou do XII Congresso do Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão em Acesso à Justiça e Solução de Conflitos da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (Recaj-UFMG), no qual apresentou o Projeto Sapiens, de inteligência artificial.

06/12/2021

Laboratório de Ciência de Dados Jurídicos e Inteligência Artificial

O TJMG cria o Laboratório de Ciência de Dados Jurídicos e Inteligência Artificial (LabCDJ), com o objetivo de desenvolver projetos e ações de ensino, pesquisa e desenvolvimento tecnológico, em conjunto com instituições de ensino conveniadas.

14/02/2020

TJMG utiliza inteligência artificial em julgamento virtual

Iniciativa, inédita entre tribunais de justiça, trará maior celeridade, segurança e economia para o Judiciário

07/11/2018

TJMS

TJMS avança no projeto-piloto de sistema para criação de banco de precedentes judiciais

O presidente da Comissão Gestora de Precedentes do Tribunal de Justiça, Des. Alexandre Bastos, apresentou ao Centro de Inteligência da Justiça Estadual de Mato Grosso do Sul (CIJEMS) o projeto-piloto do sistema que visa criar uma ferramenta que possibilite estabelecer o banco de precedentes do TJMS. Posteriormente o piloto também será apresentado aos demais órgãos do Tribunal.

03/04/2023

TJMS automatiza classificação de petições iniciais com uso de inteligência artificial

O Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul lançou um novo recurso no Portal e-SAJ. Baseada em Inteligência Artificial (IA), a nova ferramenta irá sugerir aos advogados a classe e o assunto das petições iniciais.

Inicialmente, foram habilitados 50 advogados para uma fase de testes e, gradualmente, o recurso será liberado a todos os advogados cadastrados.

25/02/2022

TJMS automatiza classificação de petições intermediárias no Portal e-SAJ usando inteligência artificial

Advogados que peticionam no Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul (TJMS) começaram a receber no Portal e-SAJ uma nova funcionalidade baseada em Inteligência Artificial (IA). A classificação automática de petições intermediárias fará de forma automática a análise, identificação e sugestão do tipo e da categoria da petição. De acordo com o presidente do Comitê de Governança de Tecnologia da Informação, Des. Alexandre Bastos, isso torna mais fácil a rotina dos advogados, bem como agiliza o andamento processual.

30/11/2021

Tribunal de Justiça de MS institui o Laboratório de Inovação

Está publicada no Diário da Justiça de quinta-feira, dia 22 de julho, a Portaria n. 2.085/2021, que institui o Laboratório de Inovação no Poder Judiciário de MS. Vinculado à Presidência do Tribunal de Justiça, o LabJus terá a responsabilidade de elaborar e implementar o programa de gestão da inovação de que trata a Resolução n. 395/2021, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

23/07/2021

TJMT

LexIA: TJMT implementa Inteligência Artificial própria para acelerar serviços judiciais

O presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), desembargador José Zuquim Nogueira, autorizou a implantação da LexIA (Lex, de Lei em latim, e IA de Inteligência Artificial), ferramenta tecnológica desenvolvida exclusivamente pelo e para o Poder Judiciário mato-grossense.

27/02/2025

Implantação de Inteligência Artificial no Judiciário é destaque em audiência pública

Como está a implantação da Inteligência Artificial (IA) e qual será o futuro dela no âmbito do Poder Judiciário foram assuntos debatidos na audiência pública “Inteligência Artificial no Poder Judiciário”, realizada pelo Tribunal de Justiça, por meio da Corregedoria-Geral da Justiça (CGJ-TJMT), em Cuiabá.

27/06/2023

Audiência pública promove debate sobre inteligência artificial no Poder Judiciário

Com o propósito de debater a inteligência artificial no Poder Judiciário, discutir as vantagens e riscos dessa ferramenta, a Corregedoria-Geral do Tribunal de Justiça de Mato Grosso realizou, na tarde desta sexta-feira (dia 23), uma audiência pública, que contou com a participação de mais de 300 pessoas.

23/06/2023

TJPA

Ouvidoria Agrária participa de oficina de Inteligência Artificial

A Oficina de Inteligências Artificiais (IA), voltada à otimização das decisões e rotinas da Ouvidoria Agrária, foi realizada nos dias 20 e 21 de junho, em parceria com a Escola Judicial do Poder Judiciário do Pará (EJPA).

25/06/2024

TJPA participa da apresentação de inteligência artificial

O secretário de Informática do Judiciário paraense, Márcio Goes, participou na última segunda-feira, 18, de evento que apresentou as novas soluções de inteligência artificial para o Judiciário brasileiro. O encontro, que ocorreu na

sede do Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília, foi criado através do Chamamento Público nº 01/2023, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

19/12/2023

TJPA adota Programa de Busca Eletrônica em Registros

O Programa de Busca Eletrônica em Registros Usando Linguagem Natural (Berna), foi apresentado à presidente do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), desembargadora Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos, durante a 39ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno, nesta quarta-feira, 11.

11/10/2023

Inteligência Artificial é tema de capacitação no Poder Judiciário

Integrantes do Laboratório de Inovação Pai D'égua do Poder Judiciário do Pará começaram, nesta segunda-feira, 29, o curso “Visão geral sobre inteligência artificial”, ministrado pelo secretário de informática do TJPA, Márcio Góes, no formato presencial e online. O objetivo é ampliar os horizontes das participantes e dos participantes acerca da inteligência artificial a fim de dar soluções para as demandas do Poder Judiciário.

29/05/2023

TJPA e STJ assinam acordo de Inovação e Inteligência Artificial

O Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) e o Superior Tribunal de Justiça (STJ) representados, respectivamente, por sua presidente, desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro, e pelo seu presidente em exercício, ministro Og Fernandes, assinaram Acordo de Cooperação Técnica com o objetivo de estabelecer parceria na Área de Inovação e Inteligência Artificial para aprimoramento dos fluxos de ações judiciais, de forma a promover políticas de modernização, aperfeiçoamento e acesso à justiça.

01/02/2023

Inteligência Artificial do TJPA integra levantamento de projetos do CNJ

Elaborada pela equipe da Secretaria de Informática do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), a Índia, ferramenta recentemente lançada pelo Poder Judiciário do Pará, que atua na etapa de indexação de processos digitalizados, quando o processo é fragmentado e organizado para que seja incluído de forma padronizada no sistema de Processo Judicial Eletrônico (Pje), é um dos 111 projetos de inteligência artificial (IA) mapeados no âmbito Poder Judiciário em 2022. O levantamento foi feito e apresentado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que apontou um crescimento de 171% em relação ao uso da inteligência artificial no Judiciário brasileiro em relação ao ano passado.

15/06/2022

Ferramenta com inteligência artificial vai atuar na indexação de processos

Uma nova ferramenta que será aliada tecnológica para a digitalização e a virtualização de processos no Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA) foi apresentada oficialmente nesta quarta-feira, 1, durante a sessão ordinária do Tribunal Pleno pela presidente do TJPA, desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro. A ferramenta, intitulada Índia - Inteligência Artificial de Indexação de Documentos Judiciais, juntamente com Robô Migrador 4.0, aprimorará o Sistema de Digitalização e Virtualização dos Processos do Judiciário paraense.

01/06/2022

Fóruns Cível e Criminal recebem totem do Disque-Denúncia

O cidadão agora tem mais um canal para denunciar crimes e se manter no anonimato. O totem da Inteligência Artificial Rápida e Anônima (Iara) ficará em exposição no hall de entrada dos Fóruns Cível e Criminal. A Iara é a atende virtual do Disque-Denúncia, vinculado à Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social (Segup), que recebe denúncias anônimas, incluindo áudios, fotos, vídeos a localização, por meio do WhatsApp 91 98115-9181. É o único aplicativo de denúncias do Brasil a garantir o sigilo e o anonimato.

09/10/2020

Parceria viabiliza uso de inteligência artificial

Os Tribunais de Justiça do Pará e de Goiás (TJPA e TJGO) firmaram parceria para o uso da inteligência artificial na identificação e agrupamento de processos. Por meio de um projeto piloto, os dois Tribunais farão a integração do programa de Busca Eletrônica em Registros usando Linguagem Natural, intitulado “Berna”, desenvolvido pelo TJGO, à plataforma de processo eletrônico e ao banco de dados do TJPA. Esse foi o objetivo do Protocolo de Intenções nº 015/2020, assinado no final de agosto pelos presidentes do TJPA e TJGO, respectivamente os desembargadores Leonardo de Noronha Tavares e Walter Carlos Lemes.

10/09/2020

TJPB

TJPB vai se reunir com a Google para conhecer ferramentas de IA aplicadas ao Judiciário

O Tribunal de Justiça da Paraíba já está em tratativas para se adequar aos novos parâmetros que serão obedecidos para utilização da Inteligência Artificial (IA) em todo o Poder Judiciário. O Ato Normativo 0000563-47.2025.2.00.0000, que trata a matéria e aprovado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), atualiza a Resolução nº 332/2020, que há cinco anos desenhou os primeiros parâmetros sobre o uso da IA pelos tribunais brasileiros. Uma das medidas adotadas pelo TJPB é um encontro de trabalho com representantes da Google.

21/02/2025

Tribunal de Justiça reestrutura Centro de Inteligência e Inovação

O Tribunal de Justiça da Paraíba reestruturou o Centro de Inteligência e Inovação por meio da Resolução nº 07/2024 do Pleno, passando a denominá-lo Centro de Inteligência, Inovação e Governança do Poder Judiciário do Estado da Paraíba (CEInGov). O ato, assinado pelo presidente do Tribunal, desembargador Fred Coutinho, foi publicado no Diário da Justiça eletrônico desta quarta-feira (05).

05/02/2025

‘Sebastiana’ evolui em tecnologias e Tribunal de Justiça do Maranhão vai usar a IA do TJPB

Lançada em maio do ano passado, pelo presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba, desembargador João Benedito da Silva, a ferramenta de Inteligência Artificial (IA) ‘Sebastiana’ representa um avanço tecnológico histórico na esfera do Poder Judiciário estadual e seus avanços não param. O projeto deu tão certo que um Termo de Cooperação Técnica foi assinado pelo presidente do TJPB, para que a ‘Sebastiana’ seja implantada no Tribunal de Justiça do Maranhão, além de ganhar mais assertividade nos modelos de IA.

04/10/2024

Tribunal de Justiça da Paraíba terá grupo de trabalho para viabilizar a implantação de Inteligência Artificial

O Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB) vai criar um Grupo de Trabalho (GT) para iniciar estudos sobre a viabilidade da utilização dos serviços de Inteligência Artificial. O assunto foi tratado em uma reunião nesta segunda-feira (09), na sede administrativa do Tribunal de Justiça. Na ocasião, o presidente do Poder Judiciário estadual, desembargador João Benedito da Silva, tomou conhecimento do trabalho desenvolvido no Tribunal de Justiça de Pernambuco, em especial, a experiência de sucesso na utilização da IA, implantada no gabinete do desembargador do TJPE, Alexandre Freitas Pimentel.

09/09/2024

‘Sebastiana’: Inteligência Artificial do TJPB ganha nova versão e mais celeridade

Com menos de três meses de lançamento, a ferramenta de Inteligência Artificial (IA) ‘Sebastiana’, desenvolvida pela Diretoria de Tecnologia da Informação do Tribunal de Justiça da Paraíba, ganhou uma nova versão, que entrou em funcionamento na segunda-feira (21). O mecanismo é utilizado na produção de dados de movimentação processual, proporcionando mais celeridade e eficiência à prestação jurisdicional, beneficiando a Justiça estadual e, principalmente, o cidadão.

22/08/2023

TJPB institui Grupo de Trabalho de apoio à Ditec na Curadoria da 'IA Sebastiana'

Por meio do Ato da Presidência nº 84/2023, o Tribunal de Justiça da Paraíba instituiu o Grupo de Trabalho (GT) de apoio especializado à Diretoria de Tecnologia da Informação na atividade de Curadoria da Inteligência Artificial 'Sebastiana'. O documento assinado pelo presidente do Poder Judiciário estadual, desembargador João Benedito da Silva, foi publicado no Diário da Justiça eletrônico desta quinta-feira (10).

10/08/2023

Presidente do TJPB assina aliança estratégica com Parque Tecnológico da Paraíba e lança programa i-Nova Justiça

O presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba, desembargador João Benedito da Silva, a diretora técnica da Fundação Parque Tecnológico da Paraíba (PaqTcPB) de Campina Grande, Nádja Maria da Silva Oliveira, e o coordenador do Comitê Executivo de Proteção de Dados do TJPB, juiz Jeremias Cássio Carneiro Melo, assinaram, nesta quarta-feira (3), Termo de Aliança Estratégica de Institucionalização, Fortalecimento e Disseminação da parceria entre as duas instituições. Na ocasião, foi lançado o Programa 'i-Nova Justiça'. A solenidade aconteceu na Sala de Sessões do Pleno do Tribunal de Justiça.

03/05/2023

Presidente do TJPB lança ferramenta de IA 'Sebastiana' que traz mais celeridade processual e transparência

O presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba, desembargador João Benedito da Silva, fez a abertura do lançamento da ferramenta de Inteligência Artificial (IA) 'Sebastiana', um avanço tecnológico histórico, no âmbito do Poder Judiciário estadual, desenvolvido pelos servidores da Diretoria de Tecnologia da Informação (Ditec) do TJPB.

02/05/2023

Com evolução para PJe 2.2, TJPB antecipa integração à Plataforma Digital criada pelo CNJ

Com a evolução para a nova versão do Processo Judicial eletrônico (PJe), o Tribunal de Justiça da Paraíba se integra, de forma antecipada, à Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ-Br). Em recente evento do Conselho Nacional de Justiça, o TJPB havia firmado o compromisso de realizar a integração à Plataforma Digital até o dia 30 de junho.

07/06/2022

TJPB já implantou Plataforma Codex-Sinapses e terá primeiro modelo de Inteligência Artificial no PJe

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) instituiu a Plataforma Codex como ferramenta oficial para recebimento de informações de processos judiciais eletrônicos (PJe) que tramitam no Poder Judiciário brasileiro. A Resolução foi aprovada nessa terça-feira (8) e o Tribunal de Justiça da Paraíba já está com o sistema implantado no ambiente computacional (Data Center), com o objetivo de fazer prospecção na base de dados.

11/03/2022

Judiciário paraibano terá Núcleo de Justiça 4.0 - Saúde Pública Estadual

O Pleno do Tribunal de Justiça da Paraíba aprovou, em sessão virtual dessa quarta-feira (15), o Projeto de Resolução que dispõe sobre a instalação do Núcleo de Justiça 4.0 - Saúde Pública Estadual, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba. O Núcleo, criado dentro do Programa Justiça 4.0, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), funciona de forma totalmente digital, proporcionando maior agilidade e efetividade à Justiça.

16/12/2021

Tribunal de Justiça da Paraíba faz adesão ao 'Juízo 100% Digital'

Os gabinetes da Presidência do Tribunal de Justiça da Paraíba e dos desembargadores que compõem o segundo grau de jurisdição do Poder Judiciário estadual, começaram a aderir ao Projeto "Juízo 100% Digital". O Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) do TJPB também formalizou sua adesão às inovações do Projeto,

instituídas pela Resolução nº 345/2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio do Programa Justiça 4.0, que objetiva promover o acesso à Justiça, através de ações que empregam novas tecnologias e inteligência artificial.

24/09/2021

TJPB vai usar a primeira inteligência artificial ligada ao PJe capaz de avaliar pedidos de gratuidade processual

Sem deixar de lado as ações de inovação no parque tecnológico do Poder Judiciário estadual, está em avançado estágio de desenvolvimento, pela Diretoria de Tecnologia do Tribunal de Justiça da Paraíba (Ditec), a primeira inteligência artificial (IA) a ser utilizada no âmbito do TJPB. Trata-se de uma ferramenta construída com as mais modernas tecnologias, que será capaz de avaliar parâmetros em relação aos pedidos de gratuidade processual, no âmbito das ações em tramitação no Processo Judicial eletrônico (PJe).

28/01/2021

TJPE

Em coletiva de imprensa, presidente do TJPE anuncia que 2025 será o ano da Inteligência Artificial na Justiça estadual

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), desembargador Ricardo Paes Barreto, recebeu, na manhã desta quarta-feira, profissionais da imprensa e mídia em uma coletiva. O encontro com os jornalistas aconteceu no Palácio da Justiça, sede administrativa da Corte de Justiça estadual. O objetivo da coletiva de imprensa foi apresentar o Balanço de Gestão do Tribunal referente ao ano de 2024, e também falar das projeções para o ano de 2025, com destaque para a ampliação do uso de ferramentas tecnológicas e da Inteligência Artificial no TJPE para obter, assim, cada vez mais qualidade e excelência nos serviços prestados à população pernambucana.

18/12/2024

Esmape desenvolve solução de Inteligência Artificial para julgamento de processos superantigos no TJPE

Em um esforço para aprimorar a celeridade e eficiência da Justiça, a Governança do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) identificou cerca de 3.000 processos que, classificados como "superantigos", tramitam há mais de 15 anos. Essa situação motivou o Presidente do TJPE, Desembargador Ricardo Paes Barreto, a renovar o compromisso da instituição com a prestação jurisdicional célere e justa, direcionando a atenção para esses casos que aguardam solução.

05/11/2024

Desembargador Alexandre Pimentel “zera” acervo do gabinete com o uso da inteligência artificial

Especialista e entusiasta da tecnologia aplicada ao direito, o desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) Alexandre Freire Pimentel conquistou um feito inédito no último dia 17 de setembro: zerou o acervo de processos de seu gabinete num intervalo de apenas um ano. Para tal, o magistrado contou com duas ferramentas, o trabalho intenso do(a)s servidore(a)s e a inteligência artificial.

19/09/2024

Presidente do TJPE recebe especialistas em Inteligência Artificial aplicada no direito

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), desembargador Ricardo Paes Barreto, recebeu, na última sexta-feira (1º/03), os professores Hugo Carrasco Soulé e Fabiano Saraiva. Os acadêmicos foram trazidos pelo desembargador Alexandre Pimentel. Durante o encontro, eles conversaram sobre a tecnologia aplicada ao direito.

04/03/2024

Núcleo de Precatórios do TJPE ganhará mais agilidade com o uso de Inteligência Artificial

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) será representado, na solenidade de encerramento da 2ª edição da Jornada de Inovação Governo-

Academia de Pernambuco – JIGA.PE, pelo desembargador Alexandre Pimentel. O evento será realizado nesta terça-feira (11/07), a partir das 13h30, no auditório da Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação - SECTI, que fica localizada no número 32 da Rua Vital de Oliveira, Bairro do Recife.

10/07/2023

Innovare – Programa de inteligência artificial resulta em recuperação de verba pública e combate ao crime organizado

O último dos 13 projetos, que finaliza a série de reportagens sobre o Innovare 2019, organizada pela Assessoria de Comunicação Social do Tribunal de Justiça de Pernambuco (Ascom/TJPE), é Elis. Trata-se de uma ferramenta de Tecnologia da Informação baseada em inteligência artificial para analisar divergências nas Certidões de Dívida Ativa (CDA) e Petições Iniciais, triagem quanto à competência, prescrição, e elaboração de minutas em lotes sucessivos e ininterruptos dos despachos iniciais em execução fiscal no Processo Judicial eletrônico (PJe). Elis realiza atividades 36 vezes mais rápido que servidores e magistrados, fazendo com que as equipes possam se dedicar a atividades mais complexas.

16/09/2019

TJPE usará inteligência artificial para agilizar processos de execução fiscal no Recife

Após implantar o sistema Processo Judicial eletrônico (PJe) para processos cíveis nas comarcas do Estado, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) dá mais um passo rumo à modernização com o emprego da inteligência artificial para conferir maior celeridade à tramitação processual, otimizando a utilização de recursos humanos e tecnológicos. Com esse objetivo, a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (Setic) do Judiciário pernambucano desenvolveu um sistema de inteligência artificial, batizado com o nome “ELIS”, para analisar os processos de executivos fiscais do município do Recife.

20/11/2018

TJPI

Comitê de Inteligência Artificial do TJPI realiza primeira reunião

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (TJPI) realizou, na manhã desta sexta-feira (7), a primeira reunião do Comitê Gestor de Inteligência Artificial (CGIA) do Judiciário piauiense. Discutindo as diretrizes e estratégias para a implementação e supervisão das ferramentas de IA no âmbito da Justiça, a reunião foi a primeira de uma série de tratativas sobre o uso de algoritmos inteligentes para a otimização da atividade jurisdicional.

07/02/2025

Avanço no Judiciário: Ferramentas de Inteligência Artificial do Piauí são apresentadas ao Poder Judiciário do Mato Grosso

A comitiva mato-grossense que realiza visita técnica à Corregedoria Geral da Justiça do Piauí foi apresentada às tecnologias, painéis e sistemas piauienses que estão modernizando o Judiciário nacional.

05/07/2024

TJPR

Jurisprudência GPT recebe prêmio internacional no TJPR

O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR) recebeu, no dia 07/11, representantes da Gartner do Brasil para a entrega do prêmio internacional Gartner Eye On Innovation Awards for Government in Americas, conquistado pelo TJPR pelo desenvolvimento da ferramenta de inteligência artificial generativa Jurisprudência GPT. A cerimônia contou com a presença de autoridades estaduais e da diretoria regional da Gartner, uma das principais empresas globais de pesquisa e consultoria em tecnologia.

08/11/2024

TJPR cria política de utilização de Inteligência Artificial Generativa

O decreto judiciário nº 421/2024 do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR), publicado na sexta-feira (02/08), pelo presidente do Tribunal, desembargador Luiz Fernando Tomasi Keppen, criou a política de utilização de Inteligência Artificial (IA) Generativa do TJPR. O documento, elaborado pela Coordenadoria de Governança, Riscos e Conformidade do TJPR, pela Secretaria de Tecnologia da Informação (Seti) e pelo Laboratório de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (TJPRlab), apresenta os princípios de política de IA generativa e as diretrizes que devem ser seguidas por magistradas e magistrados, servidoras e servidores no uso cotidiano das ferramentas tecnológicas, alinhados às ações e iniciativas recomendadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de acordo com a Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026 (Resolução CNJ nº 325/2020) e a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário – ENTIC-JUD (Resolução CNJ nº 370/2021). Com a divulgação do decreto do TJPR, portanto, fica autorizado o uso da IA generativa, observando o seu uso responsável e seguro.

02/08/2024

TJPR cria Comissão de Aceleração de Inteligência Artificial

Para incentivar o uso de forma responsável da Inteligência Artificial Generativa entre magistrados e servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR) foi criada a Comissão de Aceleração de Inteligência Artificial. Ao longo dos próximos meses, 50 magistrados e 50 servidores vão testar a funcionalidade de uma nova ferramenta, a Copilot 365, da empresa Microsoft, para transcrição e resumo de audiências, separando por interlocutores, e, para a distribuição de documentos no sistema Projudi, que organiza os processos do Tribunal paranaense.

01/08/2024

TJPR investe em inovações tecnológicas promovendo agilidade ao judiciário

A ferramenta de Inteligência Artificial Generativa JurisprudênciaGPT, usada para pesquisa de jurisprudência, foi apresentada pelo presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR), desembargador Luiz Fernando Tomasi Keppen, em janeiro de 2024, durante o IX Encontro do Conselho de Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil (Consepre), em Foz do Iguaçu

(PR), com a presença do vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luiz Edson Fachin.

30/07/2024

TJPR apresenta ferramenta de Inteligência Artificial Generativa à Suprema Corte do México

O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR) realizou na segunda-feira (15/04) uma apresentação técnica da ferramenta JurisprudênciaGPT para a equipe de tecnologia da Suprema Corte de Justiça da Nação do México (Suprema Corte de Justicia de la Nación). A tecnologia de Inteligência Artificial Generativa foi desenvolvida pela corte paranaense e utiliza comando de linguagem natural para entregar dados sobre jurisprudência a magistrados e servidores.

16/04/2024

TJPR detalha nova ferramenta de inteligência artificial aplicada ao Judiciário

Durante o segundo dia do IX Encontro do Conselho de Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil (Consepre), em Foz do Iguaçu (PR), o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR) detalhou o funcionamento da JurisprudênciaGPT, ferramenta que utiliza a inteligência artificial generativa para a pesquisa de jurisprudência, e do NatJusGPT, aplicado no Judiciário para a saúde.

25/01/2024

Robô Larry Assessor – IAA traz inteligência artificial para os recursos especiais e extraordinários

Foi lançado, na última sexta-feira (22/07), o primeiro módulo de inteligência artificial voltado para os recursos especiais e extraordinários, o Larry Assessor – IAA. Voltado a atender demandas da 1ª Vice- Presidência do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR), o módulo utiliza um modelo treinado de reconhecimento de linguagem natural, técnica proveniente da área de inteligência artificial (IA), para reconhecer e apontar recursos semelhantes no momento em que um recurso estiver sendo analisado pela Assessoria da 1ª Vice-Presidência.

26/07/2022

Inteligência artificial: bloqueio de valores aumenta 84% no Tribunal do Paraná

De janeiro a junho deste ano, foram realizadas 29.434 solicitações de bloqueio de bens e valores por meio do uso de inteligência artificial, no Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR). Esse total representa um aumento de 84% em relação à quantidade de solicitações formalizadas no mesmo período de 2020, que foi de 15.988. Atualmente, 33 comarcas utilizam a ferramenta PIAA-SisbaJud, ao passo que na metade do ano passado eram apenas 13.

09/07/2021

TJPR utiliza Inteligência Artificial para acesso a informações do sistema BacenJud

O Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) desenvolveu uma ferramenta que utiliza a Inteligência Artificial (IA) para otimizar a busca de informações no sistema BacenJud.

09/01/2020

TJRJ

TJRJ acelera a IA Generativa no Judiciário Brasileiro com apresentação nacional do ASSIS

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro deu um passo histórico na modernização do Judiciário fluminense com o lançamento, no último dia 30 de agosto de 2024, do ASSIS, solução de inteligência artificial generativa para a construção de minutas de sentenças, decisões e relatórios, que também responde a qualquer pergunta sobre os processos judiciais analisados.

13/11/2024

Presidente do TJRJ publica artigo sobre o caminho para uma justiça moderna

Atento aos avanços tecnológicos, o presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), desembargador Ricardo Rodrigues Cardozo, elencou em um artigo para o site Jota os caminhos que o Poder Judiciário fluminense está trilhando para se tornar o mais moderno e digital tribunal do país. No artigo, o presidente do TJRJ discorre sobre os avanços tecnológicos na sociedade e observa que, à medida que os cidadãos se aclimatam à nova dinâmica social, também cresce a demanda por serviços digitais do Estado, com o intuito de facilitar o cotidiano.

29/10/2024

ASSIS: nova ferramenta de IA auxiliará magistrados na elaboração de minutas de sentença

Nesta sexta-feira (30/08), o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) lançou o ASSIS, uma ferramenta de suporte à jurisdição capaz de construir minutas de relatórios, decisões e sentenças em processos judiciais eletrônicos. O evento ocorreu em um workshop ministrado para juízes na Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ), no qual foram exploradas as dimensões históricas e conceituais da inteligência artificial generativa, seu uso ético e responsável, bem como o emprego prático das funcionalidades do ASSIS para o trabalho.

30/08/2024

II Encontro Interinstitucional do Eproc: TJRJ promove palestras sobre inteligência artificial e trabalho público colaborativo

O TJRJ participou ativamente do II Encontro Interinstitucional do Eproc. Além da presença do presidente do Tribunal, desembargador Ricardo Rodrigues Cardozo, na abertura, o secretário-geral de Tecnologia e Informação (SGTEC) Daniel Haab ministrou palestras sobre “Case da utilização do GPTJ no assistente de jurisdição em IA generativa” e “O futuro do trabalho público é colaborativo”.

07/08/2024

Presidente do TJRJ anuncia investimentos em tecnologia durante reunião na Região dos Lagos

O presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, desembargador Ricardo Rodrigues Cardozo, dando continuidade ao projeto de aproximar sua administração dos magistrados de todas as comarcas, esteve nesta sexta-feira (14/7) no 11º Núcleo Regional (NUR), em Cabo Frio, na Região dos Lagos. Mais do que falar, o objetivo dos encontros promovidos pelo presidente do TJRJ é ouvir os juízes, suas demandas e sugestões para melhorar a prestação jurisdicional à população.

15/07/2023

TJRJ disponibiliza plataforma on-line de resolução de conflitos com uso de inteligência artificial

Mais celeridade, menos custos, menos burocracia. A primeira plataforma institucional de resolução on-line de conflitos em um tribunal do país já está disponível no portal do TJRJ, a Plataforma + Acordo. O público-alvo da plataforma é o advogado, que para acessar a + Acordo, basta clicar em um botão na página principal do portal do Tribunal, na aba do advogado ou por meio do acesso rápido. Na plataforma, esse profissional do Direito insere os dados do cliente, como documentos e procuração e, por meio da inteligência artificial, recebe ou não uma proposta de acordo. Se receber e aceitar, o acordo será distribuído automaticamente para a homologação no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Capital (Cejusc). O advogado opera a plataforma em nome do cliente.

04/07/2024

TJRJ lança plataforma de mediação/conciliação com uso da inteligência artificial em parceria com a PUC-Rio

Uma solução pré-processual on-line de resolução de conflitos. Assim é a plataforma +Acordo, que será lançada na próxima segunda-feira (19/12) no Tribunal de Justiça do Rio, em parceria com a Pontifícia Universidade Católica do Rio (PUC-Rio).

16/12/2022

TJRJ e STJ assinam convênio que implanta sistema de inteligência artificial

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) passará a contar com a inteligência artificial para otimizar a prestação jurisdicional na relação com o Superior Tribunal de Justiça (STJ). Nesta quarta-feira (29/9), o presidente do TJRJ, desembargador Henrique Carlos de Andrade Figueira, assinou convênio com o STJ para o uso do Sistema Athos. A parceria foi assinada pelo presidente do STJ, ministro Humberto Martins.

29/09/2021

TJRN

Mais uma ferramenta de IA Generativa passa a ser utilizada pelo TJRN

A Justiça Estadual do Rio Grande do Norte incorporou, há poucos dias, mais uma funcionalidade à ferramenta Módulo de Gabinete: uma aplicação baseada em IA Generativa, que permitirá fazer resumos de peças processuais e relatórios. Com isto, os processos poderão ser analisados mais rapidamente.

13/12/2024

TJRN desenvolve Sistema de Busca Processual Simples com uso de Inteligência Artificial

O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte desenvolveu e colocou à disposição dos cidadãos que utilizam seus serviços uma ferramenta, desenvolvida pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (SETIC), com a participação da Secretaria de Comunicação Social (SECOMS), que moderniza e facilita a busca por processos judiciais dentro do Processo Judicial eletrônico (PJe).

30/10/2024

“Maio Tecnológico” visita Comarca de Mossoró para debater temas sobre inteligência artificial

Na manhã desta quinta-feira (16/05), a Secretaria de Tecnologia da Informação (SETIC) do TJRN realizou a segunda palestra da 6ª edição do Maio Tecnológico, evento que, neste ano, tem como tema “Tendências tecnológicas: inteligência artificial e automações no Poder Judiciário do RN”. Desta vez, o momento de repasse de conhecimentos ocorreu no Fórum Municipal Doutor Silveira Martins, em Mossoró, e também foi transmitido de forma virtual na plataforma Teams.

16/05/2024

TJRO

Projetos de inteligência artificial do TJRO são destaques em congresso nacional de inovação

Os avanços tecnológicos do Tribunal de Justiça de Rondônia (TJRO) foram expostos no I Congresso de Inovação em Inteligência Artificial (IA) no Judiciário, realizado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR), entre os dias 15 e 17 de janeiro de 2025, em Foz do Iguaçu.

17/01/2025

CPE1G, LEXIA e mais: Corregedoria do TJRO apresenta projetos inovadores no ExpoJud 2024

Os avanços tecnológicos da Corregedoria do Tribunal de Justiça de Rondônia estão presentes no ExpoJud 2024. A Central de Processos Eletrônicos de 1º Grau (CPE1G), a plataforma inteligente LEXIA e módulos “Precalc” e “Presente” do Sistema Eolis estão entre os projetos de sucesso que chamam atenção no que é considerado o maior congresso de tecnologia, inovação e direito do país. O evento acontece em Brasília entre os dias 15 e 17 de outubro.

17/10/2024

Desenvolvidas pelo TJRO e modelo para o CNJ, plataformas Sinapses e Codex inspiram Associação dos Tribunais de Contas do Brasil

A Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação do Tribunal de Justiça de Rondônia apresentou, nesta sexta-feira, 14, o funcionamento dos sistemas Sinapses e Codex à Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil – Atricon, que demonstrou interesse pelo funcionamento das plataformas desenvolvidas pela Justiça de Rondônia em parceria com o Conselho Nacional de Justiça e que foram expandidas para todo o país.

14/06/2024

CNJ destaca pioneirismo do TJRO, primeiro tribunal a aderir 100% ao Codex

O Tribunal de Justiça de Rondônia (TJRO) é o primeiro tribunal do Brasil a estar totalmente integrado à plataforma Codex. A notícia foi projetada durante visita institucional do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) ao tribunal em 12 de março, quando 32 processos ainda estavam pendentes. O Codex é uma plataforma nacional desenvolvida pelo próprio TJRO em parceria com o CNJ e peça-chave na modernização do Judiciário brasileiro. Ele consolida as bases de dados processuais e, assim, provê o conteúdo textual de documentos e dados estruturados.

04/04/2024

Automação criada pela CGJ faz 400 citações em menos 10 minutos

O LexIA, automação criada pela Corregedoria Geral do Estado de Rondônia, representa um avanço significativo na convergência entre o campo jurídico e a inteligência artificial, trazendo consigo uma série de benefícios que revolucionam a eficiência do sistema judicial. Desenvolvido com a missão de agilizar os processos judiciais, a plataforma não apenas reduz os prazos de tramitação, mas também se destaca por otimizar recursos de maneira inovadora.

15/12/2023

LexIA - Automação visa agilizar processos judiciais

Em um esforço colaborativo, a Corregedoria Geral de Rondônia promoveu uma série de reuniões com desembargadores, magistrados, a Central de Processos Eletrônicos do 1º grau (CPE1G) e representantes de diversas instituições, incluindo o Ministério Público (MP), a Procuradoria-Geral do Estado (PGE), a Ordem dos Advogados do Brasil do estado de Rondônia (OAB-RO) e a Defensoria Pública do Estado (DPE). O objetivo desses encontros foi apresentar uma inovadora iniciativa coordenada pela juíza auxiliar da Corregedoria, Inês Moreira da Costa.

15/09/2023

Inteligência artificial no Judiciário: TJRO instala núcleo de IA e estuda contratação de ferramentas

As previsões são certas, a inteligência artificial vai transformar a forma como a sociedade vive. Essas transformações já começaram, por exemplo, com o chatGPT, ferramenta de IA que vem revolucionando o mundo tecnológico. O Tribunal de Justiça de Rondônia, sempre pioneiro na área de tecnologia, está antenado às mudanças, por isso investe em um núcleo de estudo e aplicação de inteligência artificial nas rotinas do Judiciário, como forma de facilitar e agilizar os processos, sejam administrativos ou judiciais.

21/03/2023

Ferramentas de inteligência artificial do TJRO são apresentadas em simpósio no Tribunal de Justiça do Ceará

Ferramentas e aplicações de inteligência artificial desenvolvidas no Tribunal de Justiça de Rondônia foram apresentadas no I Simpósio Poder Judiciário e Inteligência Artificial: Aplicações práticas, promovido pelo Tribunal de Justiça do Ceará nos dias 23 e 24 deste mês. O Simpósio foi voltado para servidores e magistrados que integram os projetos do Promojud e profissionais de outros tribunais que atuam na área da inteligência artificial.

24/06/2022



Sinapses: Termo de cooperação técnica com o CNJ completa 1 ano

Criado com o objetivo de aumentar a celeridade dos processos judiciais, no início do biênio 2018-2019, o Sinapses, sistema de predição que faz uso de redes neurais, celebra um ano da assinatura do Termo de Cooperação com o CNJ - Conselho Nacional de Justiça.

19/12/2019

Investimentos em tecnologia garantem mais ferramentas para celeridade dos serviços judiciais do TJRO, até o final de dezembro

O Poder Judiciário de Rondônia, considerado um dos mais vanguardistas do país, entrega à sociedade mais ferramentas tecnológicas para incrementar a prestação jurisdicional.

02/12/2019

Cooperação entre TJRO e CNJ permite o uso de inteligência artificial desenvolvida pelo tribunal de RO

Técnicos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Tribunal de Justiça de Rondônia (TJRO) vão desenvolver soluções de inteligência artificial que resultem no aprimoramento do serviço prestado pela Justiça- à cidadania brasileira.

16/10/2018

TJRR

CENTRAL DE ATENDIMENTO - Iara: Inteligência Artificial a serviço da justiça já está em funcionamento

Com a Central Única de Atendimento, o Tribunal de Justiça de Roraima (TJRR) está transformando a forma como a população acessa os serviços e informações do Judiciário. A iniciativa busca aprimorar o atendimento remoto, reunindo tudo em um único número de contato, garantindo mais agilidade, praticidade e facilidade para quem precisa de suporte. Uma das

inovações que integram a Central, é a assistente virtual Iara, um chatbot com inteligência artificial disponível 24 horas.

17/02/2025

Integração tecnológica -TJRR e TJAM compartilham soluções de inteligência artificial

Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação do Tribunal de Justiça de Roraima (TJRR) participaram de uma visita técnica ao Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM) com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre o uso de inteligência artificial aplicada ao Judiciário. O encontro, realizado em 21 de outubro, contou com a presença de Paulo Adriano, subsecretário de Dados e Apoio à Gestão, e Paulo Itapirema, subsecretário de Sistemas.

23/10/2024

Tribunal de Justiça de Roraima está entre os tribunais que mais investem em tecnologia

O Tribunal de Justiça de Roraima (TJRR), foi citado em matéria publicada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), como um dos 47 tribunais do País que mais investem em Inteligência Artificial (IA) para o desenvolvimento das atividades. Um exemplo de tecnologia de IA que vem contribuindo ainda na fase piloto para a Justiça e citado pelo Conselho é o Sistema Mandamus, do Tribunal de Justiça de Roraima (TJRR) em parceria com o Conselho Nacional de Justiça, voltado para o cumprimento dos mandados, por meio de automação e distribuição eletrônica desses documentos.

26/05/2021

CNJ convida TJRR a disponibilizar tecnologia de inteligência artificial para tribunais do País

Sistema Mandamus integrará a Plataforma Digital do Poder Judiciário, fomentada pelo CNJ

17/12/2020

MANDAMUS - Sistema de Inteligência Artificial do TJRR será apresentado em Fórum Nacional da Associação dos Magistrados Brasileiros

O Mandamus (Sistema de Automação de Processos e Distribuição Eletrônica de Mandados) do TJRR (Tribunal de Justiça de Roraima) será apresentado no 1º Fórum Nacional de Inovação, Tecnologia e Inteligência Artificial da AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros).

03/11/2020

Tecnologias que agilizam serviços do Poder Judiciário para o cidadão serão apresentadas em evento de Inteligência Artificial

Poder ingressar com uma ação nos Juizados Especiais com a simples indicação dos fatos em um aplicativo; participar de audiências e acompanhar o processo no celular; ter um atendimento simples, rápido e personalizado no site do tribunal; contar com mandados de citação sendo cumpridos rapidamente com o controle de computadores; ver audiências serem degreadas automaticamente, mesmo se realizadas em estados ou países diferentes, garantindo celeridade das sentenças; tudo isso passa a ser realidade para os cidadãos de Roraima.

11/09/2019

Poder Judiciário e inteligência artificial

Hoje há 98,5 mil processos em tramitação no Poder Judiciário de Roraima. Só em 2018 foram ajuizados 61 mil novos processos. Estes números revelam um elevado índice de litigiosidade e mostram o tamanho do desafio de manter o Judiciário roraimense com elevados índices de produtividade. Para enfrentar tamanho desafio, o TJRR tem investido na conciliação, na constante capacitação de magistrados e servidores e na inovação tecnológica.

25/03/2019

Avanços na Inteligência Artificial no Judiciário são demonstrados em reunião da Administração

Os integrantes da Administração, liderados pelo Presidente do TJRS, Desembargador Alberto Delgado Neto, estiveram reunidos, nessa quarta-feira (15/1), com o Executivo da AWS, Rafael Bittencourt. Durante o encontro, foi realizado um relato sobre os avanços proporcionados nos últimos meses a partir das ações envolvendo o uso da Inteligência Artificial no Judiciário gaúcho.

16/01/2025

Governança de IA foi debatida em reunião entre a Administração e dirigentes de empresa de tecnologia

Os integrantes da Administração participaram de uma reunião nesta terça-feira (17/12) com o Diretor de Governo e Justiça da Microsoft, Bruno Pavan. Durante o encontro, o dirigente parabenizou a Justiça gaúcha pelas ações na área da Inovação e Tecnologia, especialmente no que se refere à migração do sistema eproc para a nuvem, em meio às enchentes, e o avanço da Inteligência Artificial (IA). O dirigente falou sobre as tendências em IA no ambiente governamental, acrescentando sobre a importância das experiências digitais intuitivas, aumentando a produtividade da força de trabalho com aplicativos modernos, que possam agir rapidamente a incidentes de segurança.

17/12/2024

Conheça os projetos das áreas de tecnologia e inovação do TJRS

As principais soluções tecnológicas e inovadoras desenvolvidas pelo Tribunal de Justiça (TJRS) gaúcho foram apresentadas pelas equipes das áreas estratégicas da Corte Estadual (leia a notícia completa). Visando melhorar a experiência de magistrados, operadores do direito, servidores e estagiários, os projetos do Programa Judiciário Digital têm como foco a produtividade, gestão, experiência do usuário, segurança da informação, além do aperfeiçoamento dos serviços jurisdicionais prestados à população.

12/12/2024

Ferramenta de IA deverá ser implementada nos gabinetes de magistrados até o final do ano

O Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Alberto Delgado Neto, anunciou, na tarde desta quinta-feira (24/10), que a Administração, até o final deste ano, já deverá oferecer aos gabinetes de magistrados no 1º e 2º graus uma ferramenta de Inteligência Artificial Generativa que possa auxiliar na demanda diária de trabalho jurisdicional. Ele convocou uma reunião da Administração que promoveu um alinhamento em relação às soluções que estão sendo estudadas pelo TJ.

24/10/2024

Magistrados e servidores do TJRS conhecem nova ferramenta de IA para gabinetes apresentada pela AWS

Na tarde desta quarta-feira (23/10), o Conselho de Inovação e Tecnologia (CONINT), juntamente com a Assessoria de Inovação e Tecnologia (AIT) e a Direção de Tecnologia da Informação e Comunicação (DITIC) do TJRS, promoveu um encontro com profissionais da Amazon Web Services (AWS) para a apresentação da IA Generativa chamada Clode, uma ferramenta de Inteligência Artificial que, no futuro, poderá auxiliar o trabalho jurisdicional dos gabinetes. O evento ocorreu no Laboratório de Inovação (Labee 9), na sede da Corte gaúcha, e contou com a participação de magistrados, assessores e servidores do 2º grau de jurisdição.

23/10/2024

IA lançada para auxiliar na distribuição processual já é utilizada por mais de 600 usuários

Mais de 600 Advogados e operadores do direito já aderiram à nova solução de Inteligência Artificial (IA) para apoio na distribuição de processos, lançada em setembro pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS). A informação foi divulgada na reunião do Comitê de Governança de Inovação e Tecnologia (CGIT), ocorrida no dia 11/10, ocasião em que foi apresentada a situação dos projetos na área em produção no Poder Judiciário gaúcho.

15/10/2024

TJ lança nova ferramenta para auxiliar advogados na distribuição processual

O Auditório Multiuso, localizado no Tribunal de Justiça, foi o palco da apresentação da nova ferramenta que auxilia os advogados na distribuição dos processos judiciais. Trata-se da Solução de Automação para Assuntos de Petição Inicial, lançada nesta quarta-feira (25/9) pelo TJ, destinada aos usuários do sistema eproc.

25/09/2024

Com ferramentas tecnológicas e de inovação, TJRS apresenta o seu Programa Judiciário Digital

Em constante evolução e 100% digital, o Poder Judiciário do Rio Grande do Sul apresentou nesta quinta-feira (30/11/23) as suas principais entregas nas áreas de inovação e tecnologia, durante o lançamento do Programa Judiciário Digital. A solenidade foi realizada no Plenário Ministro Pedro Soares Muñoz, e reuniu membros da alta Administração, representantes de setores estratégicos do TJRS, magistradas, magistrados, servidoras e servidores.

30/11/2023

TJ participará de grupo interinstitucional sobre o uso ético da inteligência artificial

Em reunião ocorrida na tarde desta quarta-feira (11/10), na sede da OAB do Rio Grande, do Sul, foi definida a criação de um Grupo de Trabalho Interinstitucional para discutir o uso ético da inteligência artificial. A iniciativa da formação de um fórum que possa debater a questão foi da OAB, através do seu Presidente, Leonardo Lamachia, e do Presidente da Comissão Especial de Proteção de Dados e Privacidade da OAB, Juliano Moreira Madalena.

11/10/2023

Projeto que usa Inteligência Artificial em processos de execução fiscal será expandido

O projeto de implantação de Inteligência Artificial (IA) para processos de Execução Fiscal deve se expandir para todo Judiciário gaúcho. A inovação já foi implantada em todo o Estado para os executivos estaduais e nas

Comarcas de Santa Maria, Passo Fundo, Caxias do Sul, Tramandaí e Novo Hamburgo para os executivos municipais.

30/05/2023

Inteligência Artificial avança nos Executivos Fiscais Estaduais

Em conjunto com as demais medidas anunciadas pelo TJRS para enfrentamento do coronavírus, foi implantada a nova fase da inteligência artificial (IA) nos processos de executivos fiscais estaduais no sistema eproc, como medida de auxílio ao Poder Executivo para a cobrança de dívidas.

23/04/2020

Inteligência Artificial acelera a tramitação dos processos de execução fiscal e agiliza a cobrança de receita pelos entes públicos

A Justiça Estadual gaúcha, que utiliza o sistema eproc de processo eletrônico, passou a contar com mais uma funcionalidade de vanguarda: o uso de Inteligência Artificial (IA) nos processos de executivo fiscal - cobrança judicial movida por entes públicos como estados e municípios contra seus devedores.

21/11/2019

AJ treina magistrados e servidores para criarem soluções com o auxílio da inteligência artificial

A Academia Judicial (AJ) iniciou, ontem (16/9), a primeira turma do curso Artificial Intelligence at Work: do zero ao intermediário, que recebeu magistrados e assessores para se aprofundarem nas possibilidades que a inteligência artificial pode trazer para otimizar os processos de trabalho.

17/09/2024

Evento histórico marca início do uso da inteligência artificial generativa na Justiça catarinense

Servidores e magistrados presentes à sala de sessões Ministro Teori Zavascki na manhã desta terça-feira (9/7) – ou que acompanharam a transmissão realizada via YouTube e Instagram – testemunharam um momento histórico do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), com a apresentação da ferramenta de inteligência artificial (IA) generativa que irá auxiliar o Poder Judiciário catarinense.

09/07/2024

TJSC mostra alinhamento com a vanguarda ao lançar sua ferramenta oficial de IA

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) tem previsto para o início de julho, no próximo dia 9, o lançamento do programa Copilot como a ferramenta oficial de inteligência artificial (IA) da Justiça catarinense. A medida encontra eco entre os demais tribunais brasileiros, pois recente pesquisa promovida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) detectou crescente interesse das cortes do país na adoção dessa tecnologia, em busca de eficiência, inovação e parcerias estratégicas para enfrentar desafios judiciais como a alta demanda de trabalho.

24/06/2024

Justiça catarinense adota Copilot como ferramenta oficial de inteligência artificial

O Judiciário de Santa Catarina anunciou, nesta segunda-feira (10/6), a escolha do Copilot como a ferramenta oficial de inteligência artificial (IA) da instituição. Desenvolvido e fornecido pela Microsoft, o Copilot é uma IA generativa que atua como assistente inteligente, capaz de gerar conteúdos para apoiar e potencializar o trabalho de magistrados e servidores.

11/06/2024

Poder Judiciário de SC lança robô dotado de inteligência artificial e capaz de propor minutas

Por meio da sua Corregedoria-Geral de Justiça (CGJ), o Poder Judiciário de Santa Catarina (PJSC) apresentou na tarde desta segunda-feira, 22 de

janeiro, um novo robô que passa a atuar nas rotinas da jurisdição de primeiro grau. A ferramenta, porém, vai além das rotinas de automação: ela conta com inteligência artificial (IA) e tem capacidade para propor minutas de despachos, decisões e sentenças.

22/01/2024

PJ cria GT para tratar da inteligência artificial na prestação jurisdicional em SC

O Poder Judiciário de Santa Catarina (PJSC) criou, por meio da resolução GP nº 42/2022, o grupo de trabalho para tratar da inteligência artificial. A intenção é organizar, racionalizar e direcionar os objetivos institucionais, as iniciativas voltadas à automatização de procedimentos judiciais e à aplicação de ferramentas de inteligência artificial na tramitação do processo judicial eletrônico no Judiciário catarinense.

15/06/2022

Inteligência artificial e jurimetria, sem esquecer das pessoas, ditam caminhos da DTI

Para encerrar a série de entrevistas com os diretores recém-empossados no Tribunal de Justiça, o Núcleo de Comunicação Institucional (NCI) conversou com o diretor de Tecnologia da Informação, Daniel Moro de Andrade. Natural de Florianópolis, típico manezinho da Ilha, Moro é casado com Denise Duarte Moro e pai da pequena Beatriz Duarte Moro, a Bea.

02/03/2022

Magistrados debatem Inteligência Artificial como ferramenta nos Juizados Especiais

Com o crescimento das ações nos Juizados Especiais de todo o Brasil, vários projetos para aumentar a eficiência são desenvolvidos em diferentes regiões do país. O que todos têm em comum é a utilização das novas tecnologias.

13/06/2019

Tribunal de Justiça se prepara para entrar de vez na era da inteligência artificial

Integrantes da Assessoria de Planejamento (Asplan) apresentaram hoje à cúpula diretiva do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) os primeiros painéis da ferramenta Business Analytics, com dados sobre movimentação processual, produtividade jurisdicional e força de trabalho do Poder Judiciário catarinense. O sistema permitirá aos gestores - incluindo juízes de todo o Estado - tomar decisões com mais rapidez e precisão.

04/02/2019

TJSE

Iniciativas do TJSE têm destaque em Encontro Nacional de Presidentes de TJs

Na tarde de ontem, 25/08, durante o III Encontro do Conselho de Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil (Consepre), o Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE) foi destaque na apresentação de projeto de Inteligência Artificial em parceria com os Tribunais de Rondônia e Santa Catarina, no âmbito dos procedimentos de análise de admissibilidade de recursos para os tribunais superiores.

26/08/2022

TJSE e TJTO firmam acordo de cooperação tecnológica

O Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE) e o Tribunal de Justiça do Tocantins (TJTO) firmaram acordo de Cooperação Técnica, cujo objetivo é a cooperação e o intercâmbio de inteligência artificial na área de Tecnologia da Informação e Comunicação. A assinatura do termo foi realizada nesta segunda-feira, dia 13, em reunião virtual que contou com a participação do Presidente do TJSE, Des. Edson Ulisses de Melo e do Presidente do TJTO, Des. João Rigo Guimarães.

13/09/2021

TJSE implanta ferramenta de Inteligência para acompanhar cumprimentos de Metas do CNJ

O Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE) implanta nesta sexta-feira, 05/07, ferramenta de Inteligência Artificial (Business Intelligence - BI) que permitirá a magistrados e servidores visualizar e acompanhar o percentual de atendimento, por sua unidade judicial, de cada uma das oito metas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para o ano de 2019. A nova solução estará disponível nos painéis de controle do Sistema de Controle Processual - SCP do 1º e 2º Grau de Jurisdição.

05/07/2019

Inteligência Artificial: TJSE conhece solução do TJRO que potencializa a celeridade processual

A Corregedora-Geral da Justiça, Des^a Elvira Maria de Almeida Silva, acompanhada pela Juíza Corregedora Dauquíria de Melo Ferreira e dos Juízes Auxiliares da Presidência do TJSE, Marcos Pinto e Ana Bernadete Leite de Carvalho, participou de uma reunião por videoconferência com o Corregedor-Geral da Justiça do Tribunal de Justiça de Rondônia (TJRO), Des. José Jorge Ribeiro da Luz. O objetivo do encontro foi o de conhecer a utilização de Inteligência Artificial, no Módulo Gabinete de Juiz, no processo eletrônico do Judiciário rondoniense.

30/04/2019

TJTO

Regras para o uso de inteligência artificial no Judiciário tocantinense já está em vigor

O Tribunal de Justiça do Tocantins (TJTO) publicou uma nova política para regulamentar o uso de Inteligência Artificial Generativa (IA) em suas atividades. A medida foi estabelecida por meio da Instrução Normativa nº 20. A ideia é aproveitar os benefícios da tecnologia, como aumento de produtividade e redução de custos, mas sempre garantindo segurança, ética e transparência.

28/01/2025

Inovassol realiza Oficina Raízes com magistrado e servidores para o desenvolvimento de um agente de inteligência artificial

Os membros do Centro de Inovação do Tribunal de Justiça do Tocantins (Inovassol) realizaram, na tarde desta segunda-feira (7/10), a Oficina Raízes com o juiz Lauro Augusto Moreira Maia, da 5ª Vara Cível de Palmas. O encontro foi destinado a idealizar o desenvolvimento de um agente de Inteligência Artificial (IA), para auxiliar na pesquisa de sentenças no acervo da Vara, entre outras funções.

08/10/2024

Gestão 2023/2025: uso da inteligência artificial e outras ferramentas tecnológicas por uma justiça inovadora, eficiente e mais próxima

Inovação. Essa é uma das palavras que norteiam a Gestão 2023/2025 na busca pela eficiência dos serviços para fazer a diferença na vida do cidadão e da cidadã tocantinenses. Para alcançar uma “Justiça Mais Próxima e Inovadora”, lema da gestão, diversas ações, como o uso da Inteligência Artificial e de outras ferramentas tecnológicas, vêm sendo implementadas, em cumprimento às metas 10, 14, 32, 44, 48 e 49.

25/06/2024

Esmat e Google Brasil discutem estratégias de utilização de Inteligência Artificial Generativa no Judiciário

Em um encontro pautado pelo diálogo acerca da inovação no Sistema Judiciário, o desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat) e presidente do Colégio Permanente de Diretores das Escolas Estaduais da Magistratura (Copedem), realizou, na última terça-feira (30/4), em São Paulo (SP), uma reunião estratégica com o líder da área de setor público para América Latina no Google Cloud, Milton Larsen Burgese. O objetivo principal do encontro foi iniciar tratativas para realização de cursos e seminários sobre a utilização de IA para o desenvolvimento humanos, além de discutir possibilidades de utilização de tecnologias de Inteligência Artificial (IA) generativa para apoio e

práticas de atos processuais repetitivos, que não dependam de soluções complexas.

03/05/2024

TJTO lança aplicativo e robô para ajudar na produtividade e facilitar o acesso à Justiça

O aplicativo TJTO Bem Aqui e o Robô Renajud estão entre as metas do Plano de Gestão 2023/2025, que tratam sobre a implementação de ferramentas tecnológicas de gestão e serviços que impactem na produtividade; implantar Inteligência Artificial no Eproc e Executar as Ações do Plano de Transformação Digital.

21/03/2024

TJTO institui grupo de trabalho para a elaboração de estratégias que priorizem projetos de automação de processos e Inteligência Artificial

O Tribunal de Justiça do Tocantins (TJTO) instituiu, a partir da Portaria Nº 573/2024 nesta segunda-feira (1/3), a criação do grupo de trabalho para a elaboração de estratégia de transformação digital e priorização de projetos relacionados a automação de processos e Inteligência Artificial.

05/03/2024

Eproc terá parada técnica neste fim de semana, entre as novidades está a implementação de inteligência artificial (IA)

O Sistema de Processo Eletrônico - Eproc terá nova parada técnica no Poder Judiciário do Tocantins, neste fim de semana, entre às 00h de sábado (18/11) até às 00h de segunda-feira (20/11), promovendo assim a atualização da plataforma para a versão 9.5, seguindo o padrão nacional. A nova versão traz avanços importantes, a exemplo da implementação da primeira Inteligência Artificial do Eproc no Tocantins.

16/11/2023

Tribunais de Justiça do Tocantins e de Sergipe assinam Acordo de Cooperação na área de Tecnologia da Informação

Em um evento online, o presidente do Tribunal de Justiça do Tocantins (TJTO), desembargador João Rigo Guimarães, e o presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe (TJSE), desembargador Edson Ulisses de Mello, assinaram, na manhã desta segunda-feira (13/9), um Acordo de Cooperação Técnica na área de Tecnologia da Informação (TI). A assinatura foi feita através do Sistema Eletrônico de Informações do TJTO (SEI-TJTO).

14/09/2021

TJTO avança com e-Proc Nacional e já mira a inteligência artificial para acelerar e qualificar prestação jurisdicional

“É um sistema mais eficiente, mais rápido e mais organizado, então a perspectiva é ter um processo como maior agilidade, objetividade, clareza e eficiência, pavimentando o caminho para a chegada da inteligência artificial”, projeta o presidente do Tribunal de Justiça do Tocantins (TJTO), desembargador Helvécio de Brito Maia Neto, ao avaliar os impactos positivos da versão atualizada do e-Proc Nacional, implantada nesta terça-feira (14/1), para o Judiciário do Tocantins, operadores do Direito e, principalmente, para o cidadão tocantinense, depois de um trabalho efetivo da atual gestão para que o cronograma fosse cumprido rigorosamente dentro do prazo estipulado ainda em julho de 2019.

15/01/2020

Laboratório de Inteligência Artificial vai contribuir para melhoria das rotinas de trabalho no Judiciário

A Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat) vai contar com um Laboratório Interdisciplinar de Inteligência Artificial (LLIARES) para aplicação de soluções no fluxo processual do Tribunal de Justiça (TJTO). A Portaria nº 6/2019, que institui a estrutura, foi publicada no Diário da Justiça desta sexta-feira (12/04).

12/04/2019

Tribunais Regionais Federais

TRF-1

Justiça Federal do Amazonas recebe treinamento sobre Inteligência Artificial

A Seção Judiciária do Amazonas (SJAM) promoveu na última terça-feira, 25 de fevereiro, um treinamento sobre Soluções em Inteligência Artificial Generativa Aplicadas ao Judiciário (Módulo I) a magistrados e servidores.

26/02/2025

Pesquisadores da Universidade do Maranhão visitam TRF1 para conhecer as iniciativas do Laboratório de Inovação com IA

Nessa segunda-feira, 24 de fevereiro, uma equipe de pesquisadores da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) fez uma visita técnica ao Laboratório de Inovação do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (LABJ1-TRF1), localizado na sede da Corte, em Brasília/DF. O objetivo foi levar a realidade da atuação judicial para a reflexão acadêmica a partir do conhecimento das atuais iniciativas do sistema de Justiça envolvendo o uso de Inteligência Artificial (IA).

25/02/2025

Justiça Federal de Mato Grosso recebe treinamento em Inteligência Artificial

A Seção Judiciária de Mato Grosso (SJMT) sediou um curso sobre Inteligência Artificial (IA), com foco na ferramenta ChatGPT. O treinamento ocorreu entre os dias 11 e 13 de fevereiro e foi ministrado pelo juiz federal Náiber Pontes de Almeida, gestor dos sistemas judiciais e integrante do “Projeto Sinergia”, iniciativa do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) responsável pela implementação da IA nas atividades judiciais.

19/02/2025

Momento PJe retorna nesta sexta (7) com debate sobre Inteligência Artificial no TRF1

O Momento PJe está de volta! Nesta sexta-feira, 7 de fevereiro, às 14h, o encontro será transmitido ao vivo pelo Teams e pelo canal do TRF1 no YouTube e terá como tema central “IA Generativa no TRF1: Assessores Virtuais do Projeto Sinergia”. A apresentação será conduzida pelo gestor dos Sistemas Judiciais da 1ª Região, juiz federal Náiber Pontes de Almeida.

07/02/2025

SJGO recebe treinamento sobre Inteligência Artificial aplicada ao Judiciário

Termina nesta sexta-feira, 31, o treinamento na Seção Judiciária de Goiás (SJGO) sobre Inteligência Artificial no Judiciário que integra o Projeto Sinergia – iniciativa do TRF1 responsável pela implementação da IA nas atividades judiciais da 1ª Região. O projeto teve início em 2024, conduzido pelos juízes federais Náiber Pontes de Almeida, Rodrigo Gonçalves de Souza e Rafael Lima da Costa, com apoio da Corregedoria Regional (Coger).

31/01/2025

Seção Judiciária da Bahia apresenta projeto de atendimento virtual em congresso de inteligência artificial

Durante o I Congresso de Inovação em Inteligência Artificial no Judiciário, realizado entre os dias 15 e 17 de janeiro de 2025, em Foz do Iguaçu/PR, a Seção Judiciária da Bahia (SJBA) apresentou o projeto "Atendimento ao Público via Chatbot com Inteligência Artificial".

23/01/2025

TRF1 insere formação em Inteligência Artificial em curso para novas magistradas e novos magistrados da 1ª Região

Cinquenta novas juízas e novos juízes federais do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) receberam, pela primeira vez na história da instituição, formação especializada em Inteligência Artificial (IA). A capacitação, que começou no dia 13 de janeiro, integra o Curso de Formação Inicial que está sendo ministrado desde 7 de janeiro aos 50 novos magistrados e

magistradas da 1ª Região e visa orientar sobre a utilização dessa tecnologia no Judiciário.

20/01/2025

SJDF lança projeto de Inteligência Artificial que promete mais agilidade na tramitação processual

Durante cerimônia realizada no auditório da Seção Judiciária do Distrito Federal (SJDF), no dia 11 de dezembro, a Justiça Federal no DF lançou, em parceria com o Governo do Distrito Federal (GDF), um projeto que promete trazer mais agilidade à tramitação processual.

16/12/2024

Projeto de Inteligência Artificial para a Justiça Federal promete agilizar os processos

Em cerimônia no auditório da Seção Judiciária do Distrito Federal (SJDF), no dia 11 de dezembro, foi entregue o projeto “Plataforma de inteligência artificial para o Judiciário: aplicação na Justiça Federal”. Com duração de 33 meses (2021 a 2024) e investimento de quase 3 milhões de reais, o projeto teve dois eixos: a estruturação do Núcleo de Inteligência Artificial Aplicada à Justiça (NIAJud) e a criação de um sistema para a triagem, classificação de processos e confecção de minutas de sentença (ALEI-1G).

13/12/2024

SJDF promove cerimônia para entrega de projeto sobre Inteligência Artificial nesta quarta (11)

A Seção Judiciária do Distrito Federal (SJDF) e a Universidade de Brasília (UnB) promoverão nesta quarta-feira, 11 de dezembro, a cerimônia de entrega do projeto “Inteligência Artificial da Justiça Federal no Distrito Federal”. A solenidade ocorrerá às 9h30 (horário de Brasília), no auditório da SJDF, localizado no SAUS, Quadra 2, Bloco G, Lote 8 – Subsolo do Anexo A, Brasília/DF.

10/12/2024

Seção Judiciária do Maranhão promove curso de inteligência artificial

A Seção Judiciária do Maranhão, em sua busca contínua por inovação e modernização nas atividades jurídicas, realizou um treinamento na área de Inteligência Artificial (IA), visando orientar sobre seu uso preliminar de IA nas unidades judiciárias.

19/11/2024

TRF1 conclui primeira capacitação do projeto Sinergia

Uso de inteligência artificial generativa em atividades judiciais. O Tribunal Regional Federal da Primeira Região (TRF1) promoveu, entre os dias 21 e 24 de novembro, o primeiro curso de capacitação para assessores de desembargadores federais no âmbito do projeto SINERGIA. A iniciativa, que integra a estratégia do tribunal para implementar o uso de inteligência artificial generativa em atividades judiciais, tem como objetivo aumentar a eficiência e a produtividade dos processos, garantindo o uso ético e técnico adequado dessa tecnologia.

29/10/2024

SJMA realiza audiências utilizando IA e métodos de conciliação para acelerar processos previdenciários

No caminho da modernização do Judiciário, o Centro Judiciário de Conciliação da Seção Judiciária do Maranhão (Cejud/SJMA) implementou um projeto que combina inteligência artificial e métodos de conciliação para acelerar a resolução de processos previdenciários rurais.

10/10/2024

Inovação na elaboração de minutas marcou palestra sobre Inteligência Artificial no TRF1

Na tarde de segunda-feira, 30 de setembro, a Escola de Magistratura Federal da 1ª Região (Esmaf/TRF1) promoveu a palestra "Soluções de Inteligência Artificial para o segundo grau no TRF1", proferida pelos juízes federais Náiber Pontes de Almeida, Rafael Lima Costa e Rodrigo Gonçalves de Souza. O evento reuniu no Plenário do TRF1, em Brasília/DF, desembargadores

federais e assessores para apresentação de soluções tecnológicas voltadas à redução dos acervos processuais.

02/10/2024

Divulgada nota técnica que permitirá a utilização de IA nos processos conciliatórios da 1ª Região

Em um importante avanço para o Poder Judiciário, os juízes federais Rafael Lima da Costa, da 7ª Vara Federal da Seção Judiciária do Maranhão (SJMA), e Rodrigo Gonçalves de Souza, da 14ª Vara Federal da Seção Judiciária de Goiás (SJGO), divulgaram a nota técnica que permitirá a utilização da Inteligência Artificial (IA) nos processos conciliatórios da 1ª Região. O documento é resultado de debates que aconteceram em quatro encontros na Rede de Inteligência da 1ª Região (Reint1).

09/08/2024

Reint1: juízes apresentam na prática o uso de Inteligência Artificial na Conciliação

No encontro ocorrido na última terça-feira, 18 de junho, a Rede de Inteligência da 1ª Região (Reint1) deu sequência às apresentações da proposta de utilização da Inteligência Artificial (IA) nas conciliações da Justiça Federal. O funcionamento do protótipo do projeto foi apresentado pelos juízes federais Rafael Lima da Costa, da 7ª Vara Federal da Seção Judiciária do Maranhão (SJMA) e Rodrigo Gonçalves de Souza da 14ª Vara Federal da Seção Judiciária de Goiás (SJGO).

21/06/2024

Momento PJe coloca em pauta uso seguro e ético de Inteligência Artificial no sistema judicial

O gestor dos sistemas judiciais do TRF1, juiz federal Náiber Pontes de Almeida, abriu o evento e explicou que o ChatGPT é “uma ferramenta que utiliza o modelo de inteligência artificial generativa, gerando sobretudo textos, e que se dá por meio da construção de padrões. Ela é treinada com base em um banco de dados, sendo capaz de fazer análises de probabilidades. Ao utilizar o chat, deve-se utilizar a entrada do prompt (comando) que traz inúmeros resultados baseado no banco”.

20/11/2023

TRF1 e UnB firmam parceria para desenvolvimento da ferramenta de Inteligência Artificial Alei

Nessa terça-feira, dia 2 de março, a Secretaria de Tecnologia da Informação (Secin), do TRF1, realizou a primeira reunião para discutir o desenvolvimento do Projeto Alei – elaboração de uma ferramenta de Inteligência Artificial (IA) que tem como objetivo identificar precedentes do TRF1 e das cortes superiores e, em seguida, sugerir propostas de minutas baseadas nos acórdãos já consolidados no Tribunal.

03/03/2020

TRF1 disponibiliza bibliografias sobre Inteligência Artificial e tráfico de pessoas

Com o objetivo de atualizar o conhecimento jurídico e o subsídio doutrinário nas decisões judiciais, a Biblioteca Ministro Adhemar Maciel do TRF1 disponibiliza a magistrados, servidores, operadores do Direito e cidadãos em geral duas bibliografias on-line sobre Inteligência Artificial e tráfico de pessoas.

24/10/2019

CIn e CJF realizam pesquisa sobre iniciativas em Inteligência Artificial

Magistrados, servidores e colaboradores da Justiça Federal bem como gestores de TRFs ou de Seções Judiciárias que tenham projetos bem-sucedidos de Inteligência Artificial podem participar da pesquisa realizada pelo Centro Nacional de Inteligência (CIn) e pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal (CEJ/CJF).

25/07/2019

TRF-2

TRF2 apresenta projetos de Inteligência Artificial da Corte

Nesta segunda-feira, dia 25/3, o Tribunal Regional da 2ª Região (TRF2) realizou o evento “Projetos de Inteligência Artificial” que teve por objetivo apresentar, aos magistrados e servidores, os sistemas de inteligência artificial (IA) a serem implantados na Justiça Federal da 2ª Região. O encontro aconteceu no Auditório e contou com a presença do presidente da Corte, desembargador federal Guilherme Calmon, do vice-presidente, desembargador federal Aluisio Mendes, e da corregedora regional da Justiça Federal da 2ª Região, desembargadora federal Leticia De Santis Mello. Também dentre as autoridades que prestigiaram a apresentação esteve o diretor do Foro da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, juiz federal Eduardo André Brandão.

26/03/2024

IA no Judiciário é tema de artigo de juíza federal do RJ na revista Justiça e Cidadania de fevereiro

A revista Justiça & Cidadania de fevereiro traz artigo o artigo "Não existe discriminação algorítmica no Judiciário brasileiro", da juíza federal e diretora da Subseção Judiciária de Três Rios/RJ, Caroline Somesom Tauk. No texto, a magistrada discute o critério de classificação de riscos do Projeto de Lei PL 2.338/23 aplicada ao uso de ferramentas de inteligência artificial na "administração da justiça".

08/02/2024

TRF2 lança ferramenta digital de informações gerenciais para aperfeiçoar gestão processual na Corte

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região acaba de pôr em operação, em caráter piloto, o sistema Inovagesta, ferramenta de inteligência artificial para auxiliar na gestão processual nos gabinetes dos magistrados, nas secretarias dos órgãos processantes e, em uma segunda etapa do projeto, prestar apoio no planejamento e realização das atividades administrativas.

05/05/2023

Artigo que fala sobre projeto de IA do TRF2 é capa da revista Justiça e Cidadania de dezembro

No texto, o magistrado discorre sobre a aplicação das chamadas “tecnologias disruptivas” no Poder Judiciário: “Estaríamos caminhando para decisões judiciais “inteligentes”, sem a participação de um juiz? Este futuro é viável, é promissor e desejável ou é limitador e violaria garantias fundamentais?”, argui.

09/12/2021

TRF2 realiza webinar que marca lançamento de projeto de inteligência artificial da Corte

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) lançou nesta quarta-feira, 10 de novembro, o Projeto Intelligentia, para criação de uma ferramenta de inteligência artificial da Corte. Marcando o lançamento, foi realizado na data o webinar “Justiça Digital: Projeto Intelligentia”. O projeto, idealizado pelo vice-presidente do tribunal desembargador Guilherme Calmon, promovido e apoiado pelo presidente do tribunal, desembargador federal Messod Azulay, será desenvolvido pela equipe de TI do próprio TRF2.

10/11/2021

TRF-3

Automação Processual Inteligente – API

O projeto tem como objetivo aglutinar de diversas ações em andamento, visando tornar mais ágil a tramitação processual, promovendo benefícios para todos os usuários da 3.ª Região.

04/10/2023, atualizado em 20/03/2025

Laboratório de Inteligência Artificial Aplicada

O LIAA é uma parceria permanente entre o iLabTRF3 e o iJusLab para a promoção e formação de equipe multidisciplinar, composta por servidores e

magistrados, indicados pelos dois laboratórios de inovação, com a finalidade de desenvolver projetos de pesquisa na área de Inteligência Artificial aplicada à Justiça Federal, inclusive com o registro de projetos no Conselho Nacional de Justiça.

05/10/2020, atualizado em 20/03/2025

Relatório do TCU sobre inteligência artificial destaca sistemas da 3ª Região

Sigma e Sinara foram descritos em estudo realizado pelo órgão na administração pública federal.

29/08/2022

TRF3 apresenta projetos de inteligência artificial a representantes do TRF1

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) recebeu, no dia 19/11, representantes do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) para apresentar as ferramentas de Inteligência Artificial (IA) desenvolvidas pela 3ª Região: os sistemas SIGMA e SINARA. A equipe da 1ª Região também visitou o Laboratório de Inovação do TRF3 (iLabTRF3) e o Laboratório de Inovação da Justiça Federal em São Paulo (iJuspLab).

26/11/2020

O avanço da Inteligência Artificial e a Justiça: reconhecimento facial (utilização e implicações) Brasil e EUA

Sob o cânone clássico, ubi societas, ibi jus, não há como apartar o Direito da sociedade; por consequência, não há como apartá-lo da realidade tecnológica e todos os seus avanços.

02/04/2020, atualizado em 20/03/2025

TRF-4

TRF4 implanta projeto “Tramitação Ágil das Aposentadorias” na SJPR

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) realizou na última sexta-feira (14/3), o lançamento do projeto "Tramitação Ágil das Aposentadorias", na sede da Seção Judiciária do Paraná (SJPR), em Curitiba. O evento contou com ampla participação de autoridades, gestores e operadores do Direito, além de diversas manifestações de aprovação e interesse pelo projeto.

17/03/2025

Justiça Federal da 4ª Região apresenta iniciativas de inovação no 3º FestLabs

Na tarde de ontem (18/9), o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) e a Justiça Federal do Rio Grande Sul (JFRS) apresentaram iniciativas de inovação na terceira edição do Encontro Nacional dos Laboratórios de Inovação do Poder Judiciário (3º FestLabs). O FestLabs, que está acontecendo no Centro de Eventos do Barra Shopping Sul, em Porto Alegre, é o maior evento nacional de inovação da Justiça brasileira. Uma equipe do tribunal promoveu painel sobre o projeto Tramitação Ágil (TA), enquanto a juíza da JFRS Daniela Tocchetto Cavalheiro abordou o gerenciamento de um laboratório de inovação.

19/09/2023

O eproc faz 20 anos!

Há pouco mais de 20 anos, em 8 de julho de 2003, a Subseção Judiciária de Londrina foi palco do início de uma grande revolução – judiciária e tecnológica! Era instalada a versão piloto do primeiro Processo Eletrônico da Justiça brasileira – o eproc (V1) – na então Vara Única do Juizado Especial Federal de Londrina.

24/07/2023

Parceria do TRF4 com CNJ traz novo editor de texto para sistema de execuções penais

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), em parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), desenvolveu um módulo de edição de texto para o Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU) que vai auxiliar na elaboração de despachos e cumprimentos de mandados judiciais, além de melhorar a busca por informações disponíveis no banco de dados. O SEEU é uma ferramenta do CNJ que integra em tempo real mais de 1,5 milhão de processos de execução penal em 35 tribunais brasileiros, e que está sendo implementado no TRF4.

19/07/2023

TRF4 lança sistema que automatiza fases e acelera trâmite processual

Foi lançado ontem (14/2), na Seção Judiciária do Paraná (SJPR), em Curitiba, o projeto ‘Tramitação Ágil’, criado pelo Laboratório de Inovação (Inspirallab) do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) para automatizar e acelerar a tramitação processual em 1º e 2º graus. A solenidade ocorreu no auditório da SJPR e contou com a presença de magistrados, servidores e autoridades.

15/02/2023

Inteligência artificial para ampliar eficiência do Judiciário é tema do Justa Prosa desta semana

Dar ainda mais eficiência para a resolução de processos é o objetivo da aplicação da inteligência artificial no Judiciário. Esse é o tema abordado pelo podcast Justa Prosa desta semana, 14º da temporada “No interesse da população”. Theo Franco, diretor do Núcleo de Interoperabilidade de Sistemas e Inteligência Artificial do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), explica quais as melhorias que a automatização de etapas de trabalho podem oferecer à prestação jurisdicional e os projetos em andamento na Justiça Federal do Sul do país.

07/06/2021

Presidente do TRF4 palestra sobre processo eletrônico e inteligência artificial em evento da OAB

Em palestra ocorrida ontem (12/8) durante a IX Conferência Estadual da Advocacia, realizada pela seccional gaúcha da Ordem dos Advogados do

Brasil (OAB/RS), o presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), desembargador federal Victor Luiz dos Santos Laus, demonstrou a importância do diálogo interinstitucional para a manutenção dos serviços prestados à população durante a pandemia do novo coronavírus.

13/08/2020

TRF-5

Cassandra: ferramenta que agiliza expedição de requisitórios e precatórios está em fase de expansão na 5ª Região

A ferramenta Cassandra, desenvolvida pela residência universitária na Justiça Federal em Alagoas (JFAL) para agilizar o trâmite de processos referentes a emissão de Requisições de Pequeno Valor (RPVs) e de precatórios (PRC), está em fase de expansão. Para apresentar o estágio atual, os coordenadores da residência promoveram um webinar, na segunda-feira (03/02). As melhorias realizadas devem reduzir ainda mais a intervenção humana, a fim de garantir maior agilidade e eficiência.

04/02/2025

Residência em Inteligência Artificial: JFAL planeja expandir uso de ferramenta para toda a 5ª Região

Diretores de Secretaria da 5ª Região uniram esforços, na última semana, para planejar a expansão da ferramenta automatizadora desenvolvida Cassandra para as demais Seções Judiciárias. O software é fruto da Residência em IA, parceria entre a Justiça Federal em Alagoas (JFAL) e a Universidade Federal de Alagoas (Ufal), cujo objetivo é a promoção da eficiência e agilidade nos passos para utilização do sistema Jurisdição Delegada.

26/01/2024

Artigo de servidor do TRF5 sobre Inteligência Artificial é aprovado em conferência internacional

O artigo “A Simplificação Automática de Textos Jurídicos em Português Utilizando Aprendizado de Máquina”, do servidor da Divisão de Desenvolvimento e Inovação do Tribunal Regional Federal da 5ª Região – TRF5, Alexandre Marcolino Alves, foi aprovado na 36ª Conferência Internacional sobre Conhecimento Jurídico e Sistemas de Informação - JÚRIX 2023, que aconteceu em dezembro, na cidade de Maastricht, na Holanda. O trabalho é fruto de uma dissertação de mestrado nas áreas de Engenharia de Software e Inteligência Artificial.

23/01/2024

TRF5 apresenta projeto de uso de IA para representantes do CJF

O Tribunal Regional Federal da 5ª Região - TRF5, através da Vice-Presidência da Corte, apresentou aos representantes do Conselho da Justiça Federal (CJF) o projeto de Inteligência Artificial (IA) que é desenvolvido pelo Tribunal, em parceria com a Universidade de Campina Grande. A equipe do CJF está no Recife desde a segunda-feira (12), para realizar os trabalhos de inspeção ordinária no TRF5.

14/06/2023

TRF5 adota Inteligência Artificial desenvolvida pela UFCG para classificar assuntos processuais

Já imaginou ler um documento com 70 mil palavras em menos de um segundo? Para um ser humano, a tarefa é impossível, mas, no mundo da Inteligência Artificial (IA) é totalmente viável. E isso já é uma realidade na Justiça Federal da 5ª Região (JF5), que está desenvolvendo e testando uma máquina para identificar e vincular, automaticamente, processos em tramitação que possuam o mesmo tema jurídico.

07/06/2022

Jurisprudência do TRF5 estreia novo sistema de busca

A Jurisprudência do Tribunal Regional Federal da 5ª Região – TRF5 estreou, ontem (13), o uso de um novo sistema de pesquisa de decisões judiciais. A nova ferramenta utiliza o Elasticsearch, um mecanismo de busca automático, para coletar informações processuais em toda a base de dados do Sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe), permitindo mais agilidade no

acompanhamento da produção das Turmas de Julgamento e do Pleno da Corte.

14/10/2020

JFPB e JFPE adotam robôs para migração de processos

As seções Judiciárias da Paraíba e de Pernambuco estão utilizando aplicativos para automatizar a migração dos processos físicos para o sistema eletrônico PJe.

16/12/2019

TRF5 lança o IANA, nova ferramenta para consulta administrativa

Os trabalhos de pesquisa por atos normativos para executar atividades dentro dos processos administrativos do TRF5 ganham mais agilidade a partir de agora com o lançamento de mais um produto desenvolvido pela equipe da Subsecretaria de Tecnologia da Informação (STI).

11/09/2019

TRF-6

TRF6 amplia uso de inteligência artificial para modernizar a Justiça

O Laboratório de Inovação do TRF6 (iluMinas) convida magistrados, servidores e colaboradores a integrarem um grupo que desenvolverá uma biblioteca de automatizações do sistema processual eproc e de prompts de inteligência artificial generativa (instruções ou comandos elaborados para orientar ferramentas de IA na execução de tarefas específicas), a ser compartilhada com o público interno do Tribunal.

27/01/2025

TRF6 participa de Jornada sobre Direito e Inteligência Artificial no Parlamento da Andaluzia

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PODER JUDICIÁRIO



CADIP
CENTRO DE APOIO AO
DIREITO PÚBLICO

O Parlamento da Andaluzia sediou um encontro sobre Direito e Inteligência Artificial, parte de uma série de jornadas que estão sendo realizadas desde o dia 30 de setembro até 4 de outubro, em Sevilha, intituladas Inteligência Artificial, Gestão Pública e Cooperação Internacional: Desafios Jurídicos para o Futuro.

02/10/2024

TRF6 sedia seminário sobre inteligência artificial

Na tarde desta quarta-feira (28/8/2024), o Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6) promoveu o seminário “Inteligência Artificial” no auditório do TRF6 em Belo Horizonte. No total, seis palestrantes discutiram o tema durante toda a tarde. O presidente do TRF6, desembargador federal, Vallisney Oliveira e o secretário-geral, juiz federal Antônio Francisco do Nascimento compareceram ao evento.

29/08/2024

Sites Diversos

Agência Câmara de Notícias

Câmara começa a discutir projeto que regulamenta a inteligência artificial no Brasil

O Projeto de Lei 2338/23, que regulamenta a inteligência artificial no Brasil, ainda nem chegou à Câmara, mas já está em discussão na Casa. O Grupo de Trabalho em Inteligência Artificial da Coalizão Direitos na Rede promoveu um debate sobre a proposta, aprovado no Senado em dezembro do ano passado, com a finalidade de aprimorar o texto quando for analisado pelos deputados.

14/03/2025

Conjur

Jusbrasil lança ferramenta de IA para auxiliar o trabalho de advogados e juízes

O Jusbrasil lançou nesta quarta-feira (19/3) o Jus IA, um assistente jurídico com base em inteligência artificial alimentado com o acervo de mais de 1,2 bilhão de documentos públicos da empresa. A ferramenta, voltada para profissionais do Direito, é capaz de responder perguntas, criar documentos e analisar referências jurídicas.

19/03/2025

CNJ torna uso de IA pelo Judiciário mais burocrático, porém mais seguro

A nova resolução do Conselho Nacional de Justiça sobre a utilização de inteligência artificial (IA) no Judiciário dará mais segurança aos processos de contratação, desenvolvimento, uso e monitoramento de ferramentas que utilizam esse tipo de tecnologia, segundo os especialistas ouvidos pela revista eletrônica Consultor Jurídico sobre o assunto. Eles reconhecem que a norma tornará mais burocrático o uso da IA nos tribunais, mas defendem que isso, embora não pareça, é uma boa notícia.

10/03/2025

CNJ aprova resolução que regulamenta o uso da IA no Poder Judiciário

Após receber contribuições ao longo de um ano da sociedade brasileira, o Plenário do Conselho Nacional de Justiça aprovou nesta terça-feira (18/2) o conjunto das normas que vão nortear as condutas na utilização de inteligência artificial em todo o Poder Judiciário.

19/02/2025

MP-RJ cria núcleos de inteligência artificial e ciência de dados

O Ministério Público do Rio de Janeiro criou um núcleo voltado ao desenvolvimento de soluções com uso de inteligência artificial. Publicada no Diário Oficial na última semana, a Resolução 2.675/2025 define a estrutura e o funcionamento da Secretaria-Geral de Modernização Tecnológica e Inovação.

19/02/2025

CNJ rejeita pedido para barrar uso de inteligência artificial no Judiciário

O Conselho Nacional de Justiça rejeitou um pedido para que fosse barrado o uso de ferramentas de inteligência artificial, como o ChatGPT, para confeccionar atos processuais e fundamentar decisões. Segundo o órgão, já há regulamentação sobre o tema em resolução do próprio CNJ e não existem indícios de má utilização da ferramenta no Judiciário.

03/07/2024

Aasp agrega recursos de inteligência artificial a sistema de intimações

A Associação dos Advogados de São Paulo (Aasp) anunciou que incrementou seu sistema de intimações com recursos de inteligência artificial. A novidade começou a funcionar na última sexta-feira (25/8).

30/08/2023

Inteligência artificial está presente na maioria dos tribunais brasileiros

Levantamento do Conselho Nacional de Justiça aponta expressivo aumento do número de projetos de inteligência artificial no Poder Judiciário em 2022. A pesquisa apresentada na terça-feira (14/6) pelo presidente do CNJ, ministro Luiz Fux, identificou 111 projetos desenvolvidos ou em desenvolvimento nos tribunais.

18/06/2022

Evento do CNJ discute resolução sobre inteligência artificial

As questões éticas e de governança envolvendo a produção e o uso de inteligência artificial (IA) no Poder Judiciário, reguladas pela Resolução CNJ 332/2020, foram tema do webinar promovido pelo Conselho Nacional de Justiça e que atraiu cerca de 600 participantes.

08/09/2020

IA no Judiciário deve garantir ética, transparência e responsabilidade

Os desafios da governança na utilização de inteligência artificial (IA) nas atividades jurídicas foram temas do webinar “A Resolução 332 e a Ética na produção e uso da IA no Poder Judiciário”. O encontro foi promovido virtualmente pelo Conselho Nacional de Justiça.

08/09/2020

Inteligência artificial a serviço da Justiça

Surgida entre 1950 e 1960, em decorrência do desenvolvimento tecnológico, a inteligência artificial consiste em gerar mecanismos que reproduzam, através do computador, a capacidade da mente humana que permite pensar, evoluir, produzir e armazenar raciocínios, além de resolver problemas, com alto grau de eficiência, produtividade e rapidez.

15/07/2020

Os desafios da inteligência artificial no Poder Judiciário

A inteligência artificial, pouco a pouco, invade todas as áreas de produção e serviços, gerando medo e perplexidade nos atingidos.

31/03/2019

OAB anuncia grupo para regulamentar o uso de inteligência artificial

A Ordem dos Advogados do Brasil anunciou, nesta segunda-feira (2/7), a criação de um grupo para discutir a regulamentação do uso de inteligência artificial no exercício do Direito.

02/07/2018

STJ cria sistema de inteligência artificial para agilizar processos

O Superior Tribunal de Justiça anunciou, nesta quinta-feira (14/6), que começou a implantar um projeto-piloto destinado a aplicar soluções de inteligência artificial nas rotinas relacionadas ao processo eletrônico.

14/06/2018

Jota

Empresas adotam governança de IA em antecipação à regulação

Escritórios de advocacia destacam aumento na demanda por políticas de governança para IA antes de regulamentação.

03/03/2025

55,1% dos profissionais de Direito são adeptos da IA generativa em suas atividades, diz estudo

Pesquisa indica que ganhos incluem otimização do tempo, melhoria na gestão de tarefas e eficiência nas atividades jurídicas.

21/02/2025

CNJ aprova resolução que estabelece normas para uso de IA generativa nos tribunais

Os tribunais terão prazo de 12 meses para adequar seus projetos e modelos, em desenvolvimento ou já implantados.

18/02/2025

Como a inteligência artificial vai revolucionar o trabalho para profissionais do Direito

Advogados e desenvolvedores da tecnologia compartilharam experiências nos setores público e privado em evento do JOTA, OAB-SP e Microsoft.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PODER JUDICIÁRIO



CADIP
CENTRO DE APOIO AO
DIREITO PÚBLICO

13/06/2024

Judiciário brasileiro tem ao menos 72 projetos de inteligência artificial nos tribunais

Ferramentas são usadas para auxiliar agrupamento de demandas repetitivas a até para sugerir minutas.

09/07/2020

Ordem dos Advogados do Brasil - OAB

OAB aprova recomendações para uso de IA na prática jurídica

O Conselho Federal da OAB aprovou, nesta segunda-feira (11/11), uma série de recomendações para orientar o uso da inteligência artificial generativa na prática jurídica. A medida tem como objetivo estabelecer diretrizes que promovam a ética e a responsabilidade no emprego dessas tecnologias, visando garantir que o uso da IA na advocacia esteja alinhado aos princípios fundamentais da profissão e às exigências legais.

11/11/2024

Vídeos

Apresentamos links para vídeos de interesse sobre a matéria, com conteúdo aberto e gratuito, elencados em ordem cronológica decrescente:

CLICK  na **imagem** para assistir ao conteúdo.

Inteligência Artificial no Judiciário

APAMAGIS - Associação Paulista de Magistrados – 12 de fev. de 2025

A 8ª edição do Enaje (Encontro Nacional dos Juízes Estaduais), evento promovido pela Associação dos Magistrados Brasileiros, foi realizada em São Paulo, tendo como anfitriã e parceira a Apamagis. Durante três dias, cerca de 1.200 magistrados de todos os Estados do Brasil acompanharam palestras sobre temas relevantes e atuais, como saúde física e mental de juízes, tecnologias disruptivas, democracia e as fronteiras do Direito, e Inteligência Artificial. Ao todo, foram realizadas 12 palestras. Confira o que pensam os magistrados sobre IA no Judiciário!

Duração: 2m47s



INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PODER JUDICIÁRIO



CADIP
CENTRO DE APOIO AO
DIREITO PÚBLICO

Ciclo de lives “O uso da IA no Poder Judiciário”

Escola da Magistratura de Rondônia – EMERON
- 24 a 31 de out. de 2024

Lista de reprodução: Introdução à Inteligência Artificial - **Live 1:** Aplicações Gerais da IA: Exemplos de IA no dia a dia (assistentes virtuais, recomendações de produtos etc.); Setores mais impactados pela IA (saúde, finanças, transporte) Convidada: **Ana Carla Bliacheriene (USP) (49:38)**; **Live 2:** Mitos e Realidades sobre IA:

Desmistificação de conceitos errôneos sobre IA; Limitações atuais da IA e desafios futuros. Convidado: **Fabício Lopes Sanchez (Google) (42:10)**; **Live 3:** Definição de inteligência artificial; Breve histórico da IA e suas evoluções; Diferenciação entre IA, aprendizado de máquina e aprendizado profundo. Convidado: Juiz **Ferdinando Marco Gomes Serejo Sousa (TJMA) (43:24)**; **Live 4:** Aplicações da IA no Judiciário: Exemplos de uso de IA em tribunais (análise de documentos, previsão de decisões); Benefícios potenciais da IA no sistema jurídico. Convidado: Juiz **José Faustino Macêdo de Souza Ferreira (37:08)**.



A inteligência artificial a favor da celeridade judicial I Decisões do STJ sobre o tema

Superior Tribunal de Justiça (STJ) - 23 de out. de 2024

Uma inovação está transformando o judiciário brasileiro: a inteligência artificial (IA). Ela tem sido uma aliada eficiente na prestação jurisdicional e na aceleração dos processos nos tribunais. De acordo com dados de 2023 do

Conselho Nacional de Justiça (CNJ), atualmente, 62 tribunais usam IA, ou seja, 66% das cortes do país. Nessa reportagem especial você vai conferir como o Superior Tribunal de Justiça (STJ) se tornou pioneiro no assunto, sendo o primeiro a ter uma Assessoria especializada em Inteligência Artificial (AIA). O STJ desenvolveu programas como Athos, Corpus927, eJuris, SJD-Indexação Legislativa e Sócrates 2 e fechou mais de 30 acordos de cooperação técnica, entre elas, com a Advocacia-Geral da União (AGU).

Duração: 3m46s



INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PODER JUDICIÁRIO



CADIP
CENTRO DE APOIO AO
DIREITO PÚBLICO

Inteligência Artificial no Judiciário

Escola da Magistratura de Rondônia - EMERON-
14 de jun. de 2024

Abertura: Desembargador Alexandre Miguel -
Diretor da EMERON Mediadores: Juiz Johnny
Clemes - Vice-diretor da EMERON Juiz Dalmo
Bezerra - Professor da EMERON Ministrantes:
Christiano Faig - Vice-presidente de Tecnologia
e Soluções da Microsoft Brasil; **Elias Abdala
Neto** - Vice-presidente Jurídico da Microsoft
Brasil; **Marlos Bosso** - Arquiteto Sênior de
Dados e Inteligência Artificial da Microsoft Brasil

Temas Abordados: Caminhos para o Futuro; O
Papel da Inteligência Artificial no Judiciário
Moderno; Inteligência Artificial: Impactos e
Oportunidades no Judiciário; Justiça Digital:
A Era da IA; Inteligência Artificial e Direito:
Transformando o Judiciário.

Duração: 2h12m13s



Inteligência Artificial no Poder Judiciário

TJDFT oficial - 9 de out. de 2023

O uso da Inteligência Artificial nas Varas
Judiciais: Scriba, Sine e Mandamus.

Docente: Juiz **Esdras Silva Pinto**.

Duração: 1h24m50s



Link CNJ - Inteligência Artificial na Justiça

Conselho Nacional de Justiça - 25 de mai. de 2023

Esta edição do Link CNJ trata do avanço da inteligência artificial (IA) e o uso de ferramentas algorítmicas nas rotinas dos tribunais. A edição de hoje também aborda atividades do Programa Justiça 4.0 e de outras experiências acumuladas pelo Poder Judiciário, que resultem em melhor atendimento da população – inclusive, em mais celeridade de decisões e de julgamentos. Pesquisa apresentada em junho do ano passado pelo Conselho Nacional de Justiça verificou que 53 tribunais em todo o país desenvolvem soluções com uso de IA. Na ocasião do levantamento, havia 111 projetos implantados ou em elaboração naqueles tribunais.

Duração: 29m28s



UnBTV Ciência: Pesquisadores utilizam inteligência artificial para acelerar processos na justiça

UnBTV - 20 de jan. de 2023

Esta edição do programa UnBTV Ciência une o uso da tecnologia à produção acadêmica das ciências humanas e à tramitação de processos judiciais. Desde 2018, um projeto da Universidade de Brasília tem desenvolvido sistemas com base em inteligência artificial para ajudar na atuação de magistrados brasileiros.

Uma das bases elaboradas por meio de pesquisas aplicadas de um grupo de professores e estudantes da Faculdade de Direito é o sistema Mandamus, usado em tribunais de todo o País. A base tecnológica é voltada para automação e distribuição eletrônica de mandados e citações judiciais. Além disso, informatiza todo o ciclo de cumprimento dos mandados com emprego de Inteligência Artificial.

Duração: 8m21s



INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PODER JUDICIÁRIO



CADIP
CENTRO DE APOIO AO
DIREITO PÚBLICO

Inteligência artificial no Poder Judiciário

STF - 5 de jul. de 2022

O Supremo Tribunal Federal (STF) receberá, nesta sexta-feira (1º/7), às 17h, o professor **Juliano Souza de Albuquerque Maranhão** para uma conversa sobre o uso da Inteligência Artificial (IA) no Poder Judiciário. Ele é o convidado da próxima edição do Programa SAE Talks - Ideias que aprimoram o Supremo. Com o tema “Juiz Robô: Possível? Aceitável?”, o encontro buscará abordar, entre outras questões, a interface entre o desenvolvimento de tecnologias de Inteligência Artificial e sua relevância para o Direito, sobretudo no contexto de tomada de decisão. Ao final da conversa, será reservado um espaço de perguntas, para que o professor possa respondê-las e interagir com o público.

Duração: 1h07m03s



Inteligência Artificial e Justiça

FGV - 21 de mar. de 2022

A escola de Direito Rio da FGV promoveu um webinar para discutir as repercussões do uso de inteligência artificial no sistema de Justiça, discutindo aplicações para tribunais e advocacia, assim como potenciais consequências de justiça do uso de IA. Moderadora: **Yasmin Curzi de Mendonça** - Pesquisadora CTS - FGV Direito Rio. Palestrantes: **Luca Belli** - Coordenador do CTS - FGV Direito Rio; **José Luiz Nunes** - Pesquisador CTS - FGV Direito Rio; **Deoclides Neto** - Fundador e CEO da Juit; **Nina da Hora** - Pesquisadora CTS - FGV Direito Rio; **Fernanda Prates Fraga** - Advogada e Professora da FGV Direito Rio.

Duração: 1h48m21s



INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PODER JUDICIÁRIO



CADIP
CENTRO DE APOIO AO
DIREITO PÚBLICO

Palestras com Grandes Juristas Mundiais - A inteligência artificial e o futuro da Justiça brasileira

Conselho Nacional de Justiça - 8 de mar. de 2022

O evento tem como tema “A inteligência artificial e o futuro da Justiça brasileira”. Nesta edição o palestrante será o americano **Joshua Walker**, professor da Stanford Law School. O encontro será mediado pelo juiz Auxiliar da Presidência do CNJ e coordenador processual, **Anderson Paiva**.

Foram convidados para debater sobre o tema o juiz Auxiliar da Presidência do CNJ e coordenador do Departamento de Tecnologia da Informação, **Fábio Porto**; o juiz Auxiliar da Presidência do CNJ e do TRF1, **Rafael Leite Paulo**; a juíza federal do TRF2 **Caroline Tauk**; e a juíza do trabalho e auxiliar da Corregedoria do TST, **Roberta Ferme**.

Duração: 3h11m30s



Desafios jurídicos da inteligência artificial

FGV - 27 de jan. de 2022

Quais são os maiores desafios éticos e jurídicos da aplicação de soluções de inteligência artificial? O encontro visa debater temas como machine learning, discriminação algorítmica, ferramentas de governança e estratégias jurídicas voltadas à proteção de dados pessoais, além de enfrentar questões como o possível emprego de recursos de IA na prática jurídica.

Palestrante: **Alexandre Pacheco da Silva** - Professor do FGV LAW. Ministra disciplinas com foco em Direito Digital e Proteção de Dados; **Marcel Leonardi** - Professor do FGV LAW. Ministra disciplinas com foco em Direito Digital e Proteção de Dados Moderação: **Maria Cláudia Giroto do Couto** - Gestora da Coordenação Acadêmica do FGV LAW.

Duração: 1h44m54s



Inteligência artificial vai dar agilidade à gestão de processos no Judiciário

Conselho Nacional de Justiça - 11 de jan. de 2022

Desenvolver algoritmos de inteligência artificial que classifiquem de forma automatizada processos judiciais nos sistemas eletrônicos, simplificando e reduzindo custos do Judiciário. Este é o objetivo do Projeto Classificação Processual, desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e Universidade de Fortaleza (Unifor). A ação é um dos produtos do Programa Justiça 4.0, que impulsiona a transformação digital do Poder Judiciário por meio de ferramentas e soluções tecnológicas.

Duração: 2m58s



On Legal AI: A inteligência artificial no Direito

FGV - 17 de ago. de 2021

Apresentação da obra On Legal AI - Um rápido tratado sobre a Inteligência Artificial no Direito, cuja edição brasileira foi coordenada pelo CEPI e publicada pela editora Revista dos Tribunais (2021). O evento conta com a participação do autor do livro, **Joshua Walker**. Com mais de 20 anos de experiência no campo do Direito e da tecnologia, além de mais de 15 anos como advogado de propriedade intelectual, Joshua Walker se destaca como um importante ator no desenvolvimento da próxima geração de soluções jurídicas avançadas.

Duração: 1h02m01s



INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PODER JUDICIÁRIO



Inteligência Artificial e o Poder Judiciário

Instituto de Estudos Avançados IEA-RP/USP - 7 de jun. de 2021

O professor da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB) **Fabiano Hartmann Peixoto** vai abordar sua experiência no tema e também à frente de projetos de inteligência artificial para o Poder Judiciário. Entre outras iniciativas, Hartmann é coordenador do Projeto Victor, que utiliza aprendizado de máquina aplicado a processos do Supremo Tribunal Federal (STF) em fase de classificação temática de repercussão geral. Fabiano Hartmann Peixoto é Doutor em Direito pela UnB, fez estágio pós-doutoral pela FLACSO em Inteligência Artificial (IA). É líder do Grupo de Pesquisa DR.IA e coordenador dos projetos Victor (STF/UnB), Mandamus (TJRR/UnB), Julia (Jurix/UnB) e Confia (UnB). Também é membro da Associação Ibero-americana de Direito e Inteligência Artificial (AID-IA) e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito da UnB.

Duração: 1h18m47s



Inteligência Artificial no Judiciário: um inventário da experiência brasileira

FGV - 26 de fev. de 2021

A Fundação Getúlio Vargas (FGV), por meio do Centro de Inovação, Administração e Pesquisa do Judiciário (FGV Conhecimento/CIAPJ), coordenado pelo Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e professor da FGV **Luis Felipe Salomão**, promoveu o webinar “Inteligência Artificial no Judiciário: um inventário da experiência brasileira”. Durante o evento, foi lançado o Relatório da 1ª Fase da Pesquisa “Tecnologia Aplicada à Gestão dos Conflitos no Âmbito do Poder Judiciário com Ênfase em Inteligência Artificial”, que traz um inventário inédito dos projetos de inteligência artificial implementados e em desenvolvimento nos tribunais brasileiros e no Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Duração: 1h58m27s



INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PODER JUDICIÁRIO



CADIP
CENTRO DE APOIO AO
DIREITO PÚBLICO

LIVE AMB/LAB: Inteligência Artificial - Projeto Sinapses

Associação dos Magistrados Brasileiros - 28 de jul. de 2020

Ângelo Bianco Vettorazzi é juiz de direito no Ceará e atualmente atua como Coordenador dos Juizados Especiais de Fortaleza (2025-2027). Já foi Coordenador Geral da Escola Superior da Magistratura do Ceará (Esmec) e 1º Vice-Diretor-Presidente da Escola Nacional da Magistratura (ENM). Além de suas funções judiciais, participa ativamente da formação de magistrados e mantém presença nas redes sociais; **Keity Mara Ferreira de Souza e Saboya** é juíza titular da 6ª Vara de Execuções Fiscais e Tributárias de Natal (TJRN) e juíza auxiliar da Presidência do CNJ (2023-2025). Doutora em Direito Penal pela UERJ, é professora da UFRN e da Escola da Magistratura do RN. Atua em eventos acadêmicos e jurídicos, com presença ativa nas redes sociais; **Cristiano Gomes Mazzini** é juiz do TJRO desde 2004, tendo atuado em diversas comarcas até sua promoção para Porto Velho. Graduado pela UFU, destacou-se por iniciativas em inovação no Judiciário, como o uso de IA e workshops sobre modernização. Também integrou a diretoria da Ameron (2023-2024).

Duração: 1h02m18s



I Fórum sobre Direito e Tecnologia - 2020 (parte 2)

FGV - 2 de jul. de 2020

Os webinars propõem debates acerca do tema Inteligência artificial aplicada à gestão dos conflitos no âmbito do Poder Judiciário. Esta é a transmissão do segundo webinar do Fórum que ocorreu no dia 02 de julho com autoridades vinculadas ao Poder Judiciário e pesquisadores que irão analisar diversos aspectos ligados ao tema como: Inteligência artificial e as relações trabalhistas, limites e possibilidades do uso da inteligência artificial no sistema da justiça, abordagem prática de IA aplicada ao contexto do Judiciário, entre outros.

Duração: 2h54m30s



INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PODER JUDICIÁRIO



CADIP
CENTRO DE APOIO AO
DIREITO PÚBLICO

I Fórum sobre Direito e Tecnologia - 2020 (parte 1)

FGV - 29 de jun. de 2020

Os webinars propõem debates acerca do tema Inteligência artificial aplicada à gestão dos conflitos no âmbito do Poder Judiciário. Esta é a transmissão do primeiro webinar do Fórum que ocorre dia 29 de junho com autoridades vinculadas ao Poder Judiciário e pesquisadores que irão analisar diversos aspectos ligados ao tema.

Duração: 2h35m46s

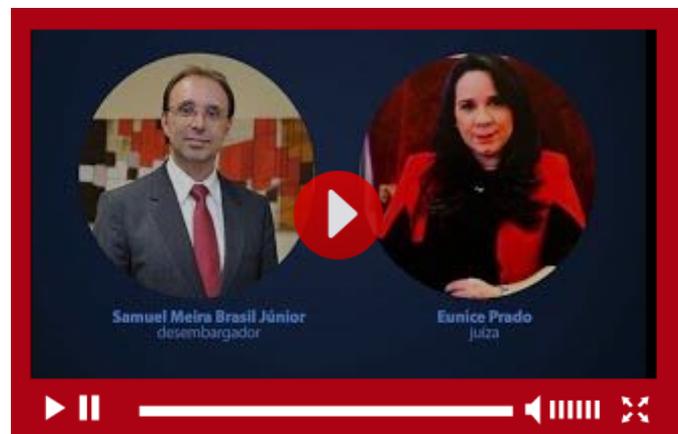


Ética e Inteligência Artificial

Associação dos Magistrados Brasileiros - 16 de jun. de 2020

Eunice Maria Batista Prado é juíza de direito no Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) e titular da 4ª Vara Cível de Olinda. Mestre em Direito e Poder Judiciário, ela também atua como juíza eleitoral e é integrante do Fórum Nacional de Violência Doméstica e Familiar (FONAVIM) do CNJ. Palestrante e professora, é especializada em ética na inteligência artificial, com foco em criação de comitês de ética e gestão de riscos tecnológicos; Desembargador **Samuel Meira Brasil Júnior** é um destacado jurista e acadêmico do Espírito Santo. Com doutorado e mestrado em Direito pela USP, e doutorado em Ciência da Computação pela UFES, ele integrou a magistratura em 1994 e foi promovido a desembargador em 2007. Em 2023, assumiu a presidência do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES). Também presidiu o Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES) e realizou pós-doutorado no MIT e Harvard. Autor de diversas publicações acadêmicas, ele é reconhecido por integrar o Direito com a tecnologia.

Duração: 1h20m30s



INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PODER JUDICIÁRIO



CADIP
CENTRO DE APOIO AO
DIREITO PÚBLICO

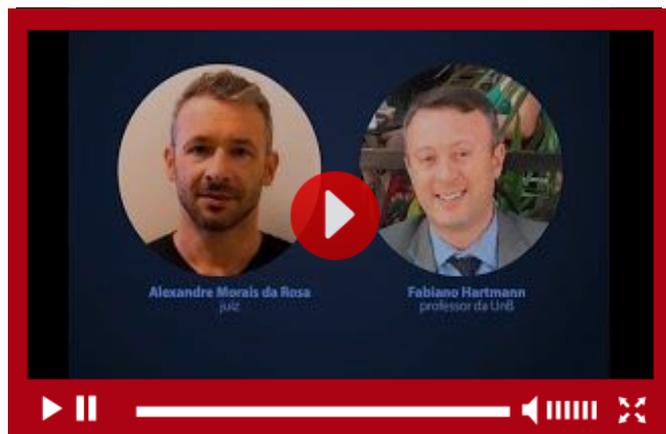
Inteligência Artificial

Associação dos Magistrados Brasileiros - 2 de jun. de 2020

Fabiano Hartmann Peixoto é professor e pesquisador na área de Direito, com foco em Inteligência Artificial. Doutor em Direito pela UnB, coordena o grupo de pesquisa "DR.IA" e já foi coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito da mesma instituição. Sua pesquisa abrange a aplicação da IA no Direito, ética e argumentação jurídica. Também é membro da

International Association for AI and Law e autor de obras sobre a convergência entre Direito e IA. Ele participa frequentemente de palestras e workshops sobre o tema; **Alexandre Morais da Rosa** é juiz de direito em Santa Catarina, com doutorado e pós-doutorado em Direito. Atuou em diversas comarcas, incluindo Florianópolis e Joinville, e tem experiência no Tribunal de Justiça de SC. É professor na UNIVALI e líder do grupo de pesquisa "Judiciário do Futuro". Autor de livros e artigos, ele também contribui para a modernização do Judiciário, participando de comissões de tecnologia. Além disso, foi diagnosticado com autismo nível 1 e compartilha sua experiência para aumentar a conscientização sobre o transtorno.

Duração: 59m14s



Aulas e cursos

CLICK  nas **imagens** para acesso ao conteúdo.

Centro de Formação e Aperfeiçoamento do Poder Judiciário - Ceajud

Cursos disponíveis na plataforma **CEAJUD** do Conselho Nacional de Justiça:



Precedentes Qualificados
e Inteligência Artificial:
Parceria entre CNJ, PNUD e UnB

- O curso **Precedentes Qualificados e Inteligência Artificial (parceria entre CNJ, Pnud e UnB)** apresenta uma ferramenta desenvolvida no âmbito do Programa Justiça 4.0 capaz de identificar similaridades entre demandas e precedentes qualificados dentro de um processo jurídico. Com o uso de IA, a solução analisa peças processuais e indica, a partir de uma petição inicial, quais precedentes se aplicam a ela.
A formação busca oferecer subsídios para o desenvolvimento de novas metodologias, estudos e soluções de IA para a promoção de inovação, com foco na efetividade da realização da Justiça.

Agrupamento de Textos Jurídicos e Inteligência Artificial: Parceria entre CNJ, PNUD e UFG



- O curso **Agrupamento de Textos Jurídicos e Inteligência Artificial: Parceria entre CNJ, PNUD e UFG** apresenta os resultados do Projeto de Agrupamento de Textos Jurídicos e IA, que utiliza técnicas de Processamento de Linguagem Natural (NLP) e IA para identificar e agrupar processos similares. O objetivo da capacitação é oferecer subsídios para o desenvolvimento de novas metodologias, estudos e soluções de IA para a promoção de inovação, com foco na efetividade da realização da Justiça.

Introdução à Inteligência Artificial para o Poder Judiciário



- Curso **Introdução à Inteligência Artificial para o Poder Judiciário**. Nesta capacitação, on-line e autoinstrucional, será possível entender o que são e como podem ser construídos os modelos de IA e os benefícios de suas aplicações no Judiciário brasileiro. Profissionais que completarem a capacitação serão capazes de identificar e propor oportunidades de uso de IA em seus tribunais, a partir dos casos reais apresentados ao longo do curso. Também estarão aptos a criar e incentivar iniciativas de emprego da Inteligência Artificial no judiciário, visando o aprimoramento do funcionamento do seu tribunal.

Anotação de Dados para Modelos de Inteligência Artificial no Judiciário



- Curso **Anotação de Dados para Modelos de Inteligência Artificial no Judiciário**. Esta capacitação, on-line e autoinstrucional, explica o que é anotação de dados e quais são seus métodos e sua função na geração de modelos de IA. Além disso, discute a importância da qualidade dos dados: a necessidade de dados corretos, completos, válidos, relevantes e confiáveis para a geração de datasets para algoritmos de Machine Learning, bem como para uma gestão negocial orientada a dados. Durante o curso, são apresentados exemplos de projetos de tribunais e do CNJ/PNUD em parceria com universidades que realizaram anotação de dados. Ao final, são proporcionadas ao(à) cursista informações sobre recursos de anotação da plataforma Sinapses e novas abordagens de anotação baseadas em LLMs.

Classificação Processual e Inteligência Artificial: Parceria entre CNJ, PNUD e UNIFOR



- Curso **Classificação Processual e Inteligência Artificial: Parceria entre CNJ, PNUD e UNIFOR**. Esta capacitação, on-line e autoinstrucional, apresenta o uso de IA para a classificação automatizada de peças processuais. Na prática, pode auxiliar no processamento de petições iniciais, contestação, atos decisórios, despacho, decisão e sentença, recursos e contrarrazões, por exemplo. O objetivo da capacitação é fornecer subsídios e exemplos para que o/a cursista possa entender, reproduzir e aplicar as soluções de IA disponibilizadas no âmbito do Projeto de Classificação Processual. É objetivo também habilitar o/a cursista a entender conceitualmente a arquitetura dos modelos de Inteligência Artificial (IA) construídos no âmbito do projeto.

Escola Paulista de Magistratura - EPM

Cursos elencados em ordem cronológica decrescente de realização, disponíveis na **Central de Vídeos** da EPM para magistrados e inscritos. Para informações sobre o programa clique sobre o link destacado em azul no título do curso na coluna à esquerda.

[Juizado do Torcedor e Inteligência Artificial: o fortalecimento da segurança nos estádios de São Paulo](#)

Realização: 07/02/2025

Curso

Juizado do Torcedor e inteligência artificial

O fortalecimento da segurança nos estádios de São Paulo

Presencial e on-line

7/2

EPM

[Descomplicando a IA – teoria e prática](#)

Realização: 09 e 10/12/2024

Curso

Descomplicando a IA: teoria e prática

Presencial

9 e 10/12

EPM

AVANÇADO

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PODER JUDICIÁRIO



CADIP
CENTRO DE APOIO AO
DIREITO PÚBLICO

Aplicação e Regulação de Inteligência Artificial nos Tribunais

Realização: 10/10/2024

Seminário

Aplicação e regulação de inteligência artificial nos tribunais

Presencial e on-line

10/10

EPM

Modelos da IA em face da litigância predatória – Módulo II

Realização: 16/08 a 06/09/2024

inscrições abertas

Curso

Modelos da IA em face da litigância predatória – Módulo II

On-line

16, 23 e 30/8

EPM

Interfaces entre Direito e Inteligência Artificial

Realização: 05 a 26/06/2024

inscrições abertas

Curso

Interfaces entre Direito e inteligência artificial

Presencial e on-line

5 a 26/6

EPM

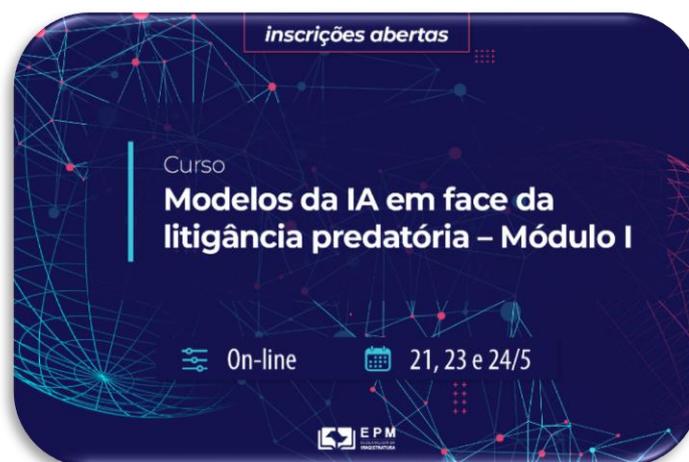
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PODER JUDICIÁRIO



CADIP
CENTRO DE APOIO AO
DIREITO PÚBLICO

Modelos da IA em face da litigância
predatória – Módulo I

Realização: 21, 23 e 24/05/2024



Engenharia de Prompts – Uso da
Inteligência Artificial Generativa

Realização: 01 e 08/11/2023



Inteligência Artificial e o Processo
Penal

Realização: 20/09/2023



INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PODER JUDICIÁRIO



CADIP
CENTRO DE APOIO AO
DIREITO PÚBLICO

Inteligência Artificial, estabilidade, integridade e coerência da produção jurisdicional

Realização: 15 a 17/08/2022

inscrições abertas

Curso
Inteligência artificial, estabilidade, integridade e coerência da produção jurisdicional

Presencial e on-line ■ 15 a 17/8

EPM
FUNDAMENTOS
EPM

O Direito na Quarta Revolução Industrial e Tecnológica: novos paradigmas e desafios

Realização: 28/03/2022

em pauta
webinar EPM

28/3 - 13h

@epm_oficial

Seminário internacional
O Direito na Quarta Revolução Industrial e Tecnológica: novos paradigmas e desafios

On-line

LGPD, GDPR e o uso da Inteligência Artificial: Experiências internacionais na proteção de dados

Realização: 22/10/2020

LGPD, GDPR e o uso da Inteligência Artificial

Experiências internacionais na proteção de dados

Consulrado Geral da Suécia São Paulo

Organização: EPM

Participação: FOXCONN

Data: 22/10
Hora: 10h00

Consulrado Geral da Suécia São Paulo

Participação: FOXCONN

DATA

Consulrado Geral da Suécia São Paulo

Participação: FOXCONN

Data: 22/10
Hora: 10h00

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PODER JUDICIÁRIO



CADIP
CENTRO DE APOIO AO
DIREITO PÚBLICO

Inteligência artificial e seus impactos na responsabilidade legal

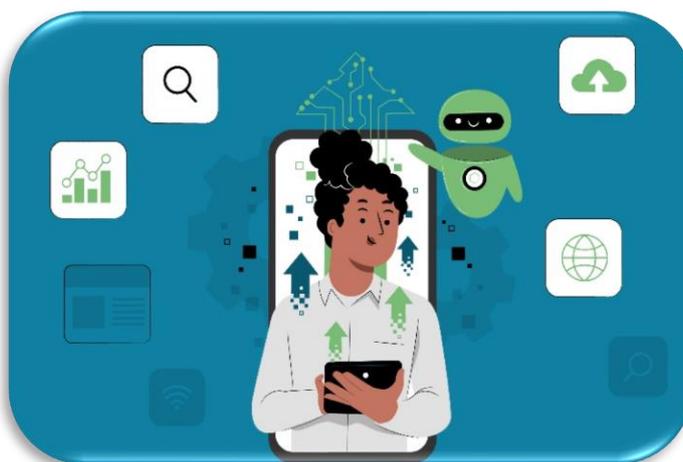
Realização: 07/10/2019



Escola Virtual de Governo - EV.G

Trilha de Aprendizagem:
Fundamentos e Aplicações da IA para o Agente Público

Diante dos desafios da transformação digital no setor público, a capacitação em Inteligência Artificial (IA) torna-se essencial para que agentes públicos utilizem essa tecnologia de maneira ética e estratégica. Esta trilha foi cuidadosamente desenvolvida pelo Núcleo de Inteligência Artificial do Governo da Secretaria de Governo Digital, uma parceria entre a Secretaria de Governo Digital (SGD), a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e Serpro, em alinhamento com o Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA). Este programa visa capacitar servidores em habilidades de IA que promovam eficiência, transparência e inovação nos serviços prestados ao cidadão.



Links de interesse

Apresentamos links de interesse sobre a matéria com conteúdo aberto e gratuito:

CLICK  nas **imagens** para acesso ao conteúdo.

Conselho Nacional de Justiça – CNJ

Compilação de notícias sobre o tema Inteligência Artificial.



Plataforma nacional de armazenamento, treinamento supervisionado, controle de versionamento, distribuição e auditoria dos modelos de Inteligência Artificial.



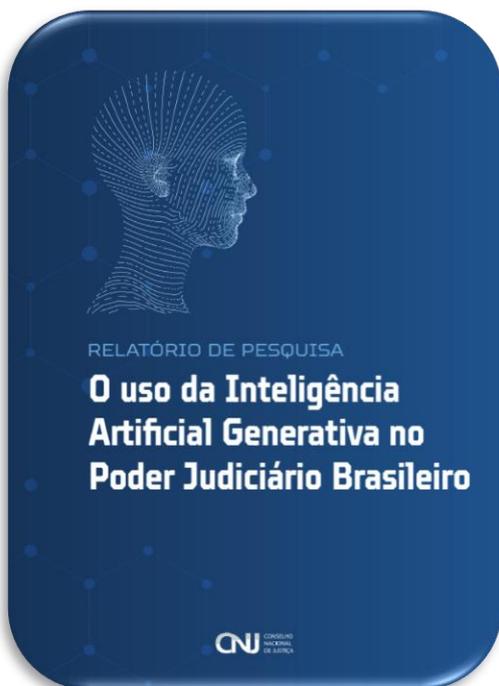
O Programa Justiça 4.0 torna o sistema judiciário brasileiro mais próximo da sociedade ao disponibilizar novas tecnologias e Inteligência Artificial.



INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PODER JUDICIÁRIO



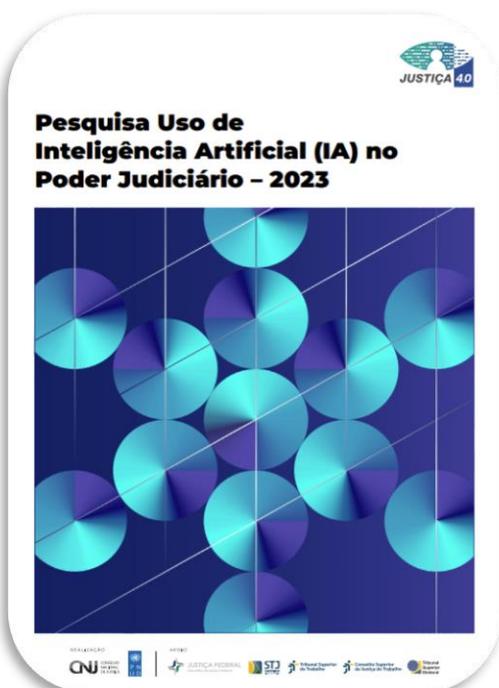
CADIP
CENTRO DE APOIO AO
DIREITO PÚBLICO



Relatório de Pesquisa – O uso da Inteligência Artificial Generativa no Poder Judiciário Brasileiro



Inteligência Artificial e Aplicabilidade Prática no Direito



Pesquisa Uso de Inteligência Artificial (IA) no Poder Judiciário - 2023



Painel da Pesquisa sobre Inteligência Artificial 2023

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PODER JUDICIÁRIO



CADIP
CENTRO DE APOIO AO
DIREITO PÚBLICO

GOV.BR



O Núcleo de Inteligência Artificial (Núcleo de IA), liderado pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), é uma iniciativa que visa fomentar e promover o uso de tecnologias de inteligência artificial (IA) no setor público.



Cartilha "IA Generativa no Serviço Público"



Glossário "IA Generativa no Serviço Público"

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PODER JUDICIÁRIO



CADIP
CENTRO DE APOIO AO
DIREITO PÚBLICO



Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA) 2024-2028



Instituto de Inteligência Artificial LNCC

TJSP



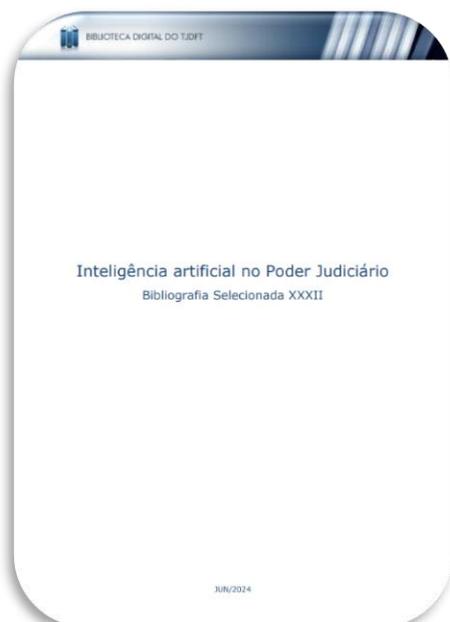
Publicação “Transformação Digital no TJSP” – Biênio 2022/2023
(capítulo PROJETOS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL)

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PODER JUDICIÁRIO



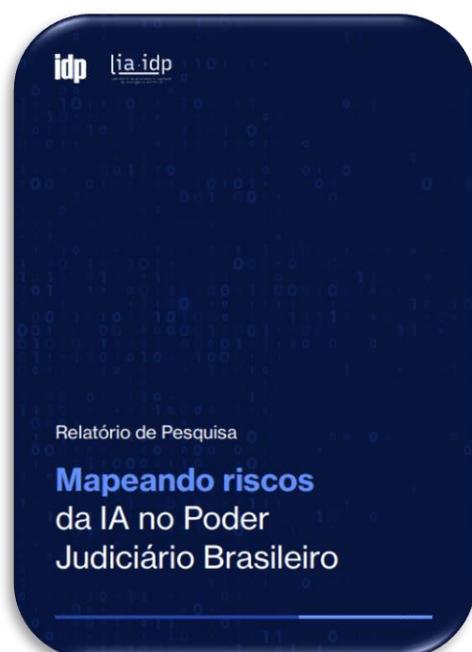
CADIP
CENTRO DE APOIO AO
DIREITO PÚBLICO

TJDF



Bibliografia selecionada sobre o tema Inteligência artificial no Poder Judiciário

Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa - IDP



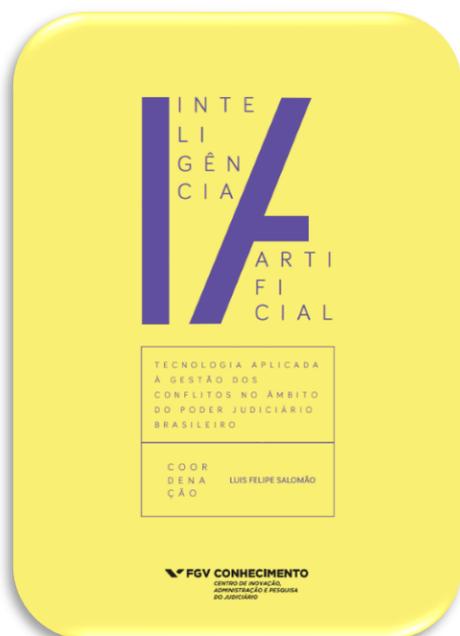
Relatório de pesquisa: mapeando riscos da IA no Poder Judiciário brasileiro. Brasília: Laboratório de Governança e Regulação de Inteligência Artificial (LIA) do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), 2024.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PODER JUDICIÁRIO

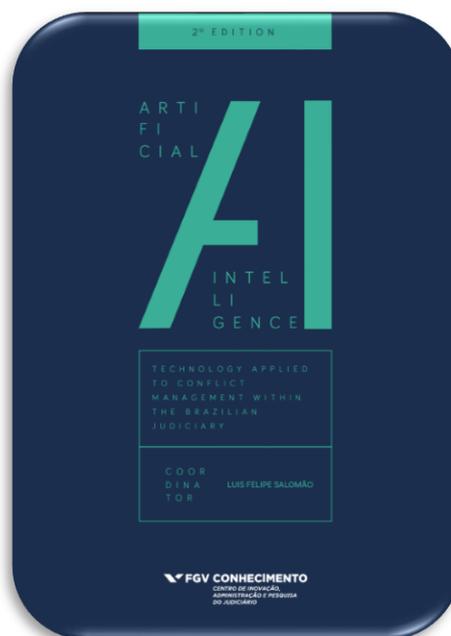


CADIP
CENTRO DE APOIO AO
DIREITO PÚBLICO

FGV



Relatório da 1ª fase da pesquisa sobre Inteligência Artificial (IA) nos tribunais brasileiros: “Tecnologias Aplicadas à Gestão de Conflitos no Poder Judiciário com ênfase no uso da Inteligência Artificial”



Relatório da 2ª fase da pesquisa sobre Inteligência Artificial (IA) nos tribunais brasileiros: “Tecnologias Aplicadas à Gestão de Conflitos no Poder Judiciário com ênfase no uso da Inteligência Artificial” (publicação em inglês)

Legislação

Federal

PROJETO DE LEI Nº 2338, DE 2023 -
Dispõe sobre o uso da Inteligência Artificial.

LEI Nº 14.129, DE 29 DE MARÇO DE 2021 - *Dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública e altera a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), a Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, e a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017.*

LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018 – *Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).*

LEI Nº 12.965, DE 23 DE ABRIL DE 2014 - *Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.*

DECRETO Nº 12.308, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2024 - *Institui o Comitê Interministerial para a Transformação Digital.*

DECRETO Nº 12.198, DE 24 DE SETEMBRO DE 2024 - *Institui a Estratégia Federal de Governo Digital para o período de 2024 a 2027 e a Infraestrutura Nacional de Dados, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.*

DECRETO Nº 12.069, DE 21 DE JUNHO DE 2024 - *Dispõe sobre a Estratégia Nacional de Governo Digital e a Rede Nacional de Governo Digital – Rede Gov.br e institui a Estratégia Nacional de Governo Digital para o período de 2024 a 2027.*

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PODER JUDICIÁRIO



CADIP
CENTRO DE APOIO AO
DIREITO PÚBLICO

DECRETO Nº 11.856, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2023 - *Institui a Política Nacional de Cibersegurança e o Comitê Nacional de Cibersegurança.*

DECRETO Nº 10.222, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2020 - *Aprova a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética.*

DECRETO Nº 9.637, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2018 - *Institui a Política Nacional de Segurança da Informação, dispõe sobre a governança da segurança da informação, e altera o Decreto nº 2.295, de 4 de agosto de 1997, que regulamenta o disposto no art. 24, caput, inciso IX, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dispõe sobre a dispensa de licitação nos casos que possam comprometer a segurança nacional.*

STF

RESOLUÇÃO 800 DE 17 DE MAIO DE 2023 - *Autoriza a incorporação da ferramenta de inteligência artificial VitorIA à plataforma STF Digital.*

STJ

PORTARIA STJ/GDG Nº 365, DE 26 DE MAIO DE 2021 - *Institui o Comitê Gestor de Ética de Inteligência Artificial do Tribunal.*

INSTRUÇÃO NORMATIVA STJ/GP Nº 6, DE 12 DE JUNHO DE 2018 - *Institui projeto-piloto de aplicação de soluções de inteligência artificial no Superior Tribunal de Justiça.*

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PODER JUDICIÁRIO



CADIP
CENTRO DE APOIO AO
DIREITO PÚBLICO

CNJ

RESOLUÇÃO Nº 615, DE 11 DE MARÇO DE 2025 - Estabelece diretrizes para o desenvolvimento, utilização e governança de soluções desenvolvidas com recursos de inteligência artificial no Poder Judiciário.

RESOLUÇÃO Nº 332, DE 21 DE AGOSTO DE 2020 - Dispõe sobre a ética, a transparência e a governança na produção e no uso de Inteligência Artificial no Poder Judiciário e dá outras providências

PORTARIA Nº 338, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2023 - Institui Grupo de Trabalho sobre inteligência artificial no Poder Judiciário.

PORTARIA Nº 271, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2020 - Regulamenta o uso de Inteligência Artificial no âmbito do Poder Judiciário.

TJSP

PORTARIA CONJUNTA Nº 04, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025 - Dispõe sobre a criação do Comitê para acompanhamento do uso de inteligência artificial no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

COMUNICADO CONJUNTO Nº 662, DE 18 DE SETEMBRO DE 2023 - Dispõe sobre orientações para utilização dos sistemas em razão da implantação da ferramenta de inteligência artificial LEIA (Legal Intelligent Advisor).

COMUNICADO Nº 120/2020, DE 31 DE AGOSTO DE 2020 - Publica, para conhecimento geral da Resolução nº 332/2020 do Conselho Nacional de Justiça, que

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PODER JUDICIÁRIO



CADIP
CENTRO DE APOIO AO
DIREITO PÚBLICO

dispõe sobre a ética, a transparência e a governança na produção e no uso de Inteligência Artificial no Poder Judiciário e dá outras providências.

PORTARIA Nº 9.741, DE 15 DE ABRIL DE 2019 - *Dispõe sobre a instauração de COMITÊ para condução de estudos para aprimoramento do uso da robotização das atividades judiciais, com o intuito de colher opiniões de magistrados e servidores e concede orientações.*

PORTARIA Nº 9.706/2019, DE 31 DE JANEIRO DE 2019 - *Dispõe sobre a alteração da estrutura da Secretaria de Tecnologia da Informação – STI.*



Sobre o CADIP

CADIP | Centro de Apoio ao Direito Público

O Centro de Apoio ao Direito Público (Cadip), criado em 27/5/09 (Portaria nº 7.679/09), atende magistrados por meio de levantamento e sistematização de doutrina, jurisprudência e/ou legislação, seleção e divulgação de notícias, bem como a organização de reuniões, cursos, palestras e demais eventos afetos à Seção de Direito Público do TJSP.

Contato

Telefones: (11) 3489-5428 / 5323 / 5177

E-mail: cadip@tjsp.jus.br

Endereço: Gade MMDC – Av. Ipiranga, 165 - 5º andar - salas 2/3

CEP 01046-010 – São Paulo - SP



*O CADIP está no **Telegram***



Visite a página do CADIP